

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo: uma análise de
discurso sobre os 7s de Setembro no Governo Bolsonaro

Beatriz Franco Pereira do Vale

Pelotas, 2023

BEATRIZ FRANCO PEREIRA DO VALE

**A APROPRIAÇÃO DE SÍMBOLOS NACIONAIS PELO BOLSONARISMO:
UMA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE OS 7s DE SETEMBRO NO
GOVERNO BOLSONARO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Teoria Política e Teoria Social Contemporâneas

Orientadora: Bianca de Freitas Linhares

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de
BibliotecasCatalogação na Publicação

V111a Vale, Beatriz Franco Pereira do

A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo:
uma análise de discurso sobre os 7s de setembro no
governo Bolsonaro / Beatriz Franco Pereira do Vale;
Biancade Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2023.
118 f.: il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e
Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Símbolos nacionais. 2. Bolsonarismo. 3. 7 de
setembro. 4. Teoria do discurso. I. Linhares, Bianca de
Freitas, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB:
10/2064

Beatriz Franco Pereira do Vale

A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo: uma análise de discurso sobre os 7s de Setembro no Governo Bolsonaro

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa:

Banca Examinadora:

.....
Prof.ª Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Daniel de Mendonça
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Felipe Corral de Freitas
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Agradecimentos

À minha família, Rozely, Valtair, Brenno, Eduarda, Vó Erli e outros, que se alegram com minhas conquistas e que sempre me dedicaram um amor incondicional, mesmo em momentos de desalinhos e desacordos. À Marlúcia, que sem nenhum porquê sempre acreditou em mim.

Às amigas e aos amigos que dividi bons e maus momentos (principalmente bons) e que me relembram, cotidianamente em minhas memórias nostálgicas, como é bom ser feliz. Em especial, à República Minamora, em São João del Rei.

A todas aquelas e aqueles cuja generosidade, a mais bonita das qualidades, me possibilitou sonhar e alcançar. Em especial, às minhas orientadoras e orientador que foram e são fundamentais à minha trajetória acadêmica: Simone, Márcio e Bianca.

A todas as mulheres e pesquisadoras que vieram antes de mim e pavimentaram os caminhos que me permitiram estar aqui hoje.

À sociedade brasileira que, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiou minha pesquisa.

“Pareço árvore, mas faço parte de uma floresta”.
(Autor(a) desconhecido(a))

Resumo

VALE, Beatriz Franco Pereira do. **A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo**: uma análise de discurso sobre os 7s de Setembro no Governo Bolsonaro. Orientadora: Bianca de Freitas Linhares. 2023. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Na última década, foi possível observar um uso ostensivo de símbolos nacionais por sujeitos e grupos posicionados à direita e à extrema direita no campo político. Em particular, considerando a ascensão de Jair Bolsonaro, representante hegemônico da extrema direita no Brasil, à Presidência da República, esta dissertação buscou responder o seguinte problema: Como se deu a construção discursiva sobre os símbolos nacionais pelo bolsonarismo nas comemorações do 7 de Setembro no Governo Bolsonaro (2019-2022)? A hipótese que guia o desenvolvimento deste trabalho sugere que a construção discursiva do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais se deu através da defesa de valores conservadores em antagonismo aos seus inimigos, considerados pelos bolsonaristas como os inimigos da nação. Para testar esta hipótese e alcançar os objetivos propostos, foi empregada uma pesquisa qualitativa do tipo documental, cujo corpo de análise, que conta com jornais, vídeos e fotos, foi coletado como amostra de conveniência. A análise discursiva foi a técnica utilizada, com o apoio do *software* NVivo. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe fundamenta os conceitos e noções utilizados e orienta o percurso metodológico adotado. Os resultados confirmam parcialmente a hipótese e apontam um desígnio à conservadorização do social, dissimulado no uso vistoso do verde amarelo e da bandeira nacional.

Palavras-chave: Símbolos nacionais. Bolsonarismo. 7 de setembro. Teoria do Discurso.

Abstract

VALE, Beatriz Franco Pereira do. **The appropriation of the national symbols by bolsonarism:** a discourse analysis on the 7th of September in the Bolsonaro Government. Advisor: Bianca de Freitas Linhares. 2023. 118f. Dissertation (Masters in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

In the last decade, there has been a conspicuous use of national symbols by subjects and groups positioned on the right and far-right of the political spectrum. Particularly, considering the rise of Jair Bolsonaro as the hegemonic representative of the far-right in Brazil, to the Presidency of the Republic, this dissertation aimed to address the following problem: How did the discursive construction of national symbols by bolsonarism unfold during the 7s of September commemorations in the Bolsonaro Government (2019-2022)? The guiding hypothesis of this work suggests that bolsonarism's discursive construction of national symbols occurred through the defense of conservative values in antagonism to their enemies, who were considered by bolsonarists as enemies of the nation. To test this hypothesis and achieve the proposed objectives, a qualitative documentary research was employed, with a body of analysis comprising newspapers, videos, and photographs, collected as a convenience sample. Discourse analysis was the technique used, with the support of NVivo software. The Theory of Discourse by Laclau and Mouffe underpins the concepts and notions used and guides the adopted methodological approach. The results partially confirm the hypothesis and indicate a tendency towards the social conservatization, subtly concealed in the ostentatious use of the green and yellow colors and the nation brazilian flag.

Keywords: National symbols. Bolsonarism. 7th of september. Theory of Discourse.

Lista de Figuras

Figura 1	Diagrama cadeias de equivalências.....	85
Figura 2	O trajar patriótico.....	89
Figura 3	Militarismo como valor.....	90
Figura 4	Tratores representando o Agronegócio.....	91
Figura 5	Cristandade e Família.....	93
Figura 6	Jair Bolsonaro e uma família com as cores verde e amarelo e estampa militar.....	94
Figura 7	Jair Bolsonaro abençoado por pastores evangélicos.....	95
Figura 8	Jair Bolsonaro ora com representante católico.....	95
Figura 9	Reverência sobre o Rio São Francisco.....	95
Figura 10	Eduardo Bolsonaro e a liberdade conservada.....	97
Figura 11	Nuvem de palavras do bolsonarismo nos 7s de Setembro...	97

Lista de tabelas

Tabela 1	Matriz de vídeos por Canais-Ano.....	43
Tabela 2	Corpo de Análise.....	45
Tabela 3	Nós e subnós instrumentalizados na análise discursiva.....	48

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Marco teórico-conceitual.....	16
2.1 Teoria do Discurso.....	16
2.2 Símbolos Nacionais: Nação, Identidade Nacional e Nacionalismo.....	28
3. Metodologia.....	42
4. Os contextos de emergência.....	50
4.1 A emergência da extrema direita no contexto nacional e o caso do bolsonarismo.....	50
4.2 Os contextos de emergência dos 7s de Setembro no Governo Bolsonaro.....	61
4.2.1 O 7 de Setembro no primeiro ano de Governo Bolsonaro (2019).....	61
4.2.2 O 7 de Setembro em um contexto pandêmico (2020).....	64
4.2.3 O 7 de Setembro em um contexto de grave crise institucional (2021).....	66
4.2.4 O 7 de Setembro em ano eleitoral (2022).....	71
4.3 Considerações parciais.....	73
5. Os inimigos da nação não trajam verde e amarelo.....	75
5.1 Os inimigos da nação no discurso do bolsonarismo.....	75
5.1.1 O Bolsonarismo <i>versus</i> Lula, o Partido dos Trabalhadores e a Esquerda: o antagonismo pautado na moral cristã.....	78
5.1.2 O Bolsonarismo <i>versus</i> o Supremo Tribunal Federal: o antagonismo na disputa pela Democracia em torno da Constituição.....	82
5.1.3 O antagônico no discurso bolsonarista.....	84
5.2. Os símbolos nacionais nas articulações discursivas do bolsonarismo.....	86
6. Considerações finais.....	101
Referências.....	105

1 Introdução

A partir de uma abordagem pós-estruturalista das relações que se dão no social, esta pesquisa tem como tema a relação do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais. Estes têm sido capturados, sequestrados ou apropriados, de acordo com a literatura (GUEDES; SILVA, 2019; ROCHA, 2021; SOLANO, 2019), por sujeitos e grupos à direita e à extrema direita no campo político. Esta apropriação é bem sucedida no caso do bolsonarismo, objeto desta pesquisa, dada a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República no Brasil em 2019.

A problemática da identidade é fundamental à compreensão de fenômenos e mobilizações políticas e sociais e, portanto, à pesquisa aqui proposta. A partir das últimas décadas do século XX, uma multiplicidade de identidades emergiram e se legitimaram nesse contexto, acompanhadas também do esfacelamento de determinadas formas de identificação e de outras identidades que, de maneira repaginada ou não, se fazem presentes e influentes novamente. Este é o caso da identidade nacional.

A identidade nacional e a questão da nação tendem a ser entendidas como fenômenos naturais, que existem de forma atemporal, visto sua sedimentação no tecido social no tempo presente. Porém, a nação e seus intrincamentos tem origens na modernidade. Em sua construção, lançou-se mão de símbolos que representariam o ideal de nação, os valores desta, a integração e coesão social e mobilizariam sentimentos de pertencimento e identidade do povo (HOBSBAWM; RANGER, 2008), elementos estes que ainda possuem poder de influenciar e mobilizar sujeitos e grupos através da nacionalidade.

Como instrumentos políticos de mobilização social e que não possuem uma natureza transcendental, os símbolos nacionais oficiais foram instituídos de acordo com as diferentes culturas nacionais. No Brasil, são reconhecidos oficialmente nos dias atuais o Hino e a Bandeira Nacional, além das Armas e o Selo Nacionais (AGÊNCIA SENADO, 2020). Simbolizam também a nação brasileira as cores verde e amarelo, além das efemérides nacionais. Todavia, os símbolos nacionais, fundamentais à construção de um imaginário brasileiro, podem ser subvertidos em discursos de violência, pois “[e]m algumas situações de representações políticas o nacionalismo começa a ir contra os próprios princípios da nação, como a liberdade e democracia, e volta da ditadura, violência e discurso de ódio” (AGÊNCIA SENADO, 2020, s.n.).

Nesse sentido, observou-se uma segmentação ideológica no que diz respeito ao uso de determinados símbolos nacionais no Brasil nos últimos anos. O verde e amarelo, a bandeira nacional, a camiseta da seleção brasileira de futebol, brados patrióticos e outras expressões com apelos nacionalistas, em diferentes formas, vêm se constituindo como recursos discursivos prevaletentes de sujeitos e grupos identificados como extremistas à direita no campo político.

Na década de 2010, a extrema direita reemergiu na cena política do mundo ocidental, acumulando poder mobilizador de sujeitos e grupos sociais e ascendendo ao poder institucional em diversos países. No Brasil, Jair Bolsonaro pode ser considerado como a personificação hegemônica da extrema direita no contexto nacional, tendo alçado ao cargo de Presidente da República em 2019. O então chefe do Executivo se coloca como representante de valores e ideais característicos de ideologias conservadoras e liberais, como a defesa da família, da pátria, do livre mercado e dos valores cristãos (SOLANO, 2019). Além destas posições ideológicas, o estímulo à flexibilização, ao acesso e posse de armamento pela população, a militarização do governo e manifestações pró-intervenção militar, constantes ataques às instituições públicas e discursos de ódio contra sujeitos subalternizados compõem esta caracterização dele como extremista de direita (SOLANO, 2018).

Essa emergência contemporânea da extrema direita no Brasil, representada hegemonicamente em Jair Bolsonaro, estende-se ao social sob o que chama-se aqui de bolsonarismo, objeto central desta pesquisa. Por bolsonarismo, entende-se um fenômeno político-social de posicionamento ideológico conservador cuja existência foi possibilitada pelo contexto de crise vivenciado na última década. No bolsonarismo, estão reunidos diferentes grupos sociais, mas ao que interessa neste momento, fazem parte deste conjunto Jair Bolsonaro e sua família, o Governo Bolsonaro e os apoiadores bolsonaristas.

O uso ostensivo de símbolos nacionais pelo bolsonarismo estimula a associação destes símbolos aos próprios valores e pautas que Bolsonaro busca representar. Menciona-se aqui o *slogan* do Governo Federal (2019-2022), “Pátria Amada Brasil”, e a presença marcante da bandeira nacional e outros elementos que invocam um imaginário patriótico/nacionalista em eventos e *lives* bolsonaristas¹.

¹ As *lives* bolsonaristas se caracterizam como vídeos ao vivo veiculados via internet nos canais e redes sociais de personalidades do bolsonarismo e que permitem um contato direto entre, por exemplo, Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

Ademais, grandes mobilizações promovidas pelo agora ex-Presidente da República foram realizadas na data de 7 de setembro², Dia da Independência do Brasil, durante o seu governo, o que pode configurar uma ressemantização da representação desta data, que, dentre as efemérides nacionais, possui maior poder de mobilização social.

Considerando símbolos como importantes instrumentos de socialização, especialmente nos contextos dos Estados-nação, é possível observar que os símbolos nacionais ocupam *locus* relevante e estratégico em mobilizações político-sociais de interesse coletivo e nacional, não podendo ser ignorados os fenômenos que os circunscrevem. Depreende-se, portanto, a relevância de se pesquisar a apropriação de símbolos nacionais pela extrema direita brasileira, representada, principalmente, no bolsonarismo.

A pesquisa aqui proposta toma emprestada a noção de discurso de Laclau e Mouffe. Para os autores, a prática discursiva não se limita à fala ou à escrita, mas compreende também outras formas e recursos, objetivando mobilizar o social emocional e afetivamente em um plano simbólico (MOUFFE, 2018). Assim, o uso ostensivo de símbolos nacionais por esses grupos também pode ser considerado discurso, justificando o uso dos aportes teóricos-conceituais da Teoria do Discurso nas análises a serem realizadas. Estas análises, por sua vez, estão centradas no caso das comemorações da Independência do Brasil nos quatro anos do Governo Bolsonaro na Presidência da República. O corpo de análise conta com materiais de diferentes naturezas - jornais, fotos e vídeos - o que possibilita explorar as construções discursivas bolsonaristas em diferentes formas em um mesmo contexto sob diferentes perspectivas.

A partir deste exposto, busca-se responder o seguinte problema: Como se deu a construção discursiva sobre os símbolos nacionais pelo bolsonarismo nas comemorações do 7 de Setembro no Governo Bolsonaro (2019-2022)? A hipótese que orienta a consecução desta pesquisa é de que a construção discursiva do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais se deu através da defesa de valores conservadores em antagonismo aos seus inimigos, considerados pelos bolsonaristas como os inimigos da nação. Por valores conservadores, entende-se aqueles pautados pela orientação religiosa cristã, como a defesa da “família tradicional”, a manutenção

² A associação em questão, de apropriação dos símbolos nacionais pela bolsonarismo tem, por efeito, produzido manifestações que se antagonizam a este fenômeno, da rejeição destes símbolos a mobilizações de reapropriação destes.

de uma ordem hierárquica de domínio do homem sobre a mulher, de um ideal de masculinidade e uma moralidade fundamentada na Bíblia.

Como objetivo geral, busca-se compreender a apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo nos 7s de Setembro durante o Governo Bolsonaro. A fim de atingi-lo, conta-se com 4 objetivos específicos: *i)* Verificar as condições de emergência da extrema direita que resultou na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República; *ii)* Apreender a instrumentalização e função de símbolos nacionais ao bolsonarismo; *iii)* Averiguar quem são os inimigos da nação no discurso do bolsonarismo; *iv)* Identificar as principais articulações discursivas do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais nos 7s de Setembro.

A fim de testar a hipótese estabelecida, este trabalho divide-se em 6 capítulos contando esta introdução e as considerações finais, da maneira exposta a seguir. No segundo capítulo, destinado à apresentação do marco teórico-conceitual, desenvolve-se, em sua primeira seção, a Teoria do Discurso (TD) de Laclau e Mouffe (1985), que fundamenta e orienta teórica e metodologicamente a presente pesquisa. Da TD, toma-se emprestado à análise, principalmente, os seguintes conceitos e noções: discurso, articulação, identidade, ideologia e antagonismo. Na segunda seção deste capítulo, dedica-se à discussão em torno dos símbolos nacionais, que envolve, inexoravelmente, a questão da nação, identidade nacional e nacionalismo. É nesta seção, também, que se caracteriza os símbolos nacionais brasileiros a serem instrumentalizados na pesquisa. Estes são: 7 de Setembro (ou Dia da Independência); Bandeira Nacional; as cores Verde e Amarelo; Hino Nacional; e a camiseta da Seleção Brasileira de Futebol, a “amarelinha”.

Opta-se pela apresentação do capítulo principalmente teórico anteriormente ao capítulo metodológico. Isto se dá devido ao entendimento de que a metodologia é fundamentada e orientada pela teoria, neste caso, pela Teoria do Discurso. Da mesma forma, as teorizações sobre os símbolos nacionais é fundamental à construção metodológica ao delimitar os instrumentos de análise.

Assim, o capítulo 3 é dedicado à explanação da metodologia e do percurso seguido à realização da análise discursiva. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo documental. Os materiais que compõem o *corpus* analisado foram coletados em diferentes sítios eletrônicos de cunho jornalístico e em canais de YouTube, tanto de jornais, membros da Família Bolsonaro e da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC). No processo de análise, utilizou-se o *software* NVivo como suporte.

No capítulo subsequente, também dividido em duas seções, busca-se, na primeira, discutir as teorias das “novas” direitas, o contexto político nacional a partir da década de 2010 e o bolsonarismo enquanto um fenômeno extremista à direita no espectro político. Depois, na segunda seção, são apresentados os contextos de emergência de cada um dos 7s de Setembro durante o Governo Bolsonaro - 2019, 2020, 2021 e 2022, já dialogando com os resultados da análise empreendida.

O quinto capítulo, voltado à análise dos dados, dedica-se, na seção 5.1, a entender os inimigos da nação no discurso do bolsonarismo e subdivide-se em 3 subseções, que giram em torno dos antagonismos identificados (subseções 5.1.1 e 5.1.2), Comunismo e Supremo Tribunal Federal, e dos principais pontos da pesquisa levantados nesta seção (subseção 5.1.3). Na seção 5.2, dedica-se à identificação de como os símbolos nacionais estão articulados nas construções discursivas do bolsonarismo, dialogando diretamente com a seção anterior e com os valores conservadores do bolsonarismo. Por fim, no capítulo 6, realizam-se as considerações finais.

2 Marco teórico-conceitual

Este capítulo dedica-se às teorias e aos conceitos que fundamentam às análises empreendidas. Na primeira seção, trabalha-se a Teoria do Discurso, de Laclau e Mouffe, base teórica desta pesquisa. Na seção subsequente, trabalha-se com as teorias e literaturas sobre a questão da nação e os símbolos nacionais, instrumentalizados nessas análises.

2.1 Teoria do Discurso

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, inserida no campo de produção de conhecimento a partir de uma abordagem pós-estruturalista, possibilita a análise e apreensão dos fenômenos, relações e dinâmicas sociais mais plásticas, visto a possibilidade de se estudá-los levando em consideração seus aspectos subjetivos e ontológicos, além de levar em consideração seu caráter contingente e precário. Dessa maneira, a Teoria do Discurso oferece conceitos, noções e categoriais à presente pesquisa. Aqui, serão trabalhados os conceitos/noções de I) Discurso e Articulação; II) Identidade e Ideologia; III) Antagonismo, sempre atravessados pela questão do universalismo e particularismo. A divisão destas se dá mais ou menos na sequência de suas apresentações acima, visto a conexão e sistematicidade entre estas na teoria de Laclau e Mouffe.

O contexto de emergência desta teoria é parte importante de sua compreensão, sendo necessário apresentar, inicialmente, o surgimento dos escritos de Laclau e Mouffe, que têm sido reputados como de orientação pós-marxista. O marxismo pode ser considerado uma das teorias mais relevantes do século XIX e XX no campo dos estudos sociais, como na Ciências Econômicas e na Ciência Política, por exemplo. Seus conceitos e consequentes aplicações, porém, começaram a apresentar limitações em meados do século passado e a sofrer diversas críticas. Para Laclau e Mouffe (2004 [1985], p. 8, tradução nossa), “havia um hiato crescente entre as realidades do capitalismo contemporâneo e o que o marxismo podia legitimamente subsumir sob suas próprias categorias”³.

³ “[h]abía un hiato creciente entre las realidades del capitalismo contemporáneo y lo que el marxismo podía legítimamente subsumir bajo sus propias categorías”.

Algumas destas críticas partem, e partiram, de uma abordagem pós-estruturalista das relações sociais. Parte relevante dessas críticas residem nas ideias de universalidade e totalidade presentes na teoria marxista, consideradas essencialistas (GASCHÉ, 2008). Não rompendo com o marxismo, mas se colocando no campo dos estudos pós-marxistas, Laclau e Mouffe, a partir da publicação de *Hegemonia y Estrategia Socialista* (1985), colocam-se como teóricos influentes no campo da política e do social com a Teoria do Discurso.

Segundo os autores, o argumento utilizado por eles busca contribuir aos debates “em torno da relação entre universalismo e particularismo”, mas diz respeito a “um tipo muito particular de universalismo” (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 13, tradução nossa). Conforme Gasché (2008, p. 37, tradução nossa),

a ideia da universalidade em questão, para além de ser um conceito abstrato ou meramente formal, está intimamente vinculada a temas como a articulação hegemônica, a questão da representação, a sociedade democrática e, com certeza, a possibilidade do social e do político. Junto com a particularização, a universalização é um movimento concreto e constitutivo da vida social e política⁴.

Parte desta discussão se insere no debate em torno da ideologia, introduzida nas relações político-sociais, incontestavelmente, por Marx e, após, exaustivamente trabalhada por autores marxistas. Segundo Mello *et al.* (2016), há uma busca pela universalidade inerente às ideologias políticas; uma pretensão em tornar-se, enquanto particularidade, universal. Quanto à totalidade, segundo Löwy (2008, p. 16), a partir de discussões promovidas por Lukács em *História e Consciência de Classe*, esta seria uma categoria metodológica à compreensão “da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder sua relação com o conjunto”.

Conforme Laclau (2000), os enfoques clássicos da tradição marxista no que tange o conceito de ideologia, de abordá-la a partir de uma totalidade do social e, por outro lado, como falsa consciência, baseavam-se em uma concepção essencialista da sociedade. O questionamento e negação da ideia de uma totalidade fechada presente no pensamento estruturalista e a transição ao

⁴ “la idea de universalidad en cuestión, lejos de ser un concepto abstracto o meramente formal, está íntimamente vinculada a temas como la articulación hegemónica, la cuestión de la representación, la sociedad democrática y, por cierto, la posibilidad misma de lo social y lo político. Junto con la particularización, la universalización es un movimiento concreto y constitutivo de la vida social y política”.

pós-estruturalismo são fundamentais à compreensão da Teoria do Discurso e da noção de hegemonia (LACLAU, 2003) nos trabalhos do autor.

Para Laclau, a “sociedade” é constituída por excesso de sentidos, excesso este que, por sua vez, impossibilitaria uma totalidade fechada dessa, sendo o social caracterizado por sua infinitude de sentidos e possibilidades (LACLAU, 2000). Todavia, para ele, em meio a um contexto caótico de significantes flutuantes e de disputas sobre eles, haveria sempre tentativas de fixações parciais destes por forças políticas presentes no social através de disputas discursivas (LACLAU, s/d). Assim, neste momento, faz-se necessário compreender o que seria discurso.

Segundo Mouffe (2018, n.p.), a prática discursiva não está limitada apenas àquilo que se fala ou escreve, mas “a práticas significativas nas quais significação e ação, componentes linguísticos e afetivos, não possam ser separados”, a exemplo daqueles que estão exteriorizados visualmente (PINTO, 2009). Conforme Burity (2014, p. 66), “[o] discurso é uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes. É parte inseparável da ontologia social dos objetos”.

De acordo com Laclau (2005a), discursos seriam qualquer complexo, sistema, de elementos nos quais as relações possuem um papel constitutivo, isto é, os elementos não pré-existem ao complexo relacional. Segundo Ferreira (2011), o discurso, para o teórico argentino, é o terreno primário no qual a realidade se constitui. Isto é, fora do discurso há existência, porém apenas por meio de construções discursivas essa existência se torna uma existência significativa. Ainda para o autor, todo discurso é uma tentativa de apreender o social e este “é ontologicamente político à medida que se estabelece fronteiras entre as identidades e, também, visto que está em constante disputa pela imposição do sentido” (FERREIRA, 2011, p. 18).

Um discurso, por sua vez, a partir da teoria de Laclau e Mouffe, é constituído a partir de práticas articulatórias. A articulação se dá entre elementos, diferenças, particularidades existentes no social que, ao serem articuladas em torno de um ponto nodal, tornam-se momentos – identidades diferenciais (LACLAU; MOUFFE, 2004). Estes momentos, porém, não apagam as particularidades anteriores dos elementos-momentos, mas, em torno de um

ponto nodal, um denominador comum enquanto princípio articulador, resultam em um discurso (MENDONÇA, 2009).

Nos desenvolvimentos sobre a noção de articulação e, por consequência, de discurso na Teoria do Discurso, as lógicas de equivalência e de diferença se fazem presentes como componentes elementares. A cadeia de equivalências, fundamentada teoricamente nos trabalhos de Saussure em referência às relações de sintagma e paradigma – combinação/substituição – (LACLAU, 2003), é constituída a partir de demandas antes dispersas no social em torno de um objetivo comum através do processo articulatório. Quanto à lógica de diferença, esta pode ser considerada anterior ao complexo equivalencial, visto as diferenças sociais serem constitutivas às equivalências que se formam na articulação (PINTO, 2009). Se os elementos não fossem diferentes entre si, apesar de compartilharem similitudes, o processo articulatório entre eles levaria à igualdade, e não à equivalência. Essas identidades diferenciais estão fundamentadas também na concepção de infixabilidade das identidades sociais, visto a impossibilidade de determinações últimas no que tange às dinâmicas sociais, o que possibilita novas e diferentes combinações entre os elementos sociais de acordo com as condições de emergência (LACLAU, 2011).

Assim, esta articulação emerge a partir dos elementos que se equivalem no social a partir de processos identificatórios em torno de um denominador comum, e não o contrário (LACLAU, 2005b). Ainda para o autor, a cadeia equivalencial surge no encontro de demandas e reivindicações sociais, a exemplo do vácuo produzido pela incapacidade do sistema vigente de sanear reivindicações sociais. Assim, neste exemplo, a incapacidade institucional de satisfazer as demandas do povo propiciaria um “espaço livre” do qual um ponto nodal pode emergir entre as diversas demandas existentes; possibilitaria a construção de um discurso contra esta institucionalidade que aglutina as diferenças presentes no social.

Ainda conforme Laclau (2005b), quanto mais comprida, extensa, a cadeia de equivalências, maior será a fragilidade das conexões entre os elementos-momentos. Isto é, o aumento extensivo ao reunir uma multiplicidade de demandas em uma construção discursiva impõe um enfraquecimento da representação produzida por esta cadeia, dada a necessidade de se tornar cada vez mais genérica a fim de comportar o volume de particularidades presentes

nessa. Assim, as construções discursivas que se colocam em um contexto de disputa pela hegemonia constituem-se a partir de significantes tendencialmente vazios, ou seja, a chamada pobreza de determinados símbolos e representações é condição de proficuidade política destes (*ibidem*). Em síntese, em uma cadeia de equivalência muito extensa provavelmente conseguirá emergir dessas relações um significante tendencialmente vazio, isso pela sua característica de abarcar em si todas as demandas presentes nessa cadeia extensa.

No que diz respeito a compreensão laclauiana e mouffiana de “um tipo muito particular de universalismo” e as críticas pós-estruturalistas à uma suposta totalidade social, os autores recuperam e renovam a noção de hegemonia a partir dos trabalhos de Gramsci. Segundo Mendonça (2009), a Teoria do Discurso também pode ser entendida como Teoria da Hegemonia, pois uma relação hegemônica, isto é, um contexto de disputa discursiva à hegemonia esboça a tentativa de constituição de uma ordem. Essa hegemonia tem a pretensão de se universalizar, dar conta da totalidade do social e apresentar-se como permanente e transcendental, mas estará sempre sujeita à precariedade do social (*ibidem*). Assim, as relações hegemônicas pretendem a uma totalidade, mas esta “é inalcançável e somente pode existir circulando entre particularidades que assumem temporariamente o papel de encarná-la” (LACLAU, 2003, n.p., tradução nossa)⁵.

Assim, nega-se a ideia de um centro estrutural que privilegiaria alguns elementos em detrimento de outros por determinações teleológicas, uma centralidade que existiria *a priori* (LACLAU, 2005a; MOUFFE, 2018). Segundo Rancière (1996), nenhuma ordem social é uma ordem transcendental, divina. Portanto, nenhuma ordem social estaria predestinada a ser e condicionada a estruturas imutáveis, permanentes, a determinações últimas. Assim, para Laclau e Mouffe (1987, p. 166), as ordens sociais são caracterizadas por suas precariedades, contingências, “uma vez que o social em si não possui essência”. Por mais que uma hegemonia se mantenha durante um período – que pode ser longo, a exemplo dos Estados nacionais –, essa permanência não é definitiva e

⁵ “[...] is unachievable and can only exist circulating among particularities which assume temporarily the role of incarnating it”.

pode sofrer alterações e/ou transformações a qualquer momento, o que depende da conjuntura (sempre contingente).

Nesse sentido, a ideia de articulação é fundamental na Teoria do Discurso como componente central. Laclau e Mouffe (1987), ao negarem uma totalidade fechada, fundante de processos sociais, entendem o processo articulatório como organizador e formador das relações sociais. Nestas, estão inseridas relações de poder que privilegiariam, conjunturalmente, determinados discursos em detrimento do outro. Isto seria possibilitado pela hegemonia contingente. Esta, desenvolvida pelos autores baseando-se no trabalho de Gramsci, seria constituída a partir de uma ampla articulação entre vários elementos presentes no social e na qual qualquer relação política pode alçar o *status* de hegemonia (PESSOA, 2014). A hegemonia/poder seria, portanto, a construção de um vazio significativo (LACLAU, 2005b).

Em um contexto heterogêneo, de multiplicidade de particularidades, uma totalidade ou unidade estrutural seria inalcançável. Ela apenas seria possível no campo das representações, que articularia as diferenças, elementos, de forma precária, contingente (LACLAU, 2003), em uma metaforização dos sentidos literais das demandas heterogêneas (FERREIRA, 2011). Essa representação se daria então em uma dimensão simbólica, subjetiva, através de cadeias de equivalências (LACLAU, 2005a), visto a impossibilidade de suturar todas as diferenças existentes no social.

A representação seria resultado da impossibilidade de uma universalidade última, conquanto encarna essa totalidade, conforme Laclau (2005b). Ela seria possibilitada na medida em que uma das diferenças presentes no social, sem abandonar sua própria particularidade, alça o *status* de representante da cadeia de equivalências como totalidade, através, sempre, de um processo articulatório. Dada a amplitude necessária desta cadeia para acumular poder relativo, reunir-se-iam nesta uma multiplicidade de diferenças. Desse modo, a construção de uma subjetividade que ligaria essas diferenças é possível somente sobre a base da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios (*ibidem*).

Isto é, estes significantes não estariam fundamentados em nada concreto, material, possuindo assim um vazio imanente de forma a possibilitar a representação das múltiplas diferenças equivalentes. Essa característica da representação, isto é, esse vazio imanente, seria também constitutivo de sua

subversão, na medida em que possibilita um contexto discursivo caótico; um contexto de disputas permanentes sobre ela (LACLAU, 2005b). Assim, os significantes seriam também flutuantes, que, ainda segundo o autor, são a expressão da ambiguidade inerente a todas as fronteiras e a impossibilidade destas últimas adquirirem uma estabilidade definitiva.

Assim, a partir de articulações dos elementos através de complexos relacionais, isto é, cadeias de equivalências, constituem-se os momentos que, por sua vez, possibilitam os processos de identificação e definição de identidades sociais, de maneira sempre contingente (FERREIRA, 2011). Conforme Pessoa (2014, p. 155), a “articulação é o processo que conduz a formação de uma identidade política”.

Os novos sujeitos ou velhos sujeitos sociais são construídos através de práticas identificatórias – e não por uma confluência de interesses objetivos e previamente dados à constituição de sujeitos coletivos capazes de articulá-los. Processos identificatórios, por definição, envolvem uma dimensão de afeto, cargas pulsionais que não se resumem a carências materiais dadas ou a um denominador comum a todos os sujeitos interpelados pelo discurso (contra-) hegemônico (BURITY, 2014, p. 72).

Pode-se compreender, portanto, discursos, na concepção de Laclau e Mouffe, como constitutivos de identidades políticas. Assim, a emergência e proliferação de múltiplas identidades – sociais, nacionais e políticas – nas últimas décadas (LACLAU, 1993) pressupõem a emergência e proliferação de uma multiplicidade de discursos e uma diferenciação entre estes. Conforme Silva (2014 *apud* SILVA; BARON, 2021, p. 3), os sentidos e significados presentes nos discursos são produtos de uma relação de retroalimentação entre estes e a incorporação destes pelos sujeitos e, “[e]ssa operação provoca efeitos concretos nos indivíduos, sobretudo na forma como irão compreender o contexto social e político em que estão inseridos”. Assim, se introduz novamente aqui a questão ideológica.

Para Löwy (2008), as ideologias, enquanto produtos sociais, têm que ser analisadas a partir de seus contextos históricos, que propiciariam condições para suas emergências. Assim, as ideologias seriam concepções da vida social em determinado contexto, visões sociais de mundo; isto é, formas de se perceber o social em seu tempo-espço. Em uma abordagem pós-estruturalista, na qual nenhuma ordem ou estrutura estaria fundada na natureza e possuiriam caráter

imutável (RANCIÈRE, 1996), as ideologias e as identidades – sociais, políticas, nacionais – estariam sujeitas ao seu contexto de emergência.

Como importante componente às identidades coletivas, as “paixões” são recuperadas por Mouffe (2015), no que se refere à sua abordagem do social e do político, em crítica a um suposto consenso racional, deliberado, presentes nas teorias políticas contemporâneas. Ainda conforme a teórica belga, as “paixões” seriam

vários impulsos emocionais que se encontram na origem das formas de identificação coletivas. [...] “paixões” como uma das forças motrizes do campo da política [...] (p. 23). É crucial, portanto, levar em consideração a dimensão afetiva da política [...]. O propósito é estabelecer uma profunda identificação entre os membros da comunidade, uni-los numa identidade comum. Uma identidade coletiva, um “nós”, o resultado de um investimento libidinal, mas isto implica necessariamente a definição de um “eles” (p. 24-25). [...] Como observou Yannis Stravakakis, segundo a teoria lacaniana, o que possibilita a persistência de formas de identificação sociopolítica é o fato de que elas oferecem ao agente social uma forma de *jouissance* (MOUFFE, 2015, p. 24-26)

Fica nítido, a partir do trecho acima, o papel de elementos (inter)subjetivos no social e no político a partir da Teoria do Discurso. A presença marcante destes na argumentação de Mouffe nega qualquer tentativa objetiva de apreensão total destas dimensões, dado que estes elementos subjetivos cimentam identidades coletivas, que mobilizam os sujeitos, em uma dimensão ontológica.

Sendo esta dimensão ontológica imanente, própria do ser, assim como a chamada falta constitutiva, os sujeitos estão sujeitados à necessidade insuperável de identificação, de se reconhecer no Outro (TOLEDO; COSTA, 2020). É dessa necessidade que o compartilhar determinados valores, princípios, gostos, paixões, afetos, verdades, isto é, ideologias, visões de mundo, emerge como ação fundamental ao processo de identificação, e é nesse espaço que aquilo que é inconsciente manifesta-se, como dimensão própria e imanente ao ser humano. Convém, portanto, retomar brevemente a crítica laclauiana da noção marxista de ideologia como falsa consciência, pois esta pressuporia uma consciência verdadeira. Sobre esta, Costa (2012, p. 587) diz:

Cabe ressaltar que diante da inexistência de um fundamento subjacente à história, de um sujeito político predeterminado e, assim, da impossibilidade de uma objetividade plena, a noção de reificação e de falsa consciência, presentes no marxismo ortodoxo, não tem lugar na perspectiva de Laclau. O processo de nomeação do universal a partir uma relação equivalencial, ou em outros termos, a “elevação de um objeto à dignidade da Coisa”, que caracteriza qualquer relação

política, ao entender esta como uma relação hegemônica, não se trata de uma distorção ideológica a ser revertida em nome de uma verdadeira consciência, mas simplesmente de uma construção contingente da consciência.

A verdade, a partir de uma abordagem pós-estruturalista e pós-fundacional, perde seu status transcendental de objeto neutro, imparcial, de produto da razão. Ela passa a ser questionada como objeto também fruto de determinada ideologia, de certa parcialidade, como instrumento discursivo de poder. Assim, deixaria de existir uma verdade absoluta a todos os homens, incontestável, pois a “verdade” seria também uma construção social e passível de desconstrução (PINTO, 2009).

A ideologia seria, portanto, constitutiva de uma “vontade coletiva”, ao funcionar como um cimento, uma liga, entre vários grupos, sujeitos e setores presentes no social (LACLAU; MOUFFE, 2004). Assim, os autores, partindo da definição gramsciana de ideologia, compreendem as ideologias presentes no social enquanto um “todo orgânico e relacional, encarnado em aparatos e instituições, que solda a unidade de um bloco histórico em torno de determinados princípios articulatórios básicos” (*ibidem*, p. 101), enquanto discurso, conjunto de ideias, valores, demandas etc., que busca se hegemonizar, enquanto concepções e visões sociais de mundo que buscam se universalizar.

Pode-se compreender, portanto, as ideologias como um conjunto de subjetividades relativas ao social que podem ser compartilhadas por diferentes identidades, de forma a propiciar, entre estas, um terreno para articulação entre si, ao compartilhar uma visão de mundo em comum partindo de lugares – demandas – diferentes. Nas dinâmicas sociais, a pretensão à universalidade aparece como objetivo finalístico das ideologias. Nesse sentido, compreende-se o universalismo de Laclau e Mouffe não como uma noção ou uma categoria, mas como característica imanente às ideologias – as visões e concepção do que o social deveria ser –, e, portanto, atravessada nas construções discursivas e nas identidades. Corrobora-se essa compreensão com o seguinte trecho, relativo ao espaço da hegemonia. Este é, para os autores, “o [espaço] do estalido de uma concepção da inteligibilidade do social que reduz seus momentos distintos à interioridade de um paradigma fechado” (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 129,

tradução nossa)⁶. Assim, não convém analisar se determinada identidade ou ideologia buscam se hegemonizar, isto é pressuposto no campo da discursividade. O que importa *de facto* é analisar quais os sentidos – ideias, valores, princípios, verdades – se buscam hegemonizar, levando em consideração o contexto em que os discursos, e consequentes disputas entre eles, estão inseridos.

Para Laclau (1993, p. 31), o contexto atual, de aparecimento e legitimação de multiplicidade de identidades, decorreria “do colapso dos lugares a partir dos quais os sujeitos universais”, como no marxismo clássico, “falavam”, o que introduz a questão de sobreposição de universal em primazia das particularidades. O autor, porém, excedendo essa dicotomização entre particular-universal, aponta a importância do particular ao universal e do universal ao particular, visto que a coexistência de uma diversidade no social pressupõe a comensalidade de alguns valores universais (LACLAU, 1993). Assim, as particularidades – diferenças, identidades – só existiriam em um mesmo campo de significação e de sentidos partilhados, isto é, no campo da discursividade (SILVA; BARON, 2021). Neste, conceituado como “terreno necessário de constituição de toda prática social” (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 151, tradução nossa), em disputa pela hegemonia, determinados discursos que, por sua vez, constituem determinadas identidades, intentam à universalidade.

Parte fundamental deste processo de hegemonização se dá, conforme a Teoria do Discurso (2004), na construção de antagonismos. A multiplicidade de identidades presentes nas sociedades contemporâneas excede uma lógica antagônica de divisão destas entre capital e trabalho, conforme a teoria marxista (MENDONÇA, 2009).

A articulação das diferenças em cadeias de equivalência, de acordo com Laclau (2005a), são possibilitadas, também, pela rejeição comum de uma identidade excluída, constituindo-se assim identidades coletivas a partir da antagonização das diversas diferenças presentes nestas a um inimigo em comum. Esse antagonismo, conforme Mouffe (2018), é inerradicável, dada a multiplicidade de perspectivas e valores coexistentes na sociedade moderna.

⁶ “el [espacio] del estallido de una concepción de la inteligibilidad de lo social que reduce sus distintos momentos a la interioridade de un paradigma cerrado”.

Assim, o componente antagônico se faz sempre presente e é central à construção de identidades coletivas.

Segundo Mendonça (2003), o antagonismo é uma relação de paradoxo, na medida em que ao mesmo tempo que é condição de impossibilidade da constituição de um sentido objetivo em toda e qualquer formação discursiva, ele também é condição de possibilidade dos elementos antagônicos presentes no campo da discursividade, espaço no qual os discursos disputam sentidos hegemônicos. Assim, ainda conforme o autor, o antagonismo é uma categoria ontológica, dado que ele “é entendido como a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou finalístico, à toda lógica discursiva” (MENDONÇA, 2009, p. 161).

Em *Hegemonía y Estrategia Socialista*, os autores afirmam os antagonismos presentes no social como exteriores à sociedade, isto é, “eles estabelecem os limites da sociedade, a impossibilidade desta última se constituir plenamente” (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 169, tradução nossa). Conforme Mendonça (2009, p. 161),

[...] o antagônico é sempre um discurso exterior; é sempre um discurso com diferente positividade. [...] o ponto fundamental para o entendimento da relação antagônica é que essa ocorre entre um “exterior constitutivo”⁷ que ameaça a existência de um “interior”.

Ao mesmo tempo em que este antagonismo ameaça a existência desse “interior” ele é a própria possibilidade de existência deste, na medida em que provoca a aglutinação das diferenças antes dispersas no social contra este elemento antagônico. Assim, Mendonça (2012) compreende o antagonismo como forma de identificação política a partir de uma ameaça.

O antagonismo não pode ser entendido como apenas outra diferença, como qualquer outra particularidade ôntica (TOLEDO; COSTA, 2020). Essa particularidade, que impede a constituição plena de determinada identidade, deve possuir uma natureza antagônica a outras diferenças (COSTA, 2012). Levado a um cenário hipotético extremista, o antagonismo produziria uma cena social dicotomizada entre “nós” e “eles”, obrigando “[t]odos os elementos sociais” a localizarem “suas identidades em torno de um desses dois polos”, pois

[...] num discurso antagônico de ruptura, o número de posições diferenciais sintagmáticas é radicalmente restrito e todas as

⁷ Referência à falta constitutiva lacaniana.

identidades estabelecem relações paradigmáticas de substituição com todas as outras em cada um dos dois polos (LACLAU, 2011, p. 202-203).

O cenário imaginado assim seria, portanto, um cenário no qual o particularismo seria levado ao extremo, em abando de qualquer universalismo que possibilita a vida em comum no social, isto é, um contexto de impossibilidade do social e de constituição de identidades coletivas. A isso, Zizek (1993) alerta que se faz necessário diferenciar o antagonismo em sua forma radical daquele que diz respeito às posições antagônicas relacionais, diferenciais, dos sujeitos. Assim, aponta-se a possibilidade de diferentes manifestações antagônicas a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe no social, mas que, para além da forma que possa vir a assumir, o antagonismo se faz presente de maneira imanente às relações sociais (MOUFFE, 2015).

Apesar da multiplicidade de identidades diferenciais que constituem o social contemporaneamente, ainda se fazem presentes componentes universalizados que possibilitam espaços comuns a estas diferenças e identidades coletivas que possuem poder de mobilização. A tese de uma crescente individualização das decisões políticas e de desaparecimento de “identidades coletivas construídas em termos de nós/eles” é criticada por Mouffe (2009, p.46). Para a autora, esse argumento compõe a chamada pós-política, que tem por efeito o impedimento da plena realização uma democracia radical e plural advogada por ela.

Cabe acrescentar a possibilidade de sedimentação de determinadas estruturas. O social é o terreno no qual as estruturas socialmente construídas estão sedimentadas; no qual determinadas articulações contingentes aparentam ser permanentes, transcendentais (LACLAU, 2011; MOUFFE, 2015). Essas práticas sociais sedimentadas, isto é, “formas sedimentadas de um poder que borrou os traços de sua própria contingência” (LACLAU, 2011, p. 154), são, de acordo com Mouffe (2015, p. 16) “parte uma parte constitutiva de qualquer sociedade viável” (MOUFFE, 2015, p. 16).

Em síntese, a relação entre aquilo que é particular e aquilo que é universal não estaria pré-determinada, sendo essa “essencialmente instável e indecível”, dependente “do contexto do antagonismo, e é, no estrito sentido do termo, uma operação hegemônica” (LACLAU, 2011, p. 40-41). Nesta operação, os

discursos, em qualquer forma que assumam, são fundamentais, enquanto complexos relacionais construídos a partir de processos de equivalências das diferenças presentes no social. É enquanto discurso que determinada diferença – particularidade, identidade – pode vir a alçar *status* hegemônico, se universalizar. Dada a multiplicidade de demandas no tempo presente, um discurso hegemônico precisaria passar por um esvaziamento de seus conteúdos, tornando-se um significante vazio, a fim de representar a totalidade, sempre inalcançável, do social.

As representações possibilitam a constituição de identidades políticas no social através de mobilizações simbólicas, que, por sua vez, constituem marcadamente a ideia de discurso laclauiana. O discurso excederia o campo da linguística, incluindo em seu espectro objetos, práticas, ações e outros elementos subjetivos, que escapam de uma determinada materialidade. Desse modo, possibilita-se o entendimento de diferentes objetos não-linguísticos como discursos. Além disso, visto as características apresentadas e dada sua natureza ontológica, as representações podem ser subvertidas, pressupondo assim um cenário político social de constantes disputas sobre elas.

A construção dessa hegemonia passaria também pelo estabelecimento de uma fronteira antagônica, um “eles” que impediria a plena realização do “nós”. Apesar da precariedade e contingência inerentes a toda estrutura social, uma ordem hegemônica, por vezes, pode ser entendida como natural, sendo assim adjetivada como uma construção social sedimentada.

A partir da discussão teórica realizada, depreende-se que os conceitos e noções de discurso, articulação, ideologia e antagonismo trabalhadas na Teoria do Discurso são adequados à realização das análises propostas. Na próxima seção, dedica-se a compreender e discutir melhor os símbolos nacionais e o universo no qual estão inseridos.

2.2 Símbolos Nacionais: Nação, Identidade Nacional e Nacionalismo

Nesta seção, serão apresentadas noções que serão instrumentalizadas na pesquisa. Assim, apresentam-se aqui os aportes conceituais sobre a nação e o complexo simbólico intrincado a esta ideia, como a identidade nacional e o nacionalismo. Segundo Pratt (1999, p. 10), “[n]o período pós-colonial surgem

situações novas, mas o nacionalismo, a nacionalidade e o Estado-nação permanecem como determinantes históricos irrefutáveis”.

A nação e seus intrincamentos tendem a ser entendidos como partes fundadas na natureza, que compõem a identidade de sujeitos e grupos de forma intemporal. Todavia, a nação, e tudo aquilo que envolve, originara-se, na forma que é compreendida no tempo presente, na modernidade (ANDERSON, 2008). Encarnadas principalmente nos chamados Estados nacionais, esta forma de identificação continua a atravessar, e ser atravessada, por múltiplas questões contemporâneas.

Na literatura moderna, de abordagem histórica, aponta-se elementos centrais que possibilitaram o surgimento, construção e consequentes estruturas das nações. Para Anderson (2008), o desenvolvimento dos Estados-nações foi possibilitado pela decadência da presença e importância da religião na vida comunitária como consequência da propagação das ideias iluministas. O terreno nivelado por estas ideias possibilitou que o “século XVIII, na Europa Ocidental” marcasse “não só o amanhecer da era do nacionalismo, mas também o anoitecer dos modos de pensamentos religiosos” (ANDERSON, 2008, p. 38), dando espaço a novas formas de subjetividades que suprissem o vazio deixado pela religiosidade.

Esses vácuos produzidos pela renegação de vínculos sociais e hierárquicos precedentes foram então, de acordo com Hobsbawm e Ranger (2008), preenchidos por tradições inventadas, que tinham como características gerais o estabelecimento e/ou simbolização a coesão social; a legitimação das novas instituições e status; e a socialização e difusão de ideias, valores e padrões de comportamento.

As nações modernas, para além das contingências territoriais e o conjunto de instituições que as qualificam como Estados, caracterizadas, mitologicamente, por uma uniformidade cultural, social e econômica, materializada por meio de leis, normas, idiomas, valores e outros elementos institucionalizados e difundidos como senso comum, lançaria mão de símbolos nacionais que representariam e constituiriam formas de identificação com este conjunto (HOBSBAWM; RANGER, 2008; ANDERSON, 1992).

Dessa forma, os símbolos nacionais acompanham a formação dos Estados-nação enquanto construções sociais seculares, de forma a mobilizar

subjetivamente sentimentos de pertencimento nacional e coesão social (HOBBSAWM; RANGER, 2008). Para Thiesse (2001), as variadas nações existentes possuem elementos centrais em suas invenções, como mitos fundadores e de origem; monumentos culturais e históricos; folclore, gastronomia, língua, entre outros. Esses têm como função a representação de uma comunidade imaginada no imaginário coletivo (ANDERSON, 2008); a função de construir no imaginário social a ideia de plenitude de uma nação, uma identidade nacional. Segundo Abreu (2012), há uma pretensão à universalidade na construção nacional.

A concepção da nacionalidade e seus signos de identidade seriam parte da transição mais importante da contemporaneidade, de acordo com Herrero de Miñón (2006). A aquisição de uma consciência nacional, visto suas características modernas, seria raiz dos processos políticos subsequentes, como a difusão dos ideais democráticos de igualdade, liberdade e laicidade. Quanto à aquisição, pode-se acrescentar a possibilidade de que esta não tenha ocorrido espontaneamente por sujeitos nacionalizados, mas sim de formas impositivas. Para Leite (1983), o nacionalismo emerge a partir das classes ilustradas, com maior poder social, político e econômico. De acordo com o autor

em vários países os grupos dominantes impõem – através da educação e dos vários meios de comunicação – o sentimento patriótico, o que evidentemente seria desnecessário se este fosse espontâneo nas massas populares. [...] o patriotismo ou nacionalismo foi, ao contrário, imposto de cima para baixo, num movimento intelectual e político, e não decorreu de movimento popular e espontâneo. Mais ainda, a constante propaganda nacionalista – que naturalmente se acentua em períodos de crise ou guerra – indica que esse sentimento é sustentado pela educação e pelos veículos de comunicação de massa (LEITE, 1983, p. 7-10).

Essa imposição trazida por Leite (1883) põe em questão as formas pelas quais as pessoas se identificam com determinada nação e seus intrincamentos. Ao mesmo tempo que o Estado-nação pode exigir formalmente o exercício da nacionalidade pelos sujeitos nesse subsumidos, por meio da cidadania – e os direitos e deveres a esta associados – e por instrumentos de coerção monopolizados pelas instituições públicas, isto é, por vias “palpáveis”, as (inter)subjetividades que buscam produzir – sentimentos de pertencimento, identidade e consciência nacional, por exemplo – escapam, se não em totalidade, ao menos em parte, do controle estatal. Ao habituar os cidadãos a determinadas regras, normas, celebrações e outros através de instrumentos

formais e materiais, não é possível pré-determinar como as tentativas de produção de sentidos nacionalistas serão apreendidas pelos diferentes sujeitos em uma dimensão psicológica. Todavia, essa consciência nacional objetivada pretende o coletivo, o universal, em detrimento de formas individuais e particulares de conscientização.

Nesse sentido, toma-se aqui os símbolos nacionais como representações e formas de identificação fundamentais à sedimentação da nação e que ainda compõem, de maneira relevante, o contexto político-social contemporâneo e as disputas que neste se dão. Faz-se necessário, assim, uma melhor compreensão do que são os símbolos nacionais e como estes constituem partes fundamentais à construção das identidades nacionais.

Segundo Bourdieu (1989), os símbolos são instrumentos de integração social e reprodução de uma ordem social, tendo, portanto, função política. White (1940) entende como símbolo uma coisa, algo, na qual pessoas que se utilizam dele agregam valor ou significado, não havendo, de maneira prévia, uma forma determinada. Para o autor, todas as culturas, civilizações e organizações sociais dependem do emprego de símbolos.

No que diz respeito especialmente aos símbolos nacionais, Guibernau (1997, p. 91) aponta que os

[...] símbolos e rituais são fatores decisivos na criação da identidade nacional. [...] A consciência de formar uma comunidade é criada através do uso de símbolos e da repetição de ritos que dão força aos membros individuais da nação. [...] Os símbolos só têm valor para aqueles que os reconhecem [...], a bandeira é apenas um sinal. Como símbolo, a bandeira é valiosa: representa o país. [...] se considerarmos uma bandeira símbolo de um país determinado, seu significado pode não restringir-se à relação bandeira-país. Mais propriamente, ela adquire uma significação especial para cada indivíduo uma vez que a bandeira – como símbolo – tem o poder de evocar lembranças ou sentimentos particulares.

Assim, os símbolos nacionais não teriam uma forma ou componentes pré-determinados, pois sua relevância reside nos sentimentos que provocam e nos sentidos que produz nos sujeitos pertencentes à nação. Aponta-se, portanto, uma maleabilidade e/ou imprecisão destes símbolos (GUIBERNAU, 1997), características fundamentais aos seus arraigamentos. Pode-se citar, portanto, aparências diversas, como hinos, bandeiras, cores, datas comemorativas, entre outras, cujos sentidos e significações são empregados na relação de interlocução entre os sujeitos, as construções discursivas da nação e os

símbolos em questão, mas que buscam, sempre, alimentar sentimentos de pertencimento, memórias coletivas e identidade nacional. De acordo com Barbosa (2011, p. 206), as culturas nacionais devem ser pensadas “como sistemas constituídos por divisões profundas calcadas em diferenças” e, por conseguinte, “a identidade cultural é o resultado de uma “costura” das diferenças através de formas diversas de poder cultural”. Dessa maneira, a representação seria a comunhão destas diferenças.

Da mesma forma que a nação, os símbolos nacionais não podem ser entendidos como dados. Eles são construtos e objetos de práticas sociais, que engendram e são engendrados por formas dos sujeitos se relacionarem com o mundo a partir do marcador da nacionalidade. Assim, além de compreender extensivo uso de símbolos como instrumentos de representação ligados a construções discursivas (BARBOSA, 2011), é possível compreender os próprios símbolos nacionais como construções discursivas.

Faz-se importante, portanto, compreender o contexto de emergência à formação nacional brasileira, processo no qual alguns dos símbolos nacionais, que até hoje se perpetuam, foram concebidos. Heranças das ondas revolucionárias iniciadas no século XVIII, movimentações em direção de mudanças nas estruturas econômicas, políticas e culturais são descritas ao longo de todo o século XIX. A Revolução Francesa, em 1789, viera a influenciar o curso de muitos destes processos a partir da introdução dos princípios de liberdade e igualdade no imaginário político e social. Segundo Costa (1982), esse evento influenciou uma série de revoluções e revoltas no país, como a Revolução Pernambucana, em 1817, considerada pela autora como o mais importante de todos os movimentos brasileiros. Além da influência francesa, a Independência dos Estados Unidos, em 1776, e seus ideais liberais exerceram “uma verdadeira fascinação sobre as demais colônias da América” (COSTA, 1982, p. 16). Salienta-se também a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808.

Ademais, proliferava-se conjuntamente ideais nacionalistas e a ideia de uma construção de uma nação brasileira, ao mesmo tempo que o sistema econômico vigente, o mercantilismo, já não supria os desejos das burguesias e elites. Assim, este contexto também é marcado pela emergência de uma nova teoria econômica, que abarcasse a nova fase do capitalismo proporcionada pela

industrialização e, conseqüentemente, aumento substantivo na produção (*ibidem*).

Nesse intrincamento, a estrutura colonial imposta pela Coroa portuguesa esfacelava-se, alimentando a insurreição de diversos grupos sociais e, em alguns destes, aspirações liberais. De acordo com Bosi (1995), a difusão da ideologia liberal foi um processo generalizado, social e culturalmente, nas colônias produtoras de matérias primas. Com a transferência da Corte para o Brasil no início do século XIX, o contato com a Europa foi intensificado, facilitando a divulgação dos ideais liberais e nacionalistas (COSTA, 1982). A implantação de instituições de educação formal nas colônias também era canal de disseminação da ideologia liberal (BOSI, 1995). A literatura sobre o tema admite, em alguns trabalhos, o papel das escolas como centro cívicos e “apenas em segundo lugar um local para transmissão de conhecimentos” (LEITE, 1983, p. 72).

Outra forma de acesso a esses ideais era por meio de estudantes brasileiros abastados que iam estudar no continente europeu, retornando com visões europeizadas e ideologias republicanas que nas próximas décadas viriam compor a formação do Estado brasileiro (GLEZER, 1992). Ou seja, muitos desses intelectuais e pensadores brasileiros pensaram a construção da nação brasileira a partir de um protótipo europeizado, ignorando as mundivivências múltiplas que a compõem. A esses intelectuais foi dada a responsabilidade da construção de uma nação brasileira. A baixa educação formal entre os brasileiros no geral na época dificultava a propagação dos ideais de república para além da elite por meio de textos escritos, viabilizando sua disseminação principalmente “mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Tomando como pressuposto que os processos de construções nacionais empreendidos no século XIX admitiram “formas híbridas e experiências inconclusas” (PAULA, 2008, p. 233), destaca-se que no contexto de formação nacional brasileiro coexistiam, em disputa, três ideologias de maior expressão e influência: liberalismo, jacobinismo e positivismo. Segundo Carvalho (1990), foram principalmente os jacobinos e positivistas que procuraram mobilizar estética e simbolicamente a população do Brasil, estes últimos com maior efetividade, a exemplo do lema “Ordem e Progresso” na Bandeira Nacional. Para

o autor, os positivistas eram os principais manipuladores do imaginário cívico, fazendo usos de palavras escritas e símbolos, buscando atingir as classes médias, letradas, e as classes mais pobres, o proletariado (CARVALHO, 1990).

A este fato, faz-se referência à proposta de universalização das escolas de educação básica que acompanha a institucionalização da república. Um dos meios encontrados para a unificação dos ‘povos’ em torno dos recentes Estados-nações foi “a elevação de um vernáculo particular, ou um dialeto de um vernáculo, em uma nova linguagem de poder e ambição social”⁸, de acordo com Anderson (1992, p. 5, tradução nossa). Um idioma oficial de determinado Estado nacional seria, portanto, uma expressão da identidade da nação, uma forma de acesso à cidadania. A linguagem-padrão adotada, dentre os múltiplos dialetos e vernáculos existentes anteriores à essa instituição moderna, seria uma política de transformação de “pessoas em cidadãos de um país determinado”, além de outras padronizações legais e administrativas postas em prática⁹ (HOBBSAWM; RANGER, 2008, p. 272). A materialização dessas leis e valores comuns necessários à nação requer um poder centralizador, uno e legítimo para a propagação e instituição desses. Esse poder, nos Estados-nações modernos, é depositado na república que, conforme Rancière (2014, p. 82-84), é

[...] um regime de homogeneidade entre as instituições do Estado e os costumes da sociedade. [...] seu princípio não é a lei escrita e semelhante para todos, mas a educação que dota cada pessoa e cada classe da virtude própria a seu lugar e função. [...] [Ela] [i]mplica sempre o trabalho de uma educação que harmonize ou rearmonize as leis e os costumes, o sistema das formas institucionais e a disposição do corpo social.

No Brasil, a Proclamação da República se deu em 1889 sem a presença do povo, desorganizadamente, sem artifícios e grandes mobilizações estéticas tão necessárias à mobilização emocional e à memória, de acordo com Carvalho (1990). Para o autor, a Proclamação foi estritamente militar, corporativa e evitaram-se maiores participações de civis. Assim, a simbolização deste momento e o mito de origem da nação brasileira, fundamentais à legitimidade

⁸ “the elevation of a particular vernacular, or dialect of a vernacular, into a new language of power and social ambition”

⁹ Um exemplo dessas padronizações é a substituição dos diversos e esparsos sistemas de medidas utilizados no Brasil em meados do século XIX pelo sistema métrico francês. Essa mudança ocorreu a partir de um Decreto Imperial Português aprovado em 26 de junho de 1862 e sancionado por Dom Pedro II. A medida provocou um levante em Campina Grande, nordeste brasileiro, e que ficaria conhecido como Revolta do Quebra-quilos (ARAÚJO, 2021).

desta e à construção de uma identidade nacional, foi um trabalho relegado aos anos seguintes a 1889 (*ibidem*). Neste século, de grandes transformações que desembocaram na formação do Estado-nação brasileiro, sujeitos com maior poder relativo, como as oligarquias latifundiárias, incorporaram ações antes desconsideradas por eles, como a abolição da escravidão. Esta aceitação elucida um fator fundamental na manutenção e consequente reprodução e continuidade de ideologias: seu caráter amoldável, mutável (BOSI, 1995).

Alguns dos símbolos nacionais mais relevantes atualmente possuem o status de símbolos oficiais, instituídos formalmente por meio de leis, constituições e afins no processo de formação e legitimação do Estado-nação brasileiro, enquanto outros parecem emergir de forma paralela às instituições a partir de fenômenos sociais.

A leis que instituem e regularizam os símbolos nacionais oficiais brasileiros têm raízes no Brasil Império, mas foi no início do Século XX, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), que o uso dos símbolos nacionais foi fortalecido objetivando a consolidação centralizadora do Estado em detrimento das unidades federativas (BRANT, 2018). Na Constituição de 1937, por exemplo, foram proibidos símbolos que não os nacionais, como bandeiras e hinos das unidades federativas (BRASIL, 1937). Segundo Brant (2018, p. 335), “[n]ove dias após a implantação do Estado Novo [...], consagrada a bandeira nacional, foi organizada uma cerimônia cívica simbólica da queima das bandeiras estaduais, para valorizar a bandeira Nacional como símbolo egrégio”. Moraes (1998) destaca as políticas e ações culturais ostensivas do Estado Novo à construção de uma “brasilidade” em detrimento de um regionalismo, orientadas por um forte nacionalismo por parte deste governo.

As regras cívicas em torno destes símbolos remetem, por sua vez, ao período da ditadura militar. Foi instituído durante o Governo Médici normas sobre o “respeito devido à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional”¹⁰ sob pena de multa e detenção¹¹ (BRASIL, 1971). As cores verde e amarelo, a partir desta legislação, são de uso irrestrito (*ibidem*). Todavia, é atribuído ao período ditatorial

¹⁰ Os selos e as armas nacionais são de uso restrito das Forças Armadas e outras exceções.

¹¹ A pena de detenção, na forma da lei penal, foi revogada, restando apenas a multa em caso de contravenção a partir da Lei nº6.913, de 27 de maio de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6913.htm#art1.

militar brasileiro muito do fortalecimento de determinadas simbolizações nacionais. Além da elevação de Dom Pedro II como herói brasileiro de caráter militar, é destacada a comemoração do sesquicentenário da Independência brasileira em 1972, também durante o Governo Médici (ALMEIDA, 2005).

A comemoração dos 150 anos da Independência nacional se deu entre 21 de abril a 7 de setembro de 1972¹², e foram motivadas pela necessidade do governo militar de tornar a percepção da sociedade sobre si mais simpática, dada as violências imperantes naquele período (*ibidem*). Ainda conforme Almeida (2005), foi realizado um torneio internacional de futebol em território nacional financiado pela União e livros sobre a história do Brasil foram reeditados. Demonstra-se, portanto, o desígnio do Governo em vigor no período em utilizar-se de simbolizações nacionais objetivando a construção de determinado imaginário coletivo conveniente e aprazível a ele, apropriando-se não só daqueles símbolos instituídos legalmente, como a data da Independência nacional, e de mecanismos públicos, como a educação, como de atividades e práticas populares, como o futebol.

É possível depreender também o *locus* privilegiado do 7 de Setembro dentre as efermérides nacionais. Considerada a data oficial da Independência brasileira, pode-se aponta-la como data hegemônica de celebração da nação brasileira. Todavia, aponta-se a data da Independência como objeto de disputa (FFLCH, 2022). Em 2013, por exemplo, a partir da Lei nº 12.819 de 5 de junho, foi incluído o dia 2 de julho de 1823 como data da consolidação da Independência, tornando-se, a partir deste marco legal, efeméride nacional (BRASIL, 2013).

No que tange símbolos nacionais que aparentam emergir de maneira espontânea no social, Gilberto Freyre colocou o futebol e, portanto, seus elementos, como uma das características centrais da “produção da brasilidade”, elevando o futebol, metonimicamente, ao *status* de representação nacional, conforme Guedes e Da Silva (2019, n.p.). Segundo os autores, a representação deste esporte como símbolo da nação é anterior aos símbolos nacionais oficiais, pois estes eram “cercados de interdições a seus usos fora das estritas regras e rituais cívicos” (GUEDES; DA SILVA, 2019, n.p.).

¹² A data de 21 de abril faz referência à chegada dos primeiros colonizadores portugueses em território brasileiro, descrita na famosa Carta de Pero Vaz de Caminha.

Cristaliza-se, portanto, a sobredeterminação de símbolos políticos e, neste caso, dos símbolos nacionais, visto que estes podem ser de cunho oficial tanto como emergentes de mobilizações populares e fenômenos sociais tornando-se também políticos. Além disso, eles variam de acordo com as culturas nacionais nas quais estão inseridos.

Assim, compreende-se os símbolos nacionais como constitutivos às identidades nacionais, cuja relação com a nação e o nacionalismo é indissociável (GUIBERNAU, 1997) e envolve, necessariamente, elementos subjetivos; sentimentos, paixões, emoções. A nacionalidade atravessa diferentes esferas da vida na contemporaneidade, seja em uma dimensão ôntica, como na necessidade de passaporte e visto para entrar em territórios de outros Estados-nação, seja em uma dimensão ontológica, ao se reconhecer como brasileiro e o Outro como estrangeiro, por exemplo. A própria “sociedade” na compreensão sociológica clássica define-se a partir da nação (GIDDENS, 1991).

Smith (1976, p. 28, tradução nossa) assevera que o “Estado-nação como forma de organização política [...] vem cobrando cada vez mais um papel importante nas vidas dos indivíduos e grupos, através de atributos reguladores, cognitivos e emocionais”¹³. Compreende-se aqui, portanto, os símbolos nacionais como alguns desses atributos – dispositivos, instrumentos, mecanismo – reguladores dos Estados-nação à constituição de identidade nacional, ou seja, constituídos primordialmente a partir do âmbito institucional da nação.

Além disso, Chauí (2001) afirma que a construção de identidades nacionais se dá em referência ao que lhe é externo; a “identidade nacional pressupõe a relação com o diferente” (p. 22). As diferenças são, portanto, constitutivas à nação, visto que, ao se identificarem como determinada identidade coletiva, como a nacional, os sujeitos deixam de se identificar com outras nacionalidades. Assim, os símbolos nacionais representariam o sentimento de pertencimento a uma nação, ao mesmo tempo em que representariam o não-pertencimento à outra. Todavia, a natureza dos símbolos nacionais pressupõe uma realidade de diferenças dentro da própria nação, visto

¹³ “El Estado-nación como forma de organización política [...] ha cobrado un papel cada vez más importante en las vidas de los individuos y grupos, a través de sus atributos reguladores, cognitivos y emocionales”.

que esses funcionam, também, como estímulos à coesão social. Nesse sentido, Kymlicka aponta que

[...] unidades políticas nacionais têm a virtude importante de amarrar elites políticas às massas, eles compartilham uma língua nacional comum, uma mídia nacional comum, frequentemente são educados em um sistema educacional nacional comum, assim como compartilham mitos nacionais, símbolos e narrativas (KYMICKA, 2003, p. 149, tradução nossa)¹⁴.

Dessa forma, compreende-se que a construção de identidades nacionais passa, constitutivamente, pela dinâmica entre elementos subjetivos, tanto individuais como sociais, de dispositivos reguladores, cognitivos e emocionais do Estado-nação e da relação de diferença de determinada nacionalidade com outrem. Nesta dinâmica, os símbolos nacionais são fundamentais, não podendo ter sua emergência associada, pelo menos unicamente, à espontaneidade do social, e não podendo ser sua função estratégica aos Estados nacionais ignorada. Assim, pode-se compreender a identidade nacional como um conjunto complexo de percepções, crenças, valores, princípios orientados pela identificação dos sujeitos a determinada nacionalidade, assentadas em diretrizes institucionalizadas e subjetividades externas a estas, mas que, ao mesmo tempo, são modificadas por elas.

Esta discussão suscita discutir o papel do nacionalismo nessa relação entre nação, símbolos nacionais e identidade nacional. Para Guibernau (1997, p. 52), o nacionalismo é “provedor de identidade para os indivíduos que vivem e trabalham em sociedades modernas”. De forma complementar, a autora coloca o nacionalismo como

um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo com símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou pretexto) que o definam como “diferente” dos outros. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve, no passado, como tem ainda hoje, o poder de mobilizar pessoas. [...] Um dos aspectos mais característicos do nacionalismo é sua capacidade de reunir pessoas de níveis sociais e contextos culturais diferentes. Assim fazendo, o nacionalismo mostra que, por mais que os sentimentos nacionalistas tenham sido com frequência estimulados e ideologicamente invocados por elites dominantes, eles não são apenas uma invenção das classes dirigentes [...] (GUIBERNAU, 1997, p. 52-53).

¹⁴ “[...] “national political units have the important virtue of tying political elites to the masse, they share a common national language, a common national media, often are educated in a common national educational system, as well as sharing national myths, symbols and narratives”.

Também nesse sentido, no que diz respeito ao contexto brasileiro, Chauí (1996) aponta as tentativas recorrentes dos diferentes grupos dirigentes do país ao longo das décadas de controlar o popular através do nacional:

[...] contra o caos, a classe dominante invoca a necessidade de salvação nacional. A união da família brasileira (isto é, um elemento do espaço privado definido como elemento central do espaço público) e a salvação nacional conduzem, via de regra, à pacificação nacional, isto é, aos golpes de Estado e às ditaduras (velhas ou novas). [...] Esse desejo de controlar a cultura popular não é novo. Foi realizado durante os anos [19]30 e [19]40 pelo Estado Novo, como vários estudos já mostraram, e também fez parte da ideologia do Brasil-Potência ou da ideologia da integração nacional da ditadura dos anos [19]70, que incorporou atividades populares, dando-lhes cunho nacionalista para glorificação do Estado: o Carnaval [...] e o futebol (CHAUÍ, 1996, p. 60-90).

Todavia, Chauí (1996) trata o nacionalismo de forma pejorativa, um mecanismo estatal contra a atomização social que contextualizava o período de 1880-1918. Conquanto para Guibernau (1997), o nacionalismo não carrega necessariamente uma carga valorativa. Para a autora, ele é um mecanismo que pode ser recorrido em diferentes ocasiões por diferentes objetivos, mas destaca o nacionalismo “como um discurso político”, capaz de “dar significado às lutas econômicas políticas e sociais” e mobilizar massas, pertencente, principalmente, “ao reino das emoções e da irracionalidade”; uma ideologia cuja doutrina emana da cultura na qual está inserida, isto é, uma ideologia que não carrega consigo, *a priori*, um conjunto de ideias, valores, princípios, crenças, práticas e outros elementos (GUIBERNAU, 1997, p. 154-158). Esse vácuo doutrinário possibilitaria a associação do nacionalismo, enquanto ideologia, a outras ideologias que, por sua vez, possuísem elementos orientadores de percepção e prática políticas e sociais. Kymlicka (2003), por exemplo, baseando-se na obra de Margaret Canovan, afirma que a nacionalidade é condição indispensável à institucionalização do liberalismo, enquanto ideologia, em regimes democráticos.

Para Smith (1976, p. 31, tradução nossa), o nacionalismo é um movimento ideológico, ou, em outras palavras, uma “variante ideológica de um movimento social e político”; os nacionalismos são, para o autor, como “constelações doutrinárias mais influentes que têm rivalizado pelas lealdades dos homens desde

a erosão da religião tradicional”¹⁵. O autor trata o liberalismo como uma “nova face” do nacionalismo, dada a capacidade deste, para o autor, de “poder de supervivência” (SMITH, 1976, p. 31). Esta percepção se dá em relação ao contexto da segunda metade do século XX, sendo notórios os movimentos ultra-nacionalistas, como o nazismo e o fascismo, que engendraram grande violência na primeira metade daquele século. Daí a necessidade de repaginação do nacionalismo.

Assim, toma-se o nacionalismo como ideologia cujas origens emergem na modernidade e que possui maleabilidade para associar-se e ser associada a outras ideologias, associações estas engendradas pelos contextos de emergência nos quais se dão. Seu caráter ideológico fundamenta e exerce influência sobre ações no real derivadas destas percepções sobre o social, individuais, mas, principalmente, coletivas.

Fundamentando esta compreensão sobre uma corrente de pensamento pós-estruturalista, é possível tomar a nação, os símbolos nacionais, a identidade nacional e o nacionalismo como complexos precários, sempre em disputa, cujas ideologias e visões de mundo a ele contingentemente associadas – nazismo, liberalismo, socialismo, ambientalista etc. – influem na materialização de determinadas construções sociais nomeadas como nacionalistas. A esta argumentação, pode-se citar o seguinte trecho presente em Chauí (1996, p. 114)

[...] o movimento invisível que leva cada um dos discursos sobre a nação a se apresentar como discurso para a nação e, finalmente, a pretender ser o discurso da nação. Cada uma das falas pretende dizer a nação. Esse movimento invisível não indica apenas uma luta política e ideológica para se apossar de uma fala nacional que se proferiria a si mesma sem necessidade de locutores reais, mas indica ainda (e talvez indica sobretudo) que a nação não é uma essência, nem uma idealidade, nem uma positividade que estaria disponível e cujo sentido mudaria simplesmente graças à designação daqueles que a formariam realmente (a nação é formada pela burguesia? Ou pelo proletariado? Por exemplo). A nação não é coisa nem ideia, não é um dado factual nem ideal, não é algo que possa ser circunscrito como um ser determinado nem como uma ideia a priori da razão – é uma prática política e social, um conjunto de ações e de relações postas pelas alas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para as quais ela serve de referência empírica (o território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais construídas pelas lutas e criações social-históricas).

¹⁵ “constelaciones doctrinales más influyentes que han rivalizado por las lealtades de los hombres desde la erosión de la religión tradicional”.

Apreende-se a sedimentação da nação no social, em diferentes dimensões, em detrimento de sua natureza social, que a coloca, de maneira sobressaltada, como objeto de disputa entre diferentes grupos sociais e, portanto, entre diferentes visões de mundo. Contudo, apesar do borrão que disfarça sua origem secular, da sedimentação que oblitera sua contingência, a nação continua sendo processo, fluxo, dinâmica; prática política e social. É, também, componente ontológico, orientador dessas práticas.

Por fim, ao longo desta seção foi possível situar os símbolos nacionais no intrincamento entre nação, identidade nacional e nacionalismo, de forma a fundamentar as noções a serem instrumentalizadas nesta pesquisa. Compreende-se, portanto, que os símbolos não possuem uma forma *a priori*, variando de acordo com as culturas nacionais. Eles, como mecanismos de gênese majoritariamente estatal que simbolizam determinada nação, são instrumentos fundamentais às identidades nacionais e de extrema relevância às mobilizações nacionalistas. Assim, no próximo capítulo apresenta-se a metodologia à consecução dos objetivos propostos, na qual os símbolos nacionais são importantes instrumentos às análises discursivas empreendidas

3 Metodologia

A metodologia desta pesquisa utiliza-se de uma abordagem qualitativa para alcançar os objetivos propostos. Assim, realiza-se pesquisa do tipo documental a partir da coleta de dados primários. Lançando mão dos aportes teóricos-conceituais da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe à construção metodológica, foi possibilitado o uso criativo de técnicas de pesquisa que compuseram a análise de discurso empreendida. Utilizou-se o *software* NVivo como suporte à análise dos dados.

Este programa permite a criação de Nós e subnós¹⁶, onde os conteúdos, em sua totalidade ou em partes, podem ser organizados/codificados de acordo com as temáticas preponderantes nestes Nós e subnós. Ao fim da codificação, é possível, por exemplo, cruzar estes Nós a fim de obter uma relação entre eles, identificar, quantitativamente, temáticas sobressalentes, e identificar as palavras mais utilizadas.

O recorte espaço-temporal da coleta dos materiais para análise foi delimitado às datas de 7 de setembro dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022, isto é, os dias oficiais de comemoração à Independência brasileira no período no qual Jair Bolsonaro ocupou cargo de Presidente da República. Este recorte é justificado pela simbolização desta data como mito fundador do Estado-nação brasileiro de maior relevância acumulada em comparação com outras efemérides relativas à nação brasileira.

A coleta dos dados contou com duas fases. A primeira, dada a intenção de se trabalhar com apenas materiais audiovisuais em um primeiro momento, seguiu alguns critérios. Foi realizado levantamento de vídeos na plataforma YouTube nos canais oficiais da família Bolsonaro e em canais de veículos jornalísticos privados, como, a princípio, nos canais O Tempo, Band Jornalismo, UOL e CNN Brasil, e público, na TV Brasil. Essa pesquisa exploratória se deu por meio de mecanismos de busca disponibilizados pelo YouTube, orientada pelos termos “7 de setembro” e “Independência” no buscador dos canais TV

¹⁶ Nós (ou códigos) podem ser entendidos como pastas nas quais se organiza o material a ser analisado de acordo com seu(s) tema(s). Um mesmo arquivo pode ser codificado em um ou mais nós e subnós, obtendo-se, ao final, resultados organizados em temáticas específicas (ALVES; FIGUEIREDO FILHO; SILVA, 2015).

Brasil e nos canais da família Bolsonaro, conjunto este composto pelos canais de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro. Os vídeos de outros canais foram aqueles sugeridos pela própria plataforma. Esta fase justifica-se pelo apontamento do YouTube como fonte proeminente de conteúdos divulgados em grupos da extrema direita (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

Os vídeos veiculados relativos a estas mobilizações permitem a coleta tanto de imagens, como de falas proferidas e reações do público presente, sendo possível apreender os sentimentos mobilizados mais amplamente. O corpo de análise de audiovisuais conta com 21 vídeos, assim distribuídos por ano e canal:

Tabela 1 – Matriz de vídeos por Canal-Ano

CANAIS		ANOS			
		2019	2020	2021	2022
CANAIS PÚBLICOS	TV Brasil	-	2	-	-
	Canal Gov	2	-	1	1
CANAIS FAMÍLIA BOLSONARO	Jair Bolsonaro	-	-	2	-
	Eduardo Bolsonaro	-	1	1	2
	Flávio Bolsonaro	-	-	1	3
CANAIS PRIVADOS	Band Jornalismo	1	-	1	-
	O TEMPO	-	-	1	-
	UOL	-	-	-	1
	CNN Brasil	-	-	-	1

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa documental.

Os vídeos, em sua maioria, foram baixados e, em totalidade, transcritos. Não foi possível baixar 3 deles: O Sete de Setembro. Compacto (Canal Jair Bolsonaro, 2021); Presidente Jair Bolsonaro discurso na Av. Paulista, em SP (Canal Band Jornalismo, 2021); e Confira a íntegra do discurso de JAIR BOLSONARO em BRASÍLIA no 7 DE SETEMBRO (O TEMPO, 2021).

Aponta-se, neste conjunto, 3 principais naturezas dos vídeos coletados: *i)* vídeos veiculados pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) (Canal Gov e TV Brasil) enquanto canal público, ou seja, que transmite, formalmente, conteúdos considerados de interesse público e sem enviesamento ideológico e/ou privado; *ii)* vídeos veiculados por canais privados, como Band Jornalismo, UOL, O Tempo e CNN Brasil, o que permite pressupor a presença de interesses

privados, ideológicos e financeiros atravessados na transmissão destes vídeos por essas entidades; *iii*) vídeos veiculados pelos canais privados da família Bolsonaro – Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro – e, portanto, de interesse particular destes a divulgação dos vídeos em questão. Essa apontamento é relevante na medida em que a intenção que motivou a gravação e veiculação dos vídeos os influencia tecnicamente (PENN, 2022) e, além disso, a diferença na quantidade e de canais veiculadores entre os anos selecionados demonstra uma diferenciação ao longo deste ao tratamento dados aos eventos que se deram no 7 de setembro neste período.

A segunda fase da coleta de dados se deu de maneira mais fortuita, a partir do entendimento de amostra por conveniência. Coletou-se materiais jornalísticos e fotográficos referentes aos 7s de setembro no Governo Bolsonaro, restringindo-se àqueles relativos ao escopo aqui trabalho e que foram considerados relevantes a esta pesquisa. Em um primeiro momento, porém, foi buscado nos próprios sites dos canais dos vídeos coletados reportagens sobre o 7 de setembro. Depois, estendeu-se a busca no buscador Google utilizando o termo “7 de setembro” complementado por cada um dos 4 anos analisados individualmente, de forma a ampliar os dados a serem analisados. No total, conta-se com 43 materiais coletados nesta fase: 29 reportagens e notícias de cunho jornalístico e 14 fotos.

Após a coleta, os dados foram colocados no NVivo, a fim de dar início a fase da análise discursiva. Esta, por sua vez, contou com duas fases principais. Em um primeiro momento, realizou uma pesquisa exploratória em uma amostra do universo empírico a fim de direcionar melhor a hipótese a ser testada. Todos os materiais foram postos em conjunto no formato de lista numerada sequencialmente. Os intervalos numéricos são: vídeos {1-21}; jornais {22-50}; e fotos {51-64}. Definiu-se a amostra como 1/5 (20%) da totalidade deste conjunto, isto é, 13 materiais seriam selecionados para compor a análise exploratória. Depois, foi realizado um escalonamento dos diferentes tipos de materiais para manter uma amostra representativa do corpo de análise, também de 20% aplicada a cada categoria, obtendo-se assim a seguinte relação: 4 vídeos; 6 jornais; e 3 fotos. Para selecionar quais documentos dentro de cada categoria comporiam a amostra, foi utilizada uma tabela de números aleatórios. Nesta, selecionou-se uma coluna de 2 dígitos e, a partir destas e em relação com a

numeração dos materiais na lista numerada, foram sorteados os documentos para a análise exploratória. Estes são os vídeos nº 20, 05, 02 e 04, jornais nº 40, 28, 34, 33, 48 e 43 e fotos nº 53, 52 e 63 (Ver Tabela 2 abaixo).

Por meio desta primeira fase da análise, foram criados os primeiros Nós e subnós. São estes: Nó ANTAGONISMO e subnós Comunismo e STF; Nó SÍMBOLOS NACIONAIS e subnós 7 de Setembro - Independência, Bandeira Nacional, Camiseta da Seleção, Hino Nacional e Verde e Amarelo; Nó VALORES e subnós Cristandade - Religião, Família, Liberdade e Militarismo; e Nó BOLSONARO e subnó Aliança pelo Brasil.

Alguns problemas foram encontrados no material após esta etapa, no momento em que os demais documentos foram colocados no NVivo. Em relação aos materiais referentes aos jornais, foi percebida uma repetição de conteúdo entre dois deles, de modo que um destes foi excluído da análise. Nos vídeos, dois deles veiculam o mesmo conteúdo, apesar de não serem iguais. Assim, a fim de não dar um peso maior a estes conteúdos, optou-se por codificar um de cada e excluir os outros da análise. Os critérios para decidir quais seguiriam como parte do corpo de análise foi de que um deles abrangia mais informações que o similar a ele e o outro foi de que um deles se encontrava mais completo em relação ao seu similar. Assim, foram excluídos 3 materiais do corpo de análise, restando, em vez de 64, 61 materiais a serem analisados. Por fim, 3 dos vídeos não puderam ser baixados e, portanto, colocados no *software*. Optou-se, nestes casos, por codificar suas respectivas transcrições, sem prejuízo à análise. A relação final dos documentos parte do *corpus* da pesquisa são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2 - Corpo de análise

Número	Natureza	Fonte	Ano	Número	Natureza	Fonte	Ano
1	Vídeo	Band Jornalismo	2019	36	Jornal	CNN Brasil (q)	2022
2	Vídeo	TV Brasil Gov (a)	2019	36	Jornal	CNN Brasil (q)	2022
3	Vídeo	TV Brasil Gov (b)	2019	37	Jornal	CNN Brasil (r)	2022
4	Vídeo	Tv Brasil Gov	2020	38	Jornal	TV Brasil Gov (a)	2022
5	Vídeo	Eduardo Bolsonaro	2020	39	Jornal	TV Brasil Gov (b)	2022

Número	Natureza	Fonte	Ano	Número	Natureza	Fonte	Ano
6	Vídeo	Eduardo Bolsonaro	2021	40	Jornal	TV Brasil Gov (c)	2022
8	Vídeo (transcrição)	Flávio Bolsonaro	2021	41	Jornal	TV Brasil Gov (d)	2022
9	Vídeo	TV Brasil Gov	2021	42	Jornal	TV Brasil Gov (e)	2022
10	Vídeo (transcrição)	Jair Bolsonaro (a)	2021	43	Jornal	BBC (a)	2022
11	Vídeo	Jair Bolsonaro (b)	2021	44	Jornal	R7	2022
12	Vídeo (transcrição)	Band Jornalismo	2021	45	Jornal	Valor Econômico	2022
13	Vídeo	Eduardo Bolsonaro (a)	2022	46	Jornal	CNN Brasil	2022
14	Vídeo	Eduardo Bolsonaro (b)	2022	47	Jornal	BBC (b)	2022
15	Vídeo	Eduardo Bolsonaro (c)	2022	48	Jornal	UOL	2020
16	Vídeo	UOL	2022	49	Jornal	G1	2020
18	Vídeo	Flávio Bolsonaro (a)	2022	50	Jornal	Gazeta do Povo	2020
19	Vídeo	Flávio Bolsonaro (b)	2022	51	Foto	Metrópoles	2020
20	Vídeo	Flávio Bolsonaro (c)	2022	52	Foto	Sem fonte (b)	2021
21	Vídeo	TV Brasil Gov	2022	53	Foto	CNN Brasil	2022
22	Jornal	CNN Brasil (a)	2022	54	Foto	CNN Brasil/ Estadão	2022
23	Jornal	CNN Brasil (b)	2022	55	Foto	Site JOTA	2021
24	Jornal	CNN Brasil (c)	2022	56	Foto	Poder360 (a)	2021
25	Jornal	CNN Brasil (d)	2022	57	Foto	Poder360 (b)	2022
26	Jornal	CNN Brasil (e)	2022	58	Foto	Poder360 (c)	2022
27	Jornal	CNN Brasil (f)	2022	59	Foto	Poder 360 (d)	2021
28	Jornal	CNN Brasil (j)	2022	60	Foto	Poder360 (e)	2021
30	Jornal	CNN Brasil (k)	2022	61	Foto	Poder360 (j)	2021
31	Jornal	CNN Brasil (l)	2022	60	Foto	Poder360 (e)	2021
32	Jornal	CNN Brasil (m)		61	Foto	Poder360 (j)	2021

Número	Natureza	Fonte	Ano	Número	Natureza	Fonte	Ano
33	Jornal	CNN Brasil (n)	2022	62	Foto	Revista Oeste	2021
34	Jornal	CNN Brasil (o)	2022	63	Foto	Facebook Flávio Bolsonaro	2021
35	Jornal	CNN Brasil (p)	2022	64	Foto	Facebook Jair Bolsonaro	2022

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa documental.

Retomando a análise, em segunda fase, além dos Nós e subnós iniciais, foram sendo criados outros durante este processo a partir da identificação da necessidade de criá-los e do aparecimento de outras temáticas. Em relação aos Nós já existentes, foram acrescentados subnós apenas ao Nó ANTAGONISMO e ao Nó Bolsonaro. Os subnós criados junto ao ANTAGONISMO foram: Corrupção; Lula e PT (Esquerda); e Pandemia. Junto ao BOLSONARO, foi criado apenas o subnó Eleições 2022. Os outros Nós criados, junto aos seus respectivos subnós são: BRASIL IMPÉRIO - MONARQUIA; DEMOCRACIA, com subnós Ameaças à Democracia e Instituições Públicas; INSTITUIÇÕES MILITARES; e OUTROS.

O Nó antagonismo baseia-se na noção homóloga da Teoria do Discurso (1985). O Nó Bolsonaro, assim como os Nós e seus respectivos subnós, BRASIL IMPÉRIO – MONARQUIA, DEMOCRACIA e INSTITUIÇÕES MILITARES foram criados a partir da identificação da presença significativa de conteúdos que ligam-se a estes nomes. Quanto ao Nó OUTRO, neste foram codificados materiais residuais que poderiam vir a compor algum novo Nó ou subnó, se percebida a necessidade desta operação. Por fim, os Nós SÍMBOLOS NACIONAIS e VALORES baseiam-se no tema e hipótese desta pesquisa.

Cabe explicar a criação do subnó militarismo sob o Nó VALORES e não sob o Nó Instituições Militares. As Instituições Militares dizem respeito de fato à institucionalidade que abrange as Forças Armadas (Marinha, Exército, Força Aérea e Ministério da Defesa) e as Forças Auxiliares (Polícia Militar e Bombeiro Militar) no Brasil. Ou seja, diz respeito às responsabilidades, deveres, ações e práticas tomadas no âmbito das Instituições Militares enquanto instituições formais, incluindo, também, práticas individuais de sujeitos que pertencem a estas instituições. O militarismo como valor, por sua vez, é compreendido como uma subjetividade conservadora que se faz presente no bolsonarismo. Este valor pode ter se originado a partir das ações das Instituições Militares em

determinado tempo-espaço e de como estas foram/são percebidas pela sociedade civil, mas excede essas instituições. O militarismo é manifestado no uso de roupas de estampa militar por civis, na reprodução de posturas tipicamente militares por estes, como na posição de “sentido” ou no cumprimento entre militares, e no clamor por intervenção militar, por exemplo.

Partindo da conformidade em relação à limitação desta pesquisa e orientando-se pela hipótese estabelecida, de que a construção discursiva do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais se deu através da defesa de valores conservadores em antagonismo aos seus inimigos, estes sendo considerados pelos bolsonaristas como os inimigos da nação, optou-se por delimitar a análise discursiva a três Nós principais e seus respectivos subnós. Estes são expostos na tabela abaixo, junto aos números referentes ao processo de codificação no *software* NVivo:

Tabela 3 - Nós e subnós instrumentalizados na análise discursiva

Nós	Subnós	Arquivos	Referências
ANTAGONISMO	TOTAL EM ANTAGONISMO	28	69
	Comunismo	10	16
	Corrupção	8	16
	Esquerda (Lula e PT)	11	28
	Pandemia	9	14
	STF	23	42
SÍMBOLOS NACIONAIS	TOTAL EM SÍMBOLOS NACIONAIS	54	112
	7 de Setembro - Independência	55	146
	Bandeira Nacional	32	41
	Camiseta da Seleção	17	23
	Hino Nacional	11	11
	Verde e Amarelo	34	49
VALORES	TOTAL EM VALORES	33	85
	Cristandade - Religião	20	43
	Família	18	30
	Liberdade	25	46

Nós	Subnós	Arquivos	Referências
	Militarismo	29	43

Fonte: Elaboração da autora com base nos resultados de análise no NVivo.

Assim, a partir da conclusão da segunda fase do processo de análise, iniciou-se uma análise discursiva focada nos três Nós acima apresentados, cujos resultados serão melhor trabalhados nos capítulos subsequentes. Antes, porém, cabe explicar um dos resultados quantitativos apresentados no Quadro 2.

O subnó 7 de Setembro – Independência possui mais referências do que o Nó ao qual pertence (SÍMBOLOS NACIONAIS). Isto se dá pela interpretação de que nem toda referência “7 de Setembro” identificada no material simboliza a efeméride nacional, isto é, a Independência brasileira. Alguns dos materiais codificados apenas no subnó (e não, conjuntamente, no Nó) foram entendidos apenas como formas de datação convencional dos eventos que se deram nesta data, não como símbolo nacional, o que justifica esse critério de codificação.

Retomando ao processo analítico, este terceiro momento da análise caracteriza-se pela apropriação dos resultados apresentados no *software* em questão pela autora, utilizando as ferramentas disponibilizadas por esse, como a função de matriz de codificação, que cruza os dados dos diferentes Nós, em diálogo com a fundamentação teórica-conceitual desta dissertação, já discutida anteriormente, e análise de clusters. Esta última etapa da análise é focalizada na análise dos elementos preponderantes identificados a partir da codificação, dos sentidos mobilizados e da articulação destes na associação de valores com os símbolos nacionais e na construção dos inimigos da nação.

Assim, o próximo capítulo volta-se à contextualização da emergência da extrema direita no Brasil, em especial, ao bolsonarismo e seus principais elementos, e à contextualização de cada um dos quatro anos de Governo Bolsonaro, a fim de compreender melhor as conjunturas de cada um dos 7s de Setembro analisados.

4 Contextos de emergência

Este capítulo volta-se à contextualização do bolsonarismo, de modo amplo, a partir da década de 2010, adentrando na década de 2020 ao tratar do Governo Bolsonaro. Assim, este capítulo divide-se em duas seções. A primeira foca na emergência das direitas na conjuntura política nacional, na ascensão da extrema direita ao poder, a partir do caso do bolsonarismo, lançando mão de revisões bibliográficas sobre as “novas” direitas. Conceitua-se, também, o que se entende por bolsonarismo e suas partes, a Família Bolsonaro, o Governo Bolsonaro e os apoiadores bolsonaristas.

A segunda seção é dedicada aos contextos dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022, que compreendem o período do Governo Bolsonaro, e subdivide-se em 4 partes a fim de dar maior atenção aos acontecimentos que deram durante estes anos. Ao final desta segunda seção, realizam-se considerações parciais deste capítulo.

4.1 A emergência da extrema direita no contexto nacional e o caso do bolsonarismo

Esta seção dedica-se à conceituação e à caracterização da extrema direita, à contextualização do espaço-tempo que tornou possível sua emergência na atualidade e à compreensão de mecanismos que esta lança mão às suas mobilizações político-sociais e ações que empreende. Assim, em um primeiro momento, busca-se trazer uma discussão teórica acerca das direitas presentes no social e, em especial, das configurações de sua corrente extremista. Subsequentemente, introduz-se a problemática da extrema-direita no Brasil e a emergência e ascensão de Jair Bolsonaro como representação hegemônica da extrema direita no país através de seus contextos de emergência. Por fim, busca-se apresentar elementos que compõem a identidade bolsonarista e funcionam como instrumentos políticos deste grupo.

Giordano, Soler e Saferstein (2018), citando Romero (1970), salientam a necessidade de abordar a direitas e movimentos ideológicos e políticos no geral a partir de seus contextos de emergência, que caracteriza-se por ser um contexto conflituoso, controverso e cambiante. A conceituação das direitas, ou das novas

direitas, para os autores, ancora-se em uma abordagem sócio-histórica e na recuperação das realidades e dos acontecimentos empíricos nestas, que possibilitaram a emergência desses grupos e movimentos.

Os debates teóricos contemporâneos estimulados pela emergência e ascensão de grupos de direita têm se valido de diversas conceituações, que, conforme Caldeira Neto (2020), não é consensual. Entre estas, o termo “novas direitos” aparece no tempo presente como conceito que diferencia as direitos atual daquelas das primeiras décadas do século XX. Todavia, já na segunda metade deste século a nomenclatura “novas direitos” estava presente no cenário de debate e teorização política.

Mouffe e Turner (1981) apontam as novas direitos como presente e futuro, naquele momento, das sociedades contemporâneas do mundo ocidental, incorporando novas características que as diferenciariam das velhas, ou outras, direitos; das direitos anteriores. Estas, na primeira metade daquele século, são responsabilizadas pela disseminação e prática de visões de mundo cujos componentes democráticos – igualdade e liberdade – são abandonados. Nessa esteira, foram produzidos grandes e menores conflitos violentos, exclusões, violações; o apagamento e genocídio de diversos povos.

As novas direitos incorporariam então, de acordo com Mouffe e Turner (1981), componentes ideológicos do neoliberalismo – liberdade econômica em primazia a qualquer coisa e/ou pessoas – e do neoconservadorismo – visão crítica às transformações a uma maior igualdade e justiça social pelas quais a sociedade passava. Esse conservadorismo liberal teria aparecido como movimento contra-hegemônico à socialdemocracia, predominante à época, e teria como propósito ideológico a transformação do sentido comum (*ibidem*).

No que diz respeito às novas direitos na atualidade, para Giordano (2014) estas assumem diferentes caracterizações de acordo com as correntes à direita nas quais estão associadas. Segundo a autora as vertentes moderada e extremista convergiriam nos vínculos com a Igreja Católica e com as Forças Armadas, mas diferenciariam-se na exploração do uso da violência pela segunda, “não apenas sob a forma de coerção (a violência é considerada

legítima) como também sob a forma de violência política ilegítima e ilegal” (GIORDANO, 2014, p. 49, tradução nossa)¹⁷.

Ciappina (2018) aponta o neoliberalismo como um novo nome para as políticas postas em práticas no período de transição das ditaduras latino americanas à democracia no final do século XX. Problematicando, neste contexto, o termo “novas direitas”, ele parte da questão se estas direitas atuais não são, na verdade, as velhas direitas lançando mão de estratégias diferentes. Para ele, “as classes hegemônicas abandonaram a estratégia política que repousava em golpes militares para intentar novas formas de deslocamento dos governos nacional-populares” (CIAPPINA, 2018, p. 107, tradução nossa)¹⁸. Ainda conforme o autor, essas classes hegemônicas, de orientação ideológica neoconservadora neoliberal, contrapõem-se ao modelo nacional-popular-democrático adotado pelos governos latino-americanos que se colocam, e foram colocados, à esquerda no campo político no início do século XXI¹⁹. No Brasil, ele afirma uma “recomposição hegemônica neoconservadora” (*ibidem*), mobilizada a partir de uma antagonização ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo golpe político-jurídico investido contra a então Presidente Dilma Rousseff e por políticas liberalizantes tomadas a partir do governo Temer.

Além dos citados acima, outros elementos que se fizeram presentes no contexto político-social brasileiro dos últimos anos devem ser destacados, pois o início da década de 2010 foi marcado por diversos eventos influentes à construção do contexto de emergência da extrema direita. A crise econômica global de 2008 tem sido apontada como momento-marco à profundização do neoliberalismo, o que possibilitou a emergência e ascensão deste grupo ideológico (SANAHUJA; BURIAN, 2020; SAIDEL, 2021; GIORDANO; SOLER; SAFERSTEIN, 2018). No que diz respeito especificamente ao contexto brasileiro, em 2011, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita e empossada Presidente da República no Brasil. Além de seu alinhamento ideológico à

¹⁷ “no solo bajo la forma de coerción (la violencia se considera legítima) sino también bajo la forma de violencia política ilegítima e ilegal”

¹⁸ “las clases hegemónicas abandonan la estrategia política que descansaba en el golpe militar para intentar formas nuevas de desplazamiento de los gobiernos nacional-populares”

¹⁹ O fenômeno denominado “onda rosa” ou “guinada/giro à esquerda” pode ser resumidamente explicado como a alçada ao poder político-institucional de governos que se colocam à esquerda no campo político, de maneira quase simultânea, em diversos países latino-americanos, entre o final do século XX e início do século XXI, por vias democráticas. Entre eles, Luís Inácio “Lula” da Silva (PT), no Brasil, 2003.

esquerda no campo político, seu governo foi marcado por grave crise econômica atribuída aos efeitos da crise financeira desencadeada em 2008 (*ibidem*). Em 2013, milhares de pessoas foram às ruas em diferentes lugares no país, manifestações e mobilizações que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Dentre as realizações do Governo Dilma, no que tange o tema deste trabalho, cita-se a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012, que apurou e investigou os crimes e violações aos Direitos Humanos cometidos durante a Ditadura (CNV, S/D)²⁰.

Diversos grupos de direita, que inicialmente antagonizavam-se aos governos petistas, foram fundados ou reestruturados em 2014 e se materializaram de fato após a reeleição da ex-presidente (ROCHA, 2018). As manifestações desses grupos começaram a contar com apoio de partidos políticos (*ibidem*) também no ano de 2014, que, além disso, foi marcado pelo início da Operação Lava-Jato (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, s/d), que viria a ser “elemento fundamental de criminalização petista e da bolsonarização política”, segundo Solano (2019, p. 14).

Para Rocha (2018, p. 167), o primeiro protesto pró-impeachment após a reeleição da então presidente Dilma Rousseff, ainda no ano de 2014, “foi um marco a partir do qual teve início o processo de consolidação das novas direitas”. Esse protesto reuniu diversos grupos, de ultraliberais a conversadores, que convergiam na pauta antipetista e carregavam marcadamente as cores da bandeira nacional (ROCHA, 2021). Conforme Solano (2019), neste período, as ruas passaram a ser ocupadas por manifestantes vestidos de camisetas verde-amarelas, portando bandeiras do Brasil e proferindo gritos nacionalistas em um repertório patriótico.

Em 2016, a ex-presidente Dilma foi destituída do cargo que ocupava por meio de um golpe parlamentar, sendo substituída por Michel Temer, então vice-presidente, de posição ideológica à direita no campo político, o que marca o retorno da direita à Presidência da República após aproximadamente 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (GIORDANO; SOLER; SAFERSTEIN, 2018). Conforme Giordano, Soler e Saferstein (2018), este mecanismo de ascensão ao poder, no uso do termo *impeachment*, pode ser considerado um

²⁰ Criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 2012, estende o período de investigação entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988.

golpe de Estado que lança mão de mecanismos diferentes daqueles utilizados pelas “velhas” direitas, podendo ser considerado formalmente democrático. Os fatos acima citados desembocam, em 2018, na eleição de Jair Bolsonaro para Presidente da República, em uma circunstância, no mínimo, controversa, na qual o ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso em processo desencadeado pela Operação Lava Jato e impedido de concorrer à Presidência da República.

Observada a emergência de extremistas de direita na última década, em meio à emergência de diversos grupos à direita no campo político, mas que não necessariamente podem ser considerados extremistas, discursos de ódio, chauvinistas e saudosistas da ditadura militar no Brasil (1964-1985) voltaram a ter lugar no cenário político brasileiro nesse período. Para Caldeira Neto (2020, p. 126), a democratização no país, da forma que se deu, criou a ideia de que o apoio à democracia no Brasil era unânime e “o apoio civil ao golpe e à continuidade do regime de exceção seria uma espécie de lapso, fruto de relações conturbadas, inclusive entre civis e militares”, estabelecendo-se “um processo de silenciamento coletivo”. E é nesse contexto, segundo o autor, no qual atores responsáveis pelos crimes cometidos durante o período da ditadura não foram punidos e as mesmas elites continuaram empoderadas após o fim do regime, que se dá a problemática da extrema direita no Brasil (CALDEIRA NETO, 2020).

O então Governo Federal tem sido caracterizado como de extrema direita. Apesar de esta conceituação não ser consensual, algumas características têm sido atribuídas de forma mais recorrentes a esta posição ideológica no caso brasileiro. No que diz respeito às Instituições Públicas e ao Estado de direito, Jair Bolsonaro e o Governo Bolsonaro têm demonstrado, constantemente, hostilidade à democracia, à divisão dos Poderes e ao sistema político vigente (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019; SAIDEL, 2021). Os ataques contra o Supremo Tribunal Federal (STF) assumem particular relevância, aludidos nos entôos “Supremo é o Povo” em manifestações do *bolsonarismo*. Contudo, recorrentemente Jair Bolsonaro reitera “jogar dentro das quatro linhas da Consituição”.

Em referência à economia e ao Estado, o Governo brasileiro tem como quadro econômico uma orientação neoliberal e de não intervenção do Estado no mercado (*ibidem*). A sua agência no plano relativo à vida privada dos sujeitos é conservadora, orientando-se contra à diversidade sexual, à igualdade de gênero,

pela defesa da família tradicional, mantida pelo apelo à uma ordem social heteropatriarcal (SANAHUJA; BURIAN, 2020; SOLANO, 2019). Estas características, até aqui, podem ser exemplificadas pelo slogan “Liberal na economia, conservador nos costumes”, recorrentemente utilizado por bolsonaristas.

Acresce-se a isto os chamados valores cristãos. Santos e Tanscheit (2019) apontam o forte cunho religioso no conservadorismo bolsonarista; Sanahuja e Burian (2020) apontam uma reivindicação do religioso e de elementos presentes em religiões patriarcais judaico-cristãs; e Saidel (2021) aponta essa presença da religião nos discursos destes grupos como mecanismo de uma separação maniqueísta entre “nós” e “eles”. Exemplifica-se a proeminência dos valores cristãos no *slogan* bolsorista “Brasil acima de todos, Deus acima de tudo”. Todavia, diferentemente do apontado por Giordano (2014), seu vínculo estabelece-se sobretudo com igrejas e entidades religiosas de orientação evangélica (SOLANO, 2019), secundarizando a relação política com a Igreja Católica.

Essa dicotomização da sociedade entre “nós” e “eles” é, para Solano (2019, p. 7), uma estratégia fundamental à eficácia da aliança entre neoliberais e neoconservadores personificada em Jair Bolsonaro, que inclui “criminalização de certos segmentos sociais, aqueles indesejáveis fora da estrutura produtiva”. Para ela,

Esse contexto – no qual crises econômicas e políticas se misturam e se retroalimentam – possibilita a reorganização de um campo neoconservador, o qual utiliza a retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador e retoma os valores da família tradicional: ordem, hierarquia e moral frente à suposta libertinagem do campo progressista. [...] É a política dos antagonismos. [...] A campanha [eleição presidencial de 2018] construiu o simbolismo [...] na lógica binária do cidadão de bem, que se encaixa nos padrões conservadores e meritocráticos, e o bandido, todo aquele que se opõe a essa figura (SOLANO, 2019, p. 7-17)

Nesse sentido, Sanahuja e Burian (2020), na linha de Carl Schmitt, apontam que as disputas por sentidos pela extrema direita passam, fundamentalmente, pela distinção amigo-inimigo. Para eles, esta distinção é constitutiva da identidade extremista de direita, baseada no conflito.

Ademais, Santos e Tanscheit destacam o vínculo autoritário desta nova direita radical, exemplificado pelo saudosismo à ditadura militar (SANTOS;

TANSCHKEIT, 2019). Este vínculo associa-se ao tema da violência que, segundo Giordano (2014), é um dos componentes que diferenciam a vertente extrema da vertente moderada das chamadas novas direitas. Todavia, para Saidel (2021), o contexto em questão configura-se por um neoliberalismo autoritário, que agudiza a violência neoliberal enquanto característica inerente a este fenômeno. Este momento propiciaria, e seria constitutivo, portanto, à emergência e ascensão das novas direitas, em especial daquelas na extremidade deste posicionamento ideológico.

Por fim, cabe destacar a relação da extrema direita com o nacionalismo. Este componente se faz presente ostensivamente nos discursos deste grupo ideológico. Para Sanahuja e Burian (2020), na categoria de neopatriota trabalhada por estes e na qual, segundo os autores, Jair Bolsonaro se enquadraria, há uma reivindicação do nacionalismo para si por parte das extremas direitas. Citando Inglehart e Norris, os autores apontam uma narrativa nacionalista conservadora por parte destes grupos, o que implica “um movimento sociocultural reacionário de retorno ao comunitário e seus valores tradicionais” (INGLEHART; NORRIS, 2016 apud SANAHUJA; SURIAN, 2020, p. 26). Nessa disputa pelo nacional, a apropriação da simbologia nacional se faz presente e exemplifica esta reivindicação por parte da extrema direita. A literatura sobre o contexto brasileiro aponta a presença marcante de símbolos nacionais, como as cores verde e amarelo nas manifestações que se deram na primeira metade da década de 2010, proeminentemente alinhadas à direita no campo político (SOLANO, 2019; ROCHA, 2021; GUEDES; DA SILVA, 2019).

Neste caso, não necessariamente configuraria-se como uso ostensivo pela corrente extremista deste posicionamento ideológico, mas que dentre os grupos que se faziam presente encontrava-se sujeitos e representantes alinhados à extrema direita. Contudo, a extrema direita acumulou maior poder relativo nesta década em detrimento da corrente moderada (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019), alçando à Presidência da República, lançando mão de forma ostensiva, anteriormente a eleição de Jair Bolsonaro e durante o seu governo, da simbologia nacional.

A isso tudo, cabe ressaltar o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade” recorrentemente utilizado por Bolsonaro atualmente. Através de uma observação superficial, esta frase reuniria, em conjunto, valores religiosos,

nacionalistas, conservadores e liberais-econômicos. Todavia, é possível associar o uso desse lema ao movimento integralista brasileiro, mais influente movimento de orientação fascista no país (CALDEIRA NETO, 2020) e compreender uma associação intencional a esta por parte de Jair Bolsonaro²¹. A apropriação deste lema pelo então Presidente da República diferencia-se do Integralismo no que tange o termo liberdade, visto que este não aparece no Manifesto²² do movimento, sendo este, para Caldeira Neto (2020), antiliberal. A “liberdade” presente no jargão bolsonarista pode ser associada, também, à defesa do capitalismo e à economia de livre comércio, dado o caráter neoliberal do atual governo, como acima tratado, conquanto em uma perspectiva integralista, a liberdade econômica atentaria contra a estabilidade e contra o bem-estar social advogados por este movimento (INTEGRALISMO, 2022).

Em resumo, é possível apontar Jair Bolsonaro como representante mais influente da extrema direita no Brasil, incorporando em seus discursos pautas neoliberais, conservadoras, religiosas e, principalmente, de cunho violento e autoritário, o que o diferencia ideologicamente da vertente moderada da direita. Além disso, associações a movimentos de origem fascista embasam esta caracterização. Sendo um representante de uma vertente extremista de direita na atualidade, o conceito de “nova” direita pode ser a ele aplicado. Isto é, apreende-se as direitas contemporâneas como direitas que compartilham diversas características com as “velhas” direitas da primeira metade do século XX – mas não podem ser compreendidas como uma simples continuidade destas –, e incorporam novas estratégias à ascensão e manutenção de poder, como uma orientação neoliberal no que diz respeito à economia.

Destaca-se que Jair Bolsonaro, Governo Bolsonaro, bolsonaristas e *bolsonarismo* são um complexo orientados por uma ideologia posicionada à extrema direita no campo político, mas que não podem ser entendidos como a

²¹ Podem ser apontados também elementos que associam o Governo Bolsonaro ao movimento nazista. Aqui, cita-se o caso do então assessor internacional do Presidente da República, lançou mão de um gesto simbólico nazista (*dog whistle*) durante sessão sobre atuação do Itamaraty na obtenção de vacinas por ocasião da pandemia da Covid-19 no Congresso Nacional; e do ex-secretário especial de cultura do Governo Bolsonaro, Roberto Alvim, que em pronunciamento oficial copiou estética e discursivamente, no sentido da fala, Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda na Alemanha durante o regime nazista.

²² O documento, Manifesto Integralista de 7 de Outubro de 1932, está disponível no site do Movimento, que toma como nome de página “Deus, Pátria, Família” acompanhado do símbolo do Integralismo. Ver Integralismo (2022).

mesma coisa. A própria “natureza” de cada um desses os diferencia, apesar de emergirem, no presente contexto, de maneira interligada. A fim de instrumentalização na análise, busca-se definir, brevemente, o que se entende por cada uma destas partes deste complexo.

Jair Bolsonaro é a própria pessoa Jair Bolsonaro, militar da reserva, ex-deputado federal e agora ex-Presidente da República. Alinhado sempre com valores conservadores no plano dos costumes e da moral, seu alinhamento nas questões econômicas, ao menos em discurso público, vem se alterando nos últimos anos, direcionando-se a um liberalismo econômico. A sua pessoa estende-se ao que se chama Família Bolsonaro, centralizada, junto ao próprio Jair, em seus três filhos mais velhos, Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, e em sua esposa Michelle Bolsonaro. Por vezes, mesmo que todos eles ocupem diferentes cargos políticos-institucionais, eles encarnam a figura de Jair Bolsonaro, o representando em eventos políticos, em discursos e no *fazer política* quando este não se faz presente.

Por Governo Bolsonaro entende-se o governo encabeçado por Jair Bolsonaro no Poder executivo entre os anos 2019-2022. Todavia, o governo nem sempre exprime os valores e as vontades pessoais de sua pessoa, dado o jogo político e a necessidade de se fazer acordos e cessões para manter o mínimo de governabilidade ou, ao menos, se manter no cargo de Chefe de Estado. Nesse sentido, o governo não é composto apenas de outras figuras que compartilham dos mesmos valores e visões de mundo e que buscam seguir as diretrizes de Jair Bolsonaro, visto que atendem também a outros interesses, de indivíduos mais ou menos poderosos em relação a Bolsonaro, mas que fazem parte do governo por meio desses acordos políticos.

O exemplo mais ilustre a ser dado refere-se ao chamado “Centrão” (a ser explicado abaixo), ao qual Jair Bolsonaro cada vez mais ao longo de seu governo cedeu cargos em Ministérios, por exemplo. Ao mesmo tempo, alguns cargos de ministros foram atribuídos a indivíduos com posicionamentos político-ideológicos próximos aos do ex-presidente, como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a Ernesto Araújo, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos à Damares Alves e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a Ricardo Salles. Há também ministros mais “pragmáticos”, que atendem os interesses de setores fortemente estabelecidos na cena político-econômica brasileira, como

Tereza Cristina no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Paulo Guedes no Ministério da Economia.

Por bolsonaristas, entende-se os sujeitos e grupos apoiadores de Jair Bolsonaro, da Família Bolsonaro e do Governo Bolsonaro, mesmo que, por vezes, lancem críticas sobre a tomada de decisões de/em algumas dessas partes. Adeptos do bolsonarismo, seja parte do público civil em geral, seja indivíduos em cargos político e/ou institucionais, como deputados e senadores, por exemplo. Considerando-se bolsonarista como uma forma de identificação social, faz parte de sua definição a alteridade; como ela se dá em relação ao Outro. O que não se entende por bolsonaristas são indivíduos e grupos que não estão engajados nas ações bolsonaristas em relação a seus valores, como alguém que apenas votou em Bolsonaro nas eleições "contra o PT", por exemplo, deputados e senadores que acompanharam a bancada governista em determinada votação ou alguns dos próprios membros do conjunto ministerial do Governo Bolsonaro. Além desses posicionamentos "pontuais", são excluídos também indivíduos e grupos progressistas, à esquerda no campo político, e cuja diferenciação em relação aos bolsonaristas é mais cristalizada. De forma complementar a essa identificação, o essencial ao se definir como bolsonarista é sua ligação com o conjunto de valores, ideais e práticas associadas ao bolsonarismo.

Por fim, compreende-se o bolsonarismo como um fenômeno político-social conservador que emergiu nos últimos anos propiciado pela conjuntura de crise política, social e econômica da década de 2010, conjuntura essa que vem sendo articulada por uma formação à direita desde, pelo menos, o fim do século XX. Cada uma das partes acima - Jair Bolsonaro, Família Bolsonaro, Governo Bolsonaro e os bolsonaristas - são partes funcionais desse complexo político-ideológico nomeado aqui como Bolsonarismo. Estas partes não são mutuamente exclusivas; um mesmo indivíduo ou grupo pode fazer parte de todas as partes. Elas também possuem diferentes funções e possuem "pesos flutuantes" diferentes entre si, a depender e variar de acordo com a conjuntura vivenciada, os interesses envolvidos e os objetivos almejados.

Na literatura sobre o tema, Moreira e Ramirez (2021) apontam que não é consensual a conceituação do que se convencionou chamar de bolsonarismo. Todavia, é possível apontar uma confluência ao entendimento do bolsonarismo

como um fenômeno, o que diferencia-se de um movimento por não pautar suas ações por uma agenda, um projeto político-social e uma organização interna bem definidos. O bolsonarismo como fenômeno engloba dentro de si diferentes movimentos sociais, como o movimento monarquista (ROCHA; MEDEIROS, 2022) e movimentos evangélicos (GRACINO JÚNIOR; GOULART, FRIAS, 2021). Além disso, para Cesarino (2022), o bolsonarismo expressa uma aliança entre neoliberais e conservadores, nestes últimos inclusos monarquistas e evangélicos organizados. Assim, acresce-se à definição do bolsonarismo como fenômeno os valores conservadores gerais que carrega e que funcionam como significantes vazios em seu discurso: defesa da cristandade, defesa da família tradicional, militarismo e liberdade. Rocha e Medeiros (2022) tratam do bolsonarismo como um fenômeno que fomenta o que eles chamam de contrapublicidade dominante. Os contrapúblicos, para eles, seriam públicos situados em quaisquer posições no campo político que buscam confrontar, romper, chocar aquilo que é percebido como social e culturalmente dominante; isto é, um cenário político, social, cultural percebido por estes públicos como hegemônico. No caso do bolsonarismo, essa hegemonia seria a "esquerdista" (ROCHA; MEDEIROS, 2022). Assim, a contrapublicidade seria um contradiscurso; um discurso combativo, disruptivo, que vai contra esta hegemonia.

Outra confluência entre autores parece ser o período de possibilidade de emergência do fenômeno quando na primeira metade da década de 2010, apesar de ele, enquanto fenômeno histórico, possuir raízes no período ditatorial brasileiro, conforme Romano (2021). Todavia, o ano de origem não é consensual. Rocha e Medeiros (2022), apontam o ano de 2011 como esgotamento do sistema político-social-econômico hegemônico; Solano (2019) aponta o ano de 2014, como o início da Operação Lava Jato, como marco ao bolsonarismo; outros apontam o ano de 2013 e as Jornadas de Junho como marco precursor (RENNÓ, 2022).

Na próxima seção são trabalhados os contextos de emergência de forma individual de cada um dos quatro anos do Governo Bolsonaro, que servirão à contextualização das análises discursivas empreendidas.

4.2 Os contextos de emergência dos 7s de Setembro no Governo Bolsonaro

A partir da fundamentação teórica desta pesquisa, estabelece-se uma importância fundamental às análises discursivas a compreensão dos contextos de emergência dos discursos. O Governo Bolsonaro (2019-2022) delimita temporalmente a presente análise e o levantamento dos principais acontecimentos durante este período contribui à contextualização dos 7s de Setembro nestes quatro anos, que eleva a qualidade das análises aqui empreendidas.

Assim, subdivide-se esta seção em 4 subseções, cada uma destas dedicadas a cada um dos quatro anos de Governo Bolsonaro - 2019, 2020, 2021, 2022. A metodologia seguida para levantar os principais acontecimentos que influenciaram a conjuntura política nas quais se deram os 7s de Setembro foi pautada em conhecimentos acumulados da autora em relação à cena política nacional e internacional, em informações coletadas na bibliografia consultada e por pesquisas no site de buscas Google, lançando mão de termos como “acontecimentos”, “política”, “Bolsonaro” acompanhados de cada um dos anos do período analisado.

Em um primeiro momento, foi montada uma linha do tempo. Após constatar-se que já havia se chegado a um resultado satisfatório, empreendeu-se o desenvolvimento escrito dos contextos anuais, como se verá abaixo. Ao mesmo tempo em que busca-se contextualizar a efeméride nacional, dialoga-se, também, com referências bibliográficas a fim de substanciar as discussões que a partir daqui se dão. Foi possível, a partir desta contextualização à consecutiva análise de discurso, identificar três grandes marcos antagônicos que impactaram negativamente o bolsonarismo durante o Governo Bolsonaro e que serão tratados em capítulo posterior: *i)* Lula da Silva; *ii)* Pandemia; e *iii)* Supremo Tribunal Federal. Inicia-se, portanto, tratando do primeiro ano de Governo Bolsonaro e, depois, sequencial e cronologicamente, os demais anos.

4.2.1 O 7 de Setembro no primeiro ano de Governo Bolsonaro (2019)

O ano de 2019 é o primeiro ano do Governo Bolsonaro, que teve como *slogan* o trecho “Pátria Amada Brasil”, retirado do Hino Nacional. Jair Bolsonaro

tomou posse como Presidente da República no dia 1º de janeiro. Em seu discurso de posse, o então recém-eleito presidente resgatou valores que pautaram seus discursos durante todo o seu governo: família, religiosidade judaico-cristã, combate à “ideologia de gênero”, anticorrupção, neutralidade ideológica e outros. Segundo ele, fazendo referência ao episódio da facada²³, “[...] quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo [...]” (UOL, 2019).

De seu conjunto inicial de 23 Ministérios de Estado, pode-se atribuir 8 deles a homens com histórico militar, predominantemente provenientes do Exército Brasileiro. A partir de aproximações, pode-se conjecturar que 13 do total de Ministérios foram ocupados por ministros ideologicamente alinhados a Bolsonaro, destacando-se, além de alguns dos ministros militares, ministros e ministra identificados abertamente como evangélicos e cujas ações políticas são, também, abertamente pautadas por preceitos religiosos.

Como primeiro ano de governo, aponta-se que, em relação aos anos seguintes, o ano de 2019 foi relativamente estável politicamente, sem a presença de grandes polêmicas. Pode-se, porém, apontar alguns eventos e acontecimentos que contribuem importantemente à análise a ser empreendida.

Em junho deste ano, Jair Bolsonaro qualificou-se como primeiro Chefe de Estado brasileiro a participar do evento Marcha para Jesus, que intitula-se como “maior evento popular cristão do mundo” (MARCHA PARA JESUS, s/d). A relação de Jair Bolsonaro com o meio evangélico é há muito tempo (re)conhecida, tanto se aponta o impacto do voto evangélico em sua vitória no pleito presidencial de 2018 (GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS, 2021). Destaca-se também a presença irreduzível de personalidades evangélicas durante seu governo. A título de exemplo, citam-se Ministros de Estado, como a atual Senadora da República Damarens Alves (Republicanos) e o ex-Chefe do Ministério da Educação (MEC) Milton Ribeiro, empresários e indivíduos e grupos com poder de influência nas ações políticas e políticas públicas e personalidades

²³ Jair Bolsonaro, então Deputado Federal e candidato à Presidência da República, sofreu um atentado à faca em meio a um evento de campanha eleitoral em 6 de setembro de 2018, em Juiz de Fora (MG).

que se faziam presentes em eventos oficiais acompanhando o Presidente Bolsonaro, como Edir Macedo e Silas Malafaia.

No 7 de setembro de 2019 esta relação é também representada. As mobilizações do Dia da Independência deste ano restringiram-se ao tradicional desfile cívico-militar em Brasília (DF), cuja coordenação geral é de responsabilidade do Ministério da Defesa. Apesar de não exceder as celebrações convencionais, a TV Brasil destacou uma “quebra de protocolo” por parte de Jair Bolsonaro. Este, na condição de Presidente da República, desceu do palanque destinado às autoridades e cumprimentou o público presente e “regeu” a banda-orquestra²⁴ que tocava no evento (BAND JORNALISMO, 2019). Bolsonaro, em chamamento ao comparecimento do público no evento, pediu a seus apoiadores e demais cidadãos que comparecessem de verde e amarelo (TV BRASIL GOV, 2019).

Além das autoridades políticas junto ao então presidente e sua família, contava-se com a presença de personalidades evangélicas posicionadas ao lado, ou bem próximas, a Jair Bolsonaro, como Edir Macedo, o que reforça a proximidade do presidente com o meio evangélico e a importância deste em seu governo.

O desfile contou com a transmissão do canal público TV Brasil. Nesta, três militares, cada um representando uma das 3 Forças Armadas - Marinha, Exército e Força Aérea - foram convidados a comentarem as celebrações ao vivo. Estes destacaram a demonstração de patriotismo que se vivenciava naquela ocasião.

Apesar das celebrações do 7 de setembro limitarem-se ao tradicional, aponta-se o aumento relevante do valor de recursos despendidos ao evento em 2019 em comparação com o governo anterior. Os gastos totais levantados foram no valor de R\$970.000, 15% superior que os gastos de 2018 (O TEMPO, 2019). Esta diferença pode ser interpretada, dentro de um plano maior, como o é neste trabalho, como um indicativo do entendimento e interesse bolsonarista sobre esta efeméride nacional (GZH, 2019).

No mês de novembro, aponta-se um primeiro grande marco à conjuntura política brasileira no Governo Bolsonaro e, no que diz respeito ao bolsonarismo, um *primeiro grande marco antagônico*. O ex-presidente Lula da Silva foi liberado

²⁴ Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército Brasileiro, conhecido pelo nome Dragões da Independência.

da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR) no dia 8 de novembro de 2019 após decisão do STF sobre prisão antes do esgotamento dos recursos (PORTAL STF, 2019), onde se encontrava preso desde 7 de abril de 2018. Como visto, a antipetismo foi um força que contribuiu, pesadamente, à eleição da Jair Bolsonaro à Presidência da República. Pode-se inferir, ainda, que o Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva, a “esquerda” e outras identidades associadas formam o antagonismo que condiciona a existência do bolsonarismo.

É também no mês de novembro que Jair Bolsonaro anuncia sua desfiliação do Partido Social Liberal (PSL-RJ), partido pelo qual foi eleito, e anuncia o início dos trâmites para a criação de um partido bolsonarista, chamado Aliança pelo Brasil (ALIANÇA).

4.2.2 O 7 de Setembro em um contexto pandêmico (2020)

Diferentemente de 2019, o ano de 2020 tem um início intranquilo ao Governo Bolsonaro. Já no mês de janeiro, que dá início ao segundo ano de Governo Bolsonaro, é midiaticizado o caso de nazismo do então Secretário Especial da Cultura do Governo Bolsonaro, Roberto Alvim. O ex-secretário gravou e veiculou em canais estatais oficiais um vídeo cujo discurso lançado mão é, indiscutivelmente, apropriado de um discurso do Ministro da Propaganda nazista Joseph Goebbels. Alvim foi exonerado após a grande repercussão midiática do ato.

O pronunciamento hitleriano²⁵ apropriado pelo então Ministro bolsonarista dá ênfase nas palavras pátria e família, atravessadas, sempre, de acordo com Paschoal (2021, p. 151) “pela ideologia da religiosidade”. Além da fala de Alvim, a religiosidade assim como o nacionalismo se fazem presente imagetivamente no vídeo produzido, com a Bandeira Nacional e uma cruz que remete aos

²⁵ O trecho nazista copiado pelo ex-Secretário é: “A Cultura é a base da **Pátria**. Quando a Cultura adoece, o **povo** adoece junto. E é por isso que queremos uma cultura dinâmica, mas, ao mesmo tempo, enraizada na **nobreza de nossos mitos fundantes**. A **pátria**, a **família**, a **coragem do povo** e sua profunda **ligação com Deus** amparam nossas ações na criação de políticas públicas. As virtudes da **fé**, da **lealdade**, do **autossacrifício** e da **luta contra o mal** serão alcançadas ao território **sagrado** das obras de Arte [...]. A arte brasileira da próxima década será **heróica** e será **nacional**, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às **aspirações urgentes do nosso povo** - ou então não será nada” (grifos da autora).

jesuítas no período da colonização estendidas aos lados do ex-ministro (PASCHOAL, 2021).

No mês de março, é oficializado no território nacional a presença do vírus Sars-cov-2 e o início da pandemia do Coronavírus no Brasil, cujo espraiamento iniciou-se em novembro do ano anterior, 2019, na China. A relação que vai se desenvolver entre o posicionamento de Jair Bolsonaro enquanto Presidente da República e a pandemia é, no mínimo, problemática. Assim, aponta-se a pandemia do coronavírus como *segundo grande marco antagônico ao bolsonarismo* durante o Governo Bolsonaro.

A pandemia instaura uma crise sanitária e aprofunda a crise político-social no contexto brasileiro. Buscando aqui sintetizar os principais eventos engendrados, cita-se a demissão de Henrique Mandetta²⁶ do Ministério da Saúde²⁷, a demissão de Sérgio Moro, um dos pilares e uma das principais figuras do bolsonarismo, do Ministério da Justiça e Segurança Pública no mês de abril de 2020. Em meio à crise, no dia 31 de maio, foram realizadas mobilizações de apoio ao Governo Bolsonaro em todo o país e contra medidas restritivas engendradas pela pandemia do Coronavírus, contra o STF e a favor de uma intervenção militar.

No segundo semestre, o 7 de setembro não foi celebrado como tradicionalmente o é devido às restrições impostas pela pandemia. A cerimônia limitou-se à execução do Hino Nacional e ao hasteamento da Bandeira Nacional. Fizeram-se presentes alguns políticos, autoridades e empresários convidados e, além destes, um pequeno público de bolsonaristas (GAZETA DO POVO, 2020). Estes receberam cumprimentos tanto da ex-Primeira Dama, como do ex-Presidente, este último não fazendo uso de máscara de proteção de boca e nariz,

²⁶ Henrique Mandetta cumpriu mandato como Deputado Federal pelo estado do Mato Grosso do Sul (MS) nas gestões 2011-2014 e 2015-2018 pelo extinto Partido Democratas (DEM). Iniciou o Governo Bolsonaro como Ministro da Saúde, tendo sido exonerado do cargo em meio a crise sanitária após romper com Jair Bolsonaro em relação as medidas a serem tomadas no combate à pandemia, tornando-se um dos principais interlocutores antagônicos ao governo vigente na mídia tradicional. Em 2022, concorreu para Senador do MS pelo partido União Brasil, não obtendo êxito no pleito.

²⁷ A pandemia forçou uma alta rotatividade do cargo de Chefe do Ministério da Saúde no Governo Bolsonaro. Após a saída de Mandetta, em 16 de abril de 2020, Nelson Teich assumiu o cargo por apenas 1 mês, entre 17 de abril a 15 de maio do mesmo ano. Em seu lugar, assumiu o militar Eduardo Pazuello, um dos maiores apoiadores de Jair Bolsonaro, até a data de 23 de maio de 2021. Com sua saída, o cargo foi assumido por Marcelo Queiroga, mantendo-se como Ministro da Saúde até o fim do governo.

indo na contramão das orientações sanitárias oficiais. A transmissão do evento pelo canal público TV Brasil contou com vídeos de diversos Ministros de Estado discursando sobre a data. Nas diferentes falas, observa-se a relevância temática dos símbolos nacionais, especialmente as cores verde e amarelo e a bandeira nacional e da liberdade.

No mês de novembro de 2020 deu-se as eleições municipais em território nacional e as eleições para Presidente da República nos Estados Unidos (EUA). Este último evento pode ser entendido como fonte de concatenações ao contexto político nacional, visto a histórica relação de influência dos Estados Unidos sobre o Brasil e a relação de proximidade política entre Donald Trump e Jair Bolsonaro.

4.2.3 O 7 de Setembro em um contexto de grave crise institucional (2021)

O ano de 2021 dá sequência à pandemia do Coronavírus e ao aprofundamento da crise político-social vivenciada no país. O desgaste entre Jair Bolsonaro e sua Família e as Instituições Públicas é extremamente agravado pelos acontecimentos que se deram nesse ano.

Já no mês de janeiro, a relação problemática do Governo Bolsonaro com a crise sanitária vivenciada é aprofundada pelo início da vacinação contra o vírus da Covid-19. Jair Bolsonaro e seus apoiadores-influenciadores tomaram posições públicas contra-científicas contra a vacinação. Já foi apontado em algumas pesquisas a relação entre o bolsonarismo com movimentos conspiracionistas e anti-ciência que vêm se proliferando nos últimos anos e, até agora, atingiu seu ápice durante a pandemia (CESARINO, 2022).

Em fevereiro aconteceram as eleições para Presidência tanto para Senado Federal, como para a Câmara dos Deputados, nesta última tendo sido eleito o Deputado Federal Arthur Lira (PP-AL)²⁸. Este destaque é feito na medida em que no decorrer do restante do mandato de Jair Bolsonaro, atribuiu-se ao deputado do “Centrão” a caracterização de principal fiador de Jair Bolsonaro na Câmara (BEZERRA; VIEIRA, 2022), tendo evitado a discussão e a votação em

²⁸ O antecessor de Lira na Presidência era o então Deputado Federal Rodrigo Maia (ex DEM e atualmente filiado ao PSDB). Maia em diversos momentos entrou em conflito com o Governo Bolsonaro, repudiando determinadas decisões governamentais.

plenário de múltiplos pedidos de *impeachment* contra o Presidente da República.²⁹

No mês de março, os processos contra Lula foram anulados, tornando-o elegível no sistema eleitoral brasileiro. É também no mês de março que Jair Bolsonaro, enquanto Chefe de Estado, demite o então Ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva (LINDNER; SOARES, 2021) e, após reação negativa dos chefes das Forças Armadas (FA) contra esta demissão, antecipa o que viria ser uma renúncia coletiva e demite conjuntamente os chefes da Marinha, Aeronáutica e Exército, Ilques Barbosa, Antônio Carlos Bermudez e Edson Pujol, respectivamente (JORNAL NACIONAL, 2021). Apresenta-se então à conjuntura política uma forte crise dentro das Instituições Militares e entre essas e o Poder Executivo.

Em abril é instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para analisar possíveis irregularidades do poder público federal em relação à lida da pandemia (CPIPANDEMIA, s/d). Até a presente data (11/07/2023), o Brasil teve 704.159 óbitos (CORONAVÍRUS BRASIL, 2023) em decorrência do vírus da Covid-19 confirmados, atingindo picos entre maio e junho de 2020 e março e junho de 2021 (PODER360, 2021). O país chegou a ficar ranqueado como um dos principais *locus* de contaminação e morte por Covid-19 no mundo.

Assume-se a CPI do Coronavírus também como um dos principais cortes antagônicos ao bolsonarismo ligado ao marco da Pandemia. A partir das conclusões chegadas na investigação parlamentar, foi sugerido uma série de indiciamentos a membros do Governo Bolsonaro, como Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde (05/2020 a 03/2021) e então militar da ativa, Marcelo Queiroga, ex-Ministro da Saúde (03/2021 a 12/2022), Onyx Lorenzoni, ex-Ministro da Cidadania, Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores, Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e o próprio Jair Bolsonaro. O ex-Presidente da República foi imputado pelos crimes de charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, crimes contra a humanidade, violação de direito social e outros (CPIPANDEMIA, 2021).

²⁹ Ver alguns destes em Agência Pública (s/d).

Em julho, investigações sobre milícias digitais e ataques contra o sistema eleitoral brasileiro, à democracia e ao Estado de Direito por parte do Presidente Jair Bolsonaro foram unidas sob relatoria do Ministro do STF Alexandre de Moraes. Dentre os argumentos apresentados na decisão, Alexandre de Moraes apontou grandes indícios da “existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento” e influência política (CONJUR, 2022). A isso, soma-se o argumento “da identidade de agentes investigados nestes autos e da semelhança do *modus operandi* das condutas” analisadas nesses inquéritos (*ibidem*). Nesta ação, a própria pessoa de Jair Bolsonaro, mesmo enquanto Chefe de Estado, passou a ser investigada, o que profundiza o desgaste, já intenso, do então Presidente com as Instituições Públicas, em especial com o Poder Judiciário. Aponta-se, aqui, a crise com o STF um *terceiro grande marco antagônico* durante o Governo Bolsonaro ao bolsonarismo.

Em agosto, deu-se a votação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19³⁰, que ficou conhecida como PEC do voto impresso. O “voto impresso” vem sendo uma pauta bolsonarista há alguns anos, culminando em sua votação em Plenário em 2021, mesmo após rejeição em duas comissões especiais. No mesmo dia, deu-se um desfile de tanques militares na Esplanada dos Ministérios, ao encontro de Jair Bolsonaro, acompanhado de Ministros de Estados e dos Chefes das Forças Armadas, no Palácio do Planalto. Este desfile foi interpretado como uma tentativa de intimidar a institucionalidade pública e coagir deputados a votarem favoravelmente à PEC em questão (FERNANDES; SOUZA, 2021). Todavia, o efeito real, ao invés de demonstrar força, foi tido como mais um episódio vexatório ao então Presidente e às Forças Armadas. Sob a luz da construção do bolsonarismo, os ideais da masculinidade e virilidade se fazem presente. Junto a isso, aponta-se o valor do militarismo e a relação associativa com as Instituições Militares. Assim, o desfile de tanques, em meio a uma conjuntura de derrota bolsonarista pela não

³⁰ “A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19 estabelece que, no processo de votação e apuração das eleições, dos plebiscitos e dos referendos, independentemente do meio empregado para o registro do voto, é obrigatória a expedição de cédulas físicas conferíveis pelo eleitor” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, s/d).

aprovação do “voto impresso”, pode ser interpretado como uma tentativa de demonstração desses sentidos.

Na comemoração do Dia da Independência de 2021 aconteceu a primeira grande manifestação bolsonarista em 7 de setembro. Como visto aqui, a relação de Jair Bolsonaro com as instituições públicas encontrava-se em seu momento mais crítico, apesar do então Presidente da República continuar mantendo sua relação com sua base de apoiadores, tanto populares, como de empresários do Agronegócio³¹ e do meio evangélico.

Já no dia 6 de setembro, manifestantes bolsonaristas invadiram a Esplanada dos Ministérios em “caminhões, de carro e a pé” (BBC BRASIL, 2021). Por medidas de segurança, o acesso à área estava restrito. A invasão teve reações positivas por parte de Eduardo Bolsonaro. Esta invasão foi interpretada por apoiadores como início da tomada do poder pelo bolsonarismo, que terminaria no dia 7. Neste ano, novamente não se contou com o tradicional desfile cívico-militar, apenas com uma cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional, devido às restrições pandêmicas. Contudo, foram realizadas duas grandes mobilizações do bolsonarismo, em Brasília e em São Paulo, com a presença de Jair Bolsonaro em ambas.

Na manhã do 7 de setembro, anteriormente da cerimônia oficial de hasteamento da Bandeira Nacional, Jair Bolsonaro recebeu diversos convidados no Palácio da Alvorada, alguns deles trajando camisetas escrito “Agro”, o que aduz a relação entre o então Presidente e o Agronegócio. Pela transmissão da TV Brasil, é possível observar uma maior estrutura montada para receber o evento no ano de 2021, diferentemente do ano de 2020, quando também houve apenas o hasteamento da bandeira. Jair Bolsonaro saiu acompanhado dos ex-Ministros Luiz Eduardo Ramos e Walter Braga Netto antes do encerramento da cerimônia.

Jair Bolsonaro discursou a apoiadores fora do “ambiente cívico oficial” e não enquanto Chefe de Estado. Os discursos proferidos tanto em Brasília como em São Paulo duraram aproximadamente 7 minutos e meio. Contando com

³¹ Por Agronegócio entende-se uma concertação política entre diferentes agentes e setores agropecuários principalmente voltados à exportação. Neste conceito, incluem-se entidades privadas, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e representantes político-institucionais, como membros da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA). Ver Pompeia (2020).

grande presença de público apoiador³², em maioria trajados de verde e amarelo, Jair Bolsonaro lançou mão de ataques ao STF e ao Ministro Alexandre de Moraes e defendeu “dar sua vida pela liberdade”. As transmissões dos atos, apesar de parecerem mais “amadoras”, foram veiculados por diversos jornais e canais abertos de televisão.

Os ataques ao Supremo Tribunal Federal e ao Estado Democrático de Direito foram tão enfáticos que no dia 9 de setembro Jair Bolsonaro pronunciou-se através da “Declaração à Nação” (G1, 2021). Dentre as considerações realizadas na declaração, Bolsonaro afirma nunca ter tido “intenção de agredir quaisquer dos Poderes” e que boa parte das divergências institucionais experienciadas decorreram “de conflitos de entendimento acerca das decisões adotadas pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das *fake news*”. Ao fim da Declaração à Nação, Bolsonaro registra e agradece “o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem” alinha seus “princípios e valores” na condução do destino do “nosso Brasil”. Ao final da declaração, antes de sua assinatura, são dispostas as palavras Deus, Pátria e Família em caixa alta, que viriam a ser, junto ao significante Liberdade, seu *slogan* de campanha nas eleições presidenciais de 2022. Como visto, a tríade Deus, Pátria, Família é também lema do Movimento Integralista brasileiro.

Com a míngua das movimentações para criação do partido bolsonarista Aliança pelo Brasil, que utilizava-se também deste lema, Jair Bolsonaro filiou-se ao Partido Liberal (PL) em novembro de 2021, partido do qual faz parte até a presente data (24/03/2021). Assim, acentua-se a trajetória de Bolsonaro, em meio a diversas crises, ao que convencionou-se chamar de “Centrão”³³ como forma de sobrevivência no mundo político institucional, ao mesmo tempo que continua a lançar mão de recursos discursivos conservadores extremistas de direita, mobilizando sua base.

³² As estimativas apontam a presença de 125 mil apoiadores em São Paulo e 150 mil em Brasília. Alguns sites de notícias apontam que o comparecimento ficou em torno 5% a 7% do esperado pelo Governo Bolsonaro. Ver em Carvalho (2021).

³³ De acordo com Bezerra e Vieira (2022, p. 37), a atribuição de Centrão “busca nomear um bloco informal de partidos”, associados à fisiologia política e cujo apoio dos parlamentares pertencentes a ele são vinculados a troca de cargos ou emendas parlamentares, isto é, uma atuação estratégica de acúmulo de capital político, o que é considerado, muitas vezes, imoral pela sociedade. Ver mais sobre o Centrão em Bezerra e Vieira (2022).

4.2.4 O 7 de Setembro em ano eleitoral (2022)

O ano de 2022 inicia-se com a expectativa em torno das eleições presidenciais. As crises vivenciadas de maneira intensa no ano anterior, junto a um isolamento em nível internacional, influenciado tanto por seu posicionamento político-ideológico, como por seu negacionismo climático, ainda perduraram nesse ano.

Dentre os acontecimentos relevantes do primeiro semestre do último ano do Governo Bolsonaro, em nível internacional e nacional, aponta-se o início da Guerra na Ucrânia e a divulgação de um esquema de corrupção no Ministério da Educação, sob o comando do então Ministro Milton Ribeiro.

Em 24 de julho se deu o lançamento da campanha de Jair Bolsonaro (PL) à reeleição no estado do Rio de Janeiro, quando também foi confirmado Walter Braga Netto, ex-Ministro de Estado, militar da reserva e um dos maiores aliados do Governo Bolsonaro, como candidato à Vice-presidência. O evento de lançamento deu-se no estádio Maracanãzinho, na capital do estado (RODRIGUES, 2022). O *slogan* da campanha “Deus, Pátria, Família e Liberdade” uniu-se ao *slogan* “Capitão do Povo”, em referência a Jair Bolsonaro e seu passado militar.³⁴

O 7 de setembro de 2022, também momento de comemoração do Bicentenário da Independência, se deu em meio à campanha eleitoral de reeleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Neste ano, retomou-se o tradicional desfile cívico-militar em Brasília. Além deste evento oficial, foram realizados dois atos bolsonaristas com a presença de Jair Bolsonaro, em Brasília e no Rio de Janeiro (RJ).

As previsões dos gastos governamentais para a comemoração do Bicentenário da Independência eram 3,4 vezes maiores que os gastos na celebração de 2019 (RIBBEIRO; SILVA, 2022). A prestação de contas do evento pelo Ministério da Defesa foi considerada imprecisa pelo Ministério Público em investigação que busca apurar um possível desvio de finalidade desse para um evento eleitoral (RIBBEIRO, 2022). A Polícia Federal também indicou cruzar os dados das investigações sobre o financiamento dos atos de 7 de setembro de

³⁴ Stepan (1975, p. 75) aponta a existência de uma imagem tradicional “que os militares têm de si próprios como o povo fardado”.

2021 com os dados de empresários investigados nos eventos desta data em 2022 dadas mensagens de cunho golpistas de antidemocráticas levantadas pelo órgão (ARBEX, 2022).

O 200 anos de Independência exigiria, portanto, uma celebração superior a quaisquer outras celebrações da data anteriores. Todavia, pode-se cotejar uma subsunção de sua celebração em primazia das disputas eleitorais. Medeiros (2022, n.p.), a partir de observação na manifestação bolsonarista em 2022 em São Paulo, que contou com a presença de Eduardo Bolsonaro, destaca que, para ele, a “manifestação de 7 de setembro na Paulista não foi nem uma festa cívica nem uma marcha fascista, mas um comício eleitoral *sui generis*” (MEDEIROS, 2022). Isto é cristalizado nos discursos proferidos por Jair Bolsonaro nos atos bolsonaristas em Brasília e no Rio de Janeiro. Nestes, em nenhum momento, o então presidente fez referência ao Bicentenário da Independência do país, além de grande presença de cartazes e outros objetos com, por exemplo, número de candidatos que concorriam a cargos nestas eleições.

As imagens gravadas nestes eventos chegaram a ser instrumentalizadas pela campanha bolsonarista. Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu negativamente à campanha sobre o uso destas imagens proibindo-o argumentando que

[o] uso de imagens da celebração oficial na propaganda eleitoral é tendente a ferir a isonomia, pois explora a atuação do Chefe de Estado, em ocasião inacessível a qualquer dos demais competidores, para projetar a imagem do candidato e fazer crer que a presença de milhares de pessoas na Esplanada dos Ministérios, com a finalidade de comemorar a data cívica, seria fruto de mobilização eleitoral em apoio ao candidato à reeleição (ANGELO, 2022, n.p.).

Apesar dos esforços, Jair Bolsonaro saiu derrotado da disputa eleitoral. O êxito de Lula no pleito provocou grandes manifestações e reações negativas do bolsonarismo, alimentadas pela construção, já antiga, de desconfiança sobre as urnas eletrônicas. Dentre essas manifestações, citam-se os chamados “quartéis bolsonaristas”. Estes eram acampamentos bolsonaristas assentados em frente a quartéis e/ou outras instituições de natureza policial e/ou militar em diversos municípios e estados no Brasil. Em todo o período em que ficaram assentados, notava-se o uso de símbolos nacionais, como a bandeira, o hino, camisetas verde e amarela, pelos bolsonaristas.

Destaca-se que nesse entremeio aconteceu a Copa do Mundo de futebol, disputada entre os dias 20 de novembro e 18 de dezembro. O destaque aqui feito relaciona-se ao fato de que o futebol é o principal esporte nacional e a camiseta da seleção fora objeto de apropriação por parte de sujeitos e grupos à direita no campo político, o que, em um período do maior campeonato de futebol de mundo, poderia envolver mobilizações mais intensas em torno destes símbolos.³⁵ Pode-se especular, todavia, que já tendo o processo eleitoral findado, dando ao presidente Lula da Silva êxito no pleito, essas tendências foram esfacelando-se.

Na próxima seção, são realizadas as considerações parciais deste capítulo.

4.3 Considerações parciais

Como observado na seção 4.1, foram diversos os acontecimentos em uma escala macro que contribuíram à ascensão do bolsonarismo ao poder. Dentre eles, destacam-se acontecimentos em nível mundial, como a crise financeira de 2008 (que desencadeou crises econômicas em nível nacional), por exemplo, e acontecimentos próprios ao contexto interno, como o *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff e o encorpamento do sentimento antipetista na população brasileira. Nessa seção, destaca-se também a caracterização do bolsonarismo como um fenômeno de extrema direita que irrompe no social e, com seu êxito político e com sua ocupação de espaços político-institucionais, torna-se mais complexo, podendo ser identificadas diferentes partes funcionais que o compõem. São elas: Jair Bolsonaro, Família Bolsonaro, Governo Bolsonaro e apoiadores bolsonaristas.

O encorpamento das mobilizações sociais bolsonaristas nos 7s de Setembro, por sua vez, pode ser correlacionado à deterioração das relações institucionais do Governo Bolsonaro, visto que o primeiro grande ato do bolsonarismo nesta efeméride se dá em 2021, momento ápice da crise. Todavia,

³⁵ Neymar Júnior, ícone brasileiro no que diz respeito ao futebol e principal figura representativa da Seleção Masculina Nacional, declarou voto no então candidato Jair Bolsonaro, intensificando disputas político-ideológicas em torno do esporte. Mais informações em Sapio (2022).

pode-se especular que já havia um tratamento especial desta data por sua parte, visto que o desfile cívico-militar em 2019 já diferenciara-se dos anteriores, tanto financeiramente, como em relação a uma quebra de protocolo por Jair Bolsonaro, então Presidente da República.

A isso soma-se, mesmo que não tenha ocorrido como estratégia política, a facada que Bolsonaro sofreu ainda em campanha à Presidência, em 2018, no dia 6 de setembro. É recorrente em seu discurso o resgate a este atentado e o agradecimento a Deus por sua (segunda) vida, o que contribuiu a simbolização desta data como data importante ao bolsonarismo.

Por fim, cabe destacar que foram encontrados mais materiais referentes aos anos de 2021 e 2022, justamente pelo fato de que nesses dois anos foram realizados os primeiros atos bolsonaristas de 7 de Setembro. Os discursos exprimem o contexto vivenciado nos respectivos anos, o que justifica a contextualização destes e a maior quantidade de informações relativas a estes anos podem ser interpretadas também como manifestações do espírito da época, influenciado pelo passar do tempo do novo governo e pela multiplicação de crises e fatos relevantes que durante este se deram, como pandemia, esquemas de corrupção, inquéritos que investigavam a família Bolsonaro e apoiadores, eleições, entre outros.

Após a apreensão dos contextos de emergência do bolsonarismo e do Governo Bolsonaro acima apresentados, passa-se a análise discursiva dos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa. O próximo capítulo dedica-se, em sua primeira seção, à identificação dos inimigos da nação no discurso do bolsonarismo, análise esta cuja noção de antagonismo é fundamental, e, na seção subsequente, à análise de como se dá a apropriação dos símbolos nacionais neste discurso.

5 Os inimigos da nação não trajam verde e amarelo

Este capítulo, propriamente analítico, dedica-se a análise e discussão dos resultados à testagem da hipótese desta pesquisa. Na primeira seção, volta-se à averiguação dos inimigos da nação ao bolsonarismo e subdivide-se em três subseções. Conquanto na segunda seção, analisa-se como se dá apropriação dos símbolos nacionais em seu discurso.

5.1 Os inimigos da nação no discurso do bolsonarismo

Nesta seção, dedica-se à análise dos inimigos da nação no discurso do bolsonarismo. Este conceito - inimigo - guarda profunda relação com a noção de antagonismo na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, conforme aprofundado no capítulo de referencial teórico. Desse modo, a partir do Nó “Antagonismo”, das codificações que lá se deram, e dos cruzamentos deste Nó com os demais Nós e *subnós* no *software* NVivo, busca-se averiguar quem ou o que são esses inimigos.

Indo além dos discursos codificados, de forma comparativa e complementar à qualidade da análise, dialoga-se também com os marcos antagônicos ao bolsonarismo identificados a partir dos contextos de emergência de cada um dos quatro 7s de Setembro que se deram durante o Governo Bolsonaro. Como identificado, foram 3 grandes marcos neste período: *i)* Lula; *ii)* Pandemia; e *iii)* STF. Não necessariamente esses antagonismos materializados, independentes das construções discursivas de Jair Bolsonaro (mas que influenciam estas), vão aparecer em seu discurso na mesma magnitude em que afetaram o bolsonarismo, como será visto em relação à pandemia.

Com base na análise de discurso realizada através do *software* NVivo, pôde-se identificar 5 antagonismos adjacentes ao bolsonarismo que, em maior ou menor grau, relacionam-se entre si. São estes: *i)* comunismo; *ii)* esquerda, aqui incluso Lula e PT; *iii)* corrupção; *iv)* pandemia; *v)* STF. Além destes, mais proeminentes, citam-se as referências pejorativas contra a imprensa, principalmente contra a Rede Globo, e contra o Grupo Folha, representado nos brados “Datapovo” em contrariedade às pesquisas de intenção de voto do Datafolha.

O argumento que será defendido neste capítulo é de que os subnós comunismo, Lula-PT-Esquerda e corrupção, sob o Nó Antagonismo, são indissociáveis entre si e são agenciados em um plano moral cristão pelo bolsonarismo. Por outro lado, o antagonismo ao Supremo Tribunal Federal se dá em uma dimensão direcionada à institucionalidade pública, de disputa sobre a democracia e a constitucionalidade, e não relaciona-se, em um primeiro momento, aos três antagonismos acima citados.

A pandemia, por sua vez, possui poucas referências no discurso analisado, mas, como identificado no capítulo anterior (Ver capítulo 4, seção 4.2), ela muito influenciou a conjuntura político-social. A hipótese é de que ela não encontra eco no bolsonarismo, o que explica sua quase ausência no material analisado. Nos momentos em que esta aparece, as construções discursivas acerca dela não são formadas no sentido de um “nós” *versus* “eles”, neste caso, bolsonarismo *versus* pandemia. Esta é referenciada como um acaso, um acontecimento que se deu ao longo do Governo Bolsonaro, que trouxe consequências ruins aos país, principalmente sobre uma ótica econômica.

Fica claro que Jair Bolsonaro não busca se aprofundar neste tema: não busca justificar as ações de seu governo durante o período pandêmico ou criar novas narrativas sobre ela. Ainda, ele não busca criar, ou ao menos desenvolver enquanto recurso político-eleitoral, um “nós” *versus* “eles”. O tratamento sobre a pandemia por parte do bolsonarismo é quase de apagamento da crise sanitária vivenciada principalmente entre os anos 2020 e 2021, distanciando-se, agudamente, das polêmicas negacionistas empreendidas por Jair Bolsonaro, sua família e outras figuras bolsonaristas. Desse modo, as construções discursivas do bolsonarismo sobre a pandemia merecem um aprofundamento, o que foge do escopo desta pesquisa.

Recuperando o marco teórico no qual esta pesquisa está fundamentada, o antagonismo liga-se à análise da apropriação de símbolos nacionais na medida em que é fundamental à constituição de identidades sociais. Assim, um conjunto de valores subjetivos pode ser representado simbolicamente, tanto como parte de uma identidade, como na representação do antagonismo que possibilita (e impossibilita) esta identidade. No caso da identidade nacional, estas contam, em sua construção, com objetos semióticos que alimentam sentimentos positivos em relação à nação, como tradicionalmente as bandeiras, hinos, cores e outros

símbolos. Portanto, apesar de não ser uma ligação superficial, não tão explícita, o antagonismo está conectado, intrinsecamente, aos símbolos nacionais, no que importa à temática aqui trabalhada.

O “comunismo”, conceito ambíguo muito presente nos discursos bolsonaristas, associa-se à ideologia comunista, enraizada no marxismo e cuja materialização é exemplificada, de forma pejorativa, a países como Cuba, Venezuela, Nicarágua e China. Estes, segundo esses discursos, são países cujos cidadãos são privados de suas liberdades e, de maneira concatenada, passam por escassez de itens básicos à subsistência. Ou seja, o “comunismo” é o mal que assola esses países e a causa das ditas crises socioeconômicas vivenciadas por eles. No que se relaciona à construção discursiva do bolsonarismo, Jair Bolsonaro personifica o anticomunismo, tão presente no imaginário coletivo brasileiro. O “fantasma do comunismo” guarda profunda relação com o período ditatorial militar brasileiro, ao qual Jair Bolsonaro lia-se saudosamente.

O antagonismo “comunismo” no discurso do bolsonarismo relaciona-se diretamente ao antagonismo da esquerda brasileira, proeminentemente representada em Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores. Estes seriam não só representações desta ideologia, mas a encarnariam no contexto nacional, causando os males que assolaram a nação brasileira nos quase 14 anos em que o PT esteve à frente no Governo Federal.

Como observado no capítulo anterior, foi estabelecido o impacto destes ao bolsonarismo. Para além deste período, o antipetismo se constitui como elemento fundamental à compreensão da conjuntura política e social brasileira da última década, o que explica, ao menos parcialmente, o uso ostensivo de críticas a Lula e ao PT à mobilização bolsonarista. A corrupção, por sua vez, seria um destes males causados pelo petismo. Apesar de ser associada, historicamente, à classe política de modo geral, a corrupção no discurso do bolsonarismo faz referência direta ao Partido dos Trabalhadores e aos governos e políticos petistas, em especial Lula da Silva e, de modo latente no período analisado, Dilma Rousseff.

Quanto ao Supremo Tribunal Federal, a instituição julgou diversos casos que causaram impactos negativos a Jair Bolsonaro, à Família Bolsonaro e ao Governo Bolsonaro. Em diversos momentos, o então presidente acusou a Corte

e alguns de seus Ministros, em especial Alexandre de Moraes, de “jogar fora das 4 linhas da constituição”, ferindo, assim, a democracia brasileira.

Dessa forma, este capítulo subdivide-se em duas partes a fim de explorar mais substancialmente estes antagonismos e, em uma terceira seção, realizam-se as considerações parciais. As análises realizadas orientam-se à testagem da hipótese desta pesquisa, de que o inimigo bolsonarista, no discurso bolsonarista, é construído como inimigo da nação.

5.1.1 O Bolsonarismo *versus* Lula, o Partido dos Trabalhadores e a Esquerda: o antagonismo pautado na moral cristã

Como colocado hipoteticamente acima, argumenta-se que o antagonismo bolsonarista em relação ao Lula, ao PT e à Esquerda, de maneira generalizada, se justapõem, o que preconiza que sejam analisados conjuntamente. Ademais, argumenta-se que este antagonismo não se baseia, principalmente, em fatos concretos ou na prática política. Ele é construído em uma dimensão moral, que envolve uma disputa à hegemonia por diferentes visões de mundo e, no caso do bolsonarismo, é fundamentada e pautada na moralidade cristã.

Estes três subnós - comunismo, Lula e PT (esquerda) e corrupção - estão profundamente envolvidos entre si no discurso bolsonarista. Esta relação é exemplificada no seguinte trecho, extraído do discurso de Jair Bolsonaro por ocasião do 7 de setembro de 2022 em Copacabana:

Compare o Brasil com os países da América do Sul. Compare com a Venezuela. Compare com o que está acontecendo na Argentina e compare com a Nicarágua. O que em comum esses países têm? Todos são amigos entre si. **Todos os chefes de Estado dessas nações são amigos do quadrilheiro de nove dedos que disputa a eleição no Brasil.** Não é voltar apenas à cena do crime. Esse tipo de gente tem que ser extirpada da vida pública (JAIR BOLSONARO – CANAL UOL³⁶, 2022, grifo nosso).

Pode-se aduzir a partir da análise discursiva realizada que Jair Bolsonaro, ao citar nominal e isoladamente um destes elementos - comunismo, Lula e PT e corrupção -, faz referência a todos eles, ao tomá-los como um complexo

³⁶ As citações diretas têm aos finais a indicação (AUTOR, ano), conforme norma da ABNT. Porém, nesta dissertação, opta-se por indicar também, quando considerado necessário, o nome de quem está proferindo as falas citadas. Isso se dá a fim promover melhor inteligibilidade aos leitores e evitar que se possa confundir quem fala e o canal cujo vídeo citado foi veiculado. Desse modo, as citações dos trechos seguem a seguinte disposição: (LOCUTOR – FONTE (AUTORIA), ANO).

intrincado, referência esta captada plenamente pelo bolsonarismo como um todo. Isto é, ao apenas fazer referência à corrupção, é subentendido que esta está associada a Lula e ao Partido dos Trabalhadores, por exemplo. As associações pejorativas entre eles estão tão sedimentadas no social que possibilitam uma representação mútua, simultânea, mesmo na ausência verbal de uma ou duas destas partes.

Salienta-se, ainda, o trecho em que, para Bolsonaro, os sujeitos antagônicos citados neste discurso devem ser extirpados da vida pública, não apenas perder as eleições em jogo. Pode-se, portanto, estabelecer paralelos entre o discurso de Jair Bolsonaro e a noção de antagonismo de Laclau e Mouffe. O inimigo é passível de ser destruído, eliminado, o que excederia o jogo democrático. Assim, “esse tipo de gente” que “tem que ser extirpada da vida pública” distancia-se de uma visão de derrota de um adversário político, como trabalhado por Mouffe em seu conceito de agonismo (MOUFFE, 2018).

Os antagonismos do bolsonarismo são cristalizados ainda mais no 7 de setembro de 2022, dado o contexto de campanha eleitoral. O longo trecho abaixo, extraído do discurso de Jair Bolsonaro em Copacabana, sintetiza os antagonismos do bolsonarismo:

Mais do que as questões materiais, nós nos preocupamos também com a tradição do nosso povo. Nós somos um governo que sabemos que nosso estado é laico, mas o seu presidente é cristão. Nós defendemos a vida desde a sua concepção. Não existe no nosso governo a ideia de legalizar o aborto. Nós sabemos o que uma mulher passa, uma mãe quando tem dentro de casa um filho no mundo das drogas. O nosso governo defende crianças em sala de aula. Não admitimos levar avanti a ideologia de gênero. Os nossos filhos são o nosso patrimônio, e na escola é lugar de buscar conhecimento. Educação quem dá é o pai e a mãe. Repito: três anos e meio sem corrupção. Isso não é virtude, isso é obrigação. Não adianta a esquerda nos atacar. Não estamos do lado da Venezuela, tampouco do lado da Nicarágua, que prende padres, expulsa freiras e fecha rádios e televisões católicas. **Nosso governo respeita a sua Carta à Democracia, que é a nossa Constituição. O outro lado, que assina cartinha, não respeita a nossa Constituição.** A imprensa, por mais que possa errar, defenderei até o último momento o direito da imprensa livre para que possa levar informações a vocês e vocês decidirem se a imprensa está transmitindo informações verdadeiras ou não. Fizemos a campanha com João 8:32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Depois passamos pra outra passagem bíblica, que diz: “Por falta de conhecimento meu povo pereceu”. Trouxemos pra vocês o conhecimento de como funciona a Presidência da República. Hoje vocês sabem também como funciona a Câmara dos Deputados, sabem como funciona o Senado Federal e sabem também como funciona o Supremo Tribunal Federal (JAIR BOLSONARO – CANAL UOL, 2022, grifo nosso).

Percebe-se que os antagonismos estabelecidos residem principalmente num campo de ideias, de visões de mundo, e dialogam sensivelmente com a questão da religiosidade cristã. Esta relação é explicitamente tratada no cristianismo de Jair Bolsonaro; exemplificada na contrariedade às drogas, ao aborto, à “ideologia de gênero” e aos modelos pedagógicos contemporâneos em primazia da “família tradicional” cristã; em sua diferenciação e reprimenda aos países “comunistas”; e na citação de versículos bíblicos.

Ainda no 7 de setembro em Copacabana, em saudosismo a marcos militaristas e outros momentos marcantes do cenário político brasileiro, Bolsonaro afirmou: “Estamos aqui porque acreditamos em nosso povo e nosso povo acredita em Deus” (BBC, 2022). Reitera-se, portanto, o valor cristão como essencial à construção discursiva bolsonarista, na qual a religiosidade cristã é um valor inato à nação brasileira. Além disso, a eleição presidencial de 2022 é posta como uma metáfora bíblica, da luta do bem contra o mal. A isso, o então candidato à reeleição colocou:

Queria dizer que o Brasil já passou por momentos difíceis, mas por momentos bons. [19]22 [revolta tenentista], [19]35 [intentona comunista], [19]64 [golpe militar], [20]16 [impeachment de Dilma Rousseff (PT)], [20]18 [eleição presidencial] e agora, [20]22. A história pode se repetir, o bem sempre venceu o mal (BBC, 2022).

De maneira recíproca, o público bolsonarista lança mão de jargões e brados que externalizam estes antagonismos, que encontram fecundidade no bolsonarismo. No evento do 7 de setembro de 2022 em Brasília, enquanto o público bolsonarista aguardava a chegada e discurso do então Presidente Bolsonaro, esse intercalava cantos como “a nossa bandeira jamais será vermelha”, “Lula, ladrão, seu lugar é na prisão”, “o povo cristão não vota em ladrão” e “comunista”.

Aqui, é interessante pensar como o anticomunismo é simbolizado na cor vermelho, tradicionalmente usada em símbolos de partidos posicionados à esquerda no campo político. Em detrimento da bandeira vermelha, a bandeira verde e amarela, que tornou-se, de modo geral, uma associação à direita pelo menos desde os protestos de 2014, simboliza os valores bolsonaristas, valores estes que são por eles considerados os verdadeiros valores da nação brasileira.

Essa percepção é fortalecida em outras falas de Jair Bolsonaro. Em um evento do governo, por ocasião de um lançamento do Programa Pro Trilhos³⁷ no dia 2 de setembro de 2021, o ex Presidente afirmou, em relação ao próximo Dia da Independência, que o “povo de forma voluntária vai com a camisa verde e amarelo com sua família”. Este povo, em sua fala, é composto por “pessoas do bem”, diferenciando-se “do outro lado”, pois este povo quer de fato “o bem da nossa nação” (JAIR BOLSONARO, 2021). Alguns dias depois, no evento bolsonarista no 7 de setembro que aconteceu em São Paulo, Jair Bolsonaro colocou que

[...] hoje temos uma fotografia pra mostrar para o Brasil e para o mundo, não de quem está agora nesse carro de som, mas uma fotografia de vocês [público presente] pra mostrar para o mundo e para o Brasil que as cores da nossa bandeira são verde e amarela e cada vez mais nós somos conservadores (JAIR BOLSONARO – CANAL FLÁVIO BOLSONARO, 2021).

Depreende-se que para ele, a bandeira nacional, em conjunto às cores verde e amarelo, simbolizam os verdadeiros valores da nação brasileira, isto é, valores conservadores, e aqueles que as empunham são os verdadeiros defensores dela. Por outro lado, aqueles e aquelas que se utilizam de “bandeiras vermelhas” são “o outro lado” pois não amam verdadeiramente o Brasil ao defenderem outros valores que não os conservadores.

Em uma fala do locutor de rodeio Cuiabano Lima, que acompanhou a comitiva bolsonarista nos atos do 7 de setembro de 2022, é feita uma ligação direta entre a religião, os símbolos nacionais e o antagonismo do bolsonarismo:

Levanta a mão quem tem fé em Jesus e vocês vão orar a oração que o Pai nos ensinou com os braços erguidos pro nosso país, pra nossa pátria, porque nossa bandeira sempre será verde e amarelo e aqui nunca será um comunismo e sim uma democracia (CUIABANO LIMA – CANAL FLÁVIO BOLSONARO, 2022).

Em seu pronunciamento em cadeia nacional por ocasião do 7 de setembro de 2020, Bolsonaro saúda o período ditatorial militar no Brasil, cuja população civil tomou parte importante (STEPAN, 1975). A relação entre as instituições militares, sociedade e religião podem ser exemplificadas na Marcha da Família

³⁷ Programa que visa o desenvolvimento do setor ferroviário brasileiros por meio da ação de medidas que visam a livre iniciativa criado através da Medida Pvisória nº 1065/2021. Ver mais em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transporte-terrestre_antigo/programa-de-autorizacoes-ferroviarias.

com Deus pela Liberdade. A Marcha, conforme Guisolphi (2009, p. 453), foi mobilizada em antagonismo ao governo de João Goulart a partir da visão sobre este como de viés comunista e que “caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade”.

Segundo o então Presidente da República, Jair Bolsonaro,

[n]os anos 60, quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros, identificados com os anseios nacionais, de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada (JAIR BOLSONARO – CANAL EDUARDO BOLSONARO, 2020).

Aqui, apesar de ser anacrônico tratar do Partido dos Trabalhadores e de Lula da Silva em meados do século XX, fica claro o resgate histórico feito por Bolsonaro ao intrincado do qual o PT faz parte contemporaneamente. O trecho tem por efeito criar uma continuidade entre as “batalhas” contra o comunismo travadas ao longo da história do Brasil pelos verdadeiros patriotas, dando uma aparência transcendental à luta do bem (conservadores) contra o mal (comunismo) no país. Estes patriotas, por sua vez, carregam valores como a defesa da liberdade, da família, da religião cristã e militaristas. O discurso bolsonarista, portanto, coloca Jair Bolsonaro como representante dos valores nacionais ou, em uma analogia militar, como soldado que tem como missão a vitória pelo bem da nação e a derrota, não só de indivíduos e grupos taxados como “o mal”, mas de uma ideologia perniciosa ao Brasil. Esta batalha do bem contra o mal pode ser simbolizada como o “verde e amarelo” contra o “vermelho”, respectivamente.

5.1.2 O Bolsonarismo *versus* o Supremo Tribunal Federal: o antagonismo na disputa pela Democracia em torno da Constituição

O Supremo Tribunal Federal é o segundo principal antagonismo do bolsonarismo identificado a partir da análise do material. Apesar de se poder comparar o antagonismo ao STF com aquele estabelecido contra Lula da Silva, PT e a esquerda, argumenta-se que o primeiro se dá, principalmente, em um plano diferente do que em relação aos segundos. A hipótese que se levanta é de que a construção antagônica ao STF está circunscrita a uma dimensão

político-jurídica institucional, de disputa pela interpretação correta de determinados artigos constitucionais e pela defesa da democracia no contexto brasileiro. Esta última liga-se, porém, à batalha do bem contra o mal acima tratada.

Jair Bolsonaro, reiteradas vezes em seus discursos, afirma estar “jogando dentro das 4 linhas da Constituição”, em contraposição ao Supremo Tribunal Federal que, segundo ele, agia de maneira inconstitucional, especialmente o Ministro Alexandre de Moraes. Este, como visto, foi relator de fortes inquéritos contra a Família Bolsonaro e seus principais apoiadores midiáticos, além de ter assumido a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral em agosto de 2022³⁸.

O ex-Presidente da República chegou a afirmar que não respeitaria mais as decisões jurídicas por parte do Ministro e o chamou de “canalha” nos atos bolsonaristas de 2021, momento ápice da crise institucional brasileira e de intenso temor de golpe de Estado por parte de Bolsonaro. Em chamamento para este atos, Bolsonaro convocou seus apoiadores a irem no 7 de Setembro: “vá às ruas pela última vez. Esses poucos surdos de capa preta têm que entender o que é a voz do povo. Têm que entender que quem faz as leis são os poderes Legislativo e Executivo” (R7, 2022).

As críticas ao STF e a Alexandre de Moraes encontram poderosa ressonância nos apoiadores bolsonaristas. É comum a presença de cartazes que afirmam “Supremo é o Povo”, assim como entôos de vaías intensas por parte dos bolsonaristas quando o STF é citado em discurso por Jair Bolsonaro. No 7 de setembro de 2022, por exemplo, o público presente no evento em Brasília cantava, em outras coisas, “Ei, Xandão [Alexandre de Moraes], pede demissão” e “Cabeça, de ovo, supremo é o povo” (CANAL FLÁVIO BOLSONARO, 2022).

Na construção discursiva compreendida, ainda em 2021, de intensa deterioração da relação de Jair Bolsonaro com o STF, o primeiro afirmou que não se “pode haver democracia se não haver respeito à constituição” (*JAIR BOLSONARO* –CANAL JAIR BOLSONARO, 2021) e, em seu discurso em Copacabana em 2022, como já citado anteriormente, ele colocou que o “outro lado, que assina cartinha, não respeita a nossa constituição” (UOL, 2022). No discurso do bolsonarismo, o Poder Judiciário compromete a democracia

³⁸ Alexandre de Moraes presidiu o TSE durante as eleições presidenciais de 2022. Seu mandato à frente deste tribunal vai até o ano de 2024.

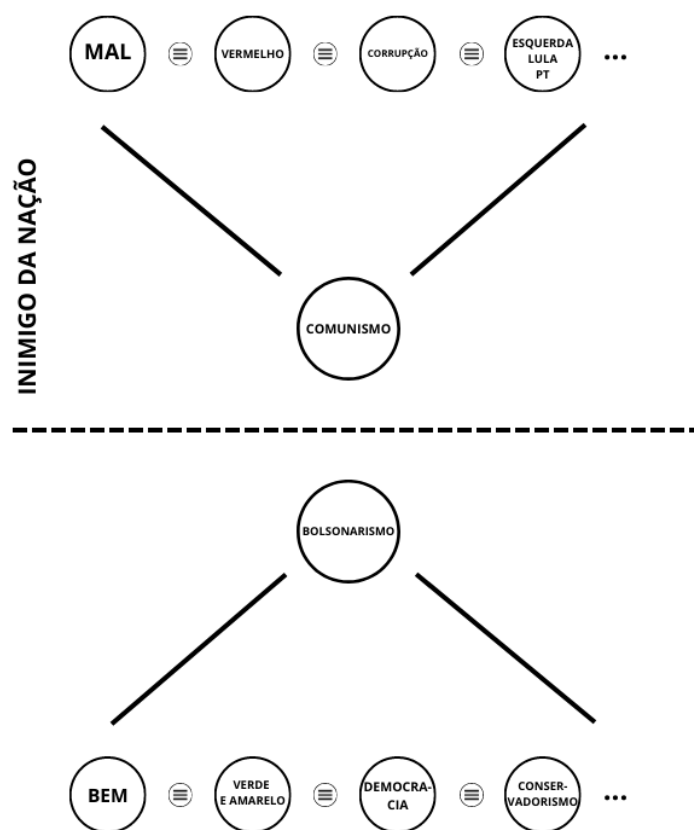
brasileira, a açoita, a turva, ao ameaçar, agir contra, colocar em risco, suprimir a “nossa” liberdade, ao desrespeitar, ou desrespeitando, a Constituição Federal.

O tratamento dado à democracia, porém, excede esta dimensão institucional, visto que pode-se considerar a democracia como um significante, já sedimentado no social, em constante disputa. No discurso bolsonarista, no qual o bolsonarismo é o verdadeiro defensor da democracia, esta é dicotomizada ao comunismo, seu principal antagonismo. Assim, neste discurso, a luta do bem contra o mal é traduzida, também, como o antagonismo democracia (bem) *versus* comunismo (mal).

5.1.3 O antagônico no discurso bolsonarista

Depreende-se a partir das análises que o antagonismo do bolsonarismo possui dois flancos, que diferenciam-se nas respectivas dimensões em que se dão, mas que também guardam equivalências entre si: Comunismo e STF. Em diálogo com a hipótese desta pesquisa, apesar de o discurso bolsonarista concentrar-se em dois principais antagonismos, apenas um deles é elevado, discursivamente, à posição de inimigo da nação.

Figura 1 – Diagrama cadeias de equivalência



Fonte: Elaboração própria baseada nos resultados da análise.

Considera-se que o comunismo, que justapõe-se em equivalência a Lula, ao PT e à esquerda de modo generalista, como o inimigo da nação para o bolsonarismo, isto é, a ameaça que impossibilita a plenitude da nação. A dimensão em que esta construção se dá, de natureza mais subjetiva, na moralidade pautada e orientada por princípios e valores cristãos, dicotomiza aqueles que defendem e amam verdadeiramente a nação brasileira e aqueles que lesam a pátria; o bem *versus* o mal; o verde e amarelo *versus* o vermelho; democracia *versus* comunismo; conservadores *versus* comunistas, respectivamente. Conquanto, o STF, é situado em uma disputa sobre a interpretação e prática correta da Constituição, que é intrínseco à defesa da democracia brasileira. Apesar de contar com determinado grau de abstração em relação ao significante democracia, este antagonismo não é construído como inimigo da nação pelo bolsonarismo, mesmo agindo contra o povo brasileiro.

A próxima seção dedica-se às articulações discursivas do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais brasileiros como última etapa analítica desta dissertação.

5.2 Os símbolos nacionais nas articulações discursivas do bolsonarismo

Esta seção tem o propósito de servir à identificação das principais articulações discursivas do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais nos 7s de Setembro. Assim, buscou-se recuperar as codificações do material analisado no Nó “Símbolos Nacionais” no *software* NVivo e, a partir das ferramentas disponibilizadas neste, relaciona-los com outros Nós e subnós (ver capítulo metodológico).

É preciso lembrar que as comemorações oficiais da Independência por parte da Presidência da República nos anos de 2020 e 2021 foram mínimas, dada a pandemia da Covid-19. Em 2020, a celebração da efeméride restringiu-se à pequena participação do público e uma cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional, com a presença de Ministros de Estado e outras personalidades políticas. Em 2021, a restrição sanitária por conta da pandemia se manteve. Porém, o contexto era já de maiores informações sobre o Coronavírus e maior proximidade à “vida normal” se comparada ao ano anterior. Assim, apesar de limitar-se novamente a uma cerimônia de hasteamento da bandeira, o evento permitiu maior presença da população e mesmo maior estrutura para a sua realização. Além desta cerimônia oficial, o então Presidente Bolsonaro discursou para o público bolsonarista na Esplanada dos Ministérios, fora do ambiente oficial, reunindo cerca de 150.000 pessoas (PEREIRA, 2021)³⁹, a despeito das restrições impostas.

Retomando aos anos de 2019 e 2022, cujas celebrações de 7 de setembro se deram “fora” de um contexto pandêmico, o primeiro ano foi limitado ao tradicional desfile cívico-militar, resguardadas suas particularidades (ver capítulo 6). O 2022, além da retomada dos desfiles cívico-militares tradicionais e, assim como 2021, de discurso de Bolsonaro fora do ambiente oficial ao público bolsonarista na Esplanada, foi marcado por dois eventos importantes: o Bicentenário da Independência, ligado direta e intrinsecamente à efeméride nacional, e o período de campanhas às eleições presidenciais, que desviaram o propósito inicial da celebração da data.

³⁹ Segundo a notícia, esse número é 5% do esperado pelos organizadores. Ou seja, esperavam-se cerca de 3 milhões de pessoas, quase a totalidade da população do Distrito Federal.

Esta breve explicação busca recuperar o contexto de emergência às articulações discursivas em torno dos símbolos nacionais aqui proposta. Assim, por conta das especificidades de cada um dos quatro anos de Governo Bolsonaro, aponta-se uma maior presença de materiais analisados referentes aos anos de 2021 e 2022. Aduz-se que o menor quantitativo de materiais no *corpus* de análise produzidos nos anos de 2019 e 2020 conformam os acontecimentos dos respectivos contextos em que se deram, de certa tranquilidade conjuntural comparativamente aos dois anos subsequentes. Contudo, apesar de menor número, em uma tela maior, ajudam a compreender melhor a construção discursiva do bolsonarismo sobre o 7 de Setembro. Assim, objetiva-se de segmentar a análise que aqui se dá em anos. Estes, na medida em que for necessário, serão destacados, de forma a tornar a explanação do argumento inteligível aos leitores.

Os símbolos nacionais instrumentalizados na análise foram o próprio 7 de Setembro, principal efeméride nacional, o hino nacional, a bandeira nacional, as cores verde e amarelo e a camiseta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), popularmente chamada de “amarelinha”. Dentre estes, os que aparecem de maneira mais preponderante nos resultados da análise, e extremamente correlacionados, são as cores verde e amarelo e a bandeira nacional. Isto se dá não apenas imageticamente, mas também, principalmente, nas falas da família Bolsonaro e de outros representantes do bolsonarismo. Conquanto, o hino nacional e a camiseta da seleção aparecem em menor frequência e estão menos correlacionados aos demais elementos da pesquisa. O motivo para isto pode ser atribuído ao fato de que estes aparecem menos em falas, pronunciamentos e reportagens do que nas imagens, móveis e estáveis, que compõem o corpo de análise.

O início do Governo Bolsonaro foi tratado como o início de uma nova era do país, de retorno do patriotismo. Em comentários à transmissão da TV Brasil, no desfile cívico-militar de 2019, o Comandante Moutinho, da Marinha, afirmou que o que se presenciara era “a grande adesão que está tendo de patriotismo na nossa nação. É um renascimento de patriotismo se a gente pode assim dizer né” (CANAL GOV, 2019a). Em 2022, Jair Bolsonaro atribuiu esse ressurgimento ao seu governo:

Mas eu tenho orgulho de, no nosso mandato, também fazer ressurgir no Brasil o patriotismo. Hoje, quando ando pelo Brasil, e pouso de helicóptero num canto qualquer, sempre vejo nas portas da fazenda uma vara de bambu e uma bandeira verde e amarelo lá na frente (UOL, 2022).

Pode-se compreender que esta percepção de um retorno do patriotismo é provocada pelo uso ostensivo de símbolos nacionais, principalmente nas cores verde e amarelo, que se fazem presente de forma marcante nas multidões bolsonaristas. Ainda em 2019, Bolsonaro convida todos a irem trajados com as cores nacionais no desfile cívico-militar (CANAL GOV, 2019b). Em 2020, apesar da pandemia, Ministros de Estado do Governo Bolsonaro gravaram vídeos que posteriormente, no dia da Independência, foram veiculados pelo canal público TV Brasil. Nestes, novamente, aponta-se a presença discursiva verde e amarela:

Hoje comemoramos mais um 7 de Setembro. Dia da Independência do Brasil. É a hora de homenagear aqueles que lutaram por nossa liberdade e **honrar nossos símbolos nacionais. Há muito tempo as cores verde e amarelo não eram tão celebradas como nos dias de hoje.** Que Deus abençoe a nossa amada pátria do Brasil (MILTON RIBEIRO – CANAL TV BRASIL, 2020, grifo nosso).

Oi gente, chegou o nosso 7 de Setembro. Esse ano as comemorações serão bem diferentes, mas nem por isso eram menos patrióticas. **É hora de valorizar ainda mais nosso brasão, nossa bandeira, nossas cores, nosso povo e nossa cultura.** Valorizar também todos os demais símbolos da Independência e da riqueza de nossa nação. **E que tal a gente colocar a bandeira do Brasil na porta de nossa casa, nas janelas de nossa casa e assim a gente começar a desenvolver uma verdadeira cultura verde e amarela no Brasil? Vista-se de verde e amarelo e demonstre pra todo mundo ver o amor que você tem pelo nosso país.** Feliz 198 anos de Independência, Brasil. Que Deus abençoe a nossa nação (DAMARES ALVES – TV BRASIL, 2020, grifo nosso).

Em 2021, nos primeiros grandes atos bolsonaristas de 7 de setembro, Jair Bolsonaro também fez questão de destacar o verde-amarelo, como parcialmente já citado no capítulo anterior:

[...] **pra mostrar para o mundo e para o Brasil que as cores da nossa bandeira são verde e amarela e cada vez mais nós somos conservadores.** [...] Ao longo dos últimos anos cada vez mais a onda verde e amarela a gente vê surgir por toda essa nação e isso não tem preço. É o acordar de uma nação. É a certeza que seremos grandes lá na frente (JAIR BOLSONARO – FLÁVIO BOLSONARO, 2021, grifo nosso).

Segundo ele, “até pouco tempo atrás era quase uma vergonha falar em bandeira nacional” (JAIR BOLSONARO, 2021), o que adensa o argumento que

o contexto de acúmulo de poder por parte do bolsonarismo está correlacionado ao uso, cada vez mais incrementado, do verde e amarelo, da bandeira nacional e de outros símbolos nacionais. Em 2022, conforme apresentado em citação acima, esse assunto se repete.

Em todos os 7s de Setembro dos quatro anos analisados, além dos discursos proferidos por Jair Bolsonaro e apoiadores mais famosos, é massivo o uso das cores e dos símbolos nacionais pelo público nos eventos, tanto nos atos bolsonaristas, como nos desfiles cívico-militares. É possível, portanto, apreender uma constância não só dos símbolos nacionais nos discursos analisados, mas da articulação destes com a ideia de que esse ressurgimento do patriotismo, do orgulho de vestir e portar estes símbolos, é efeito direto do bolsonarismo.

Figura 2 – O trajar patriótico



Fonte: Flávio Bolsonaro (2022)

Esse patriotismo, ou amor à pátria, liga-se direto ao militarismo, um dos principais valores ligados ao bolsonarismo. Essa relação é exemplificada, por instância, no amplo uso de estampas militares por civis presentes nos atos bolsonaristas, o que demonstra certa cultura militar de grupos específicos na sociedade brasileira, que merece uma pesquisa à parte.

Figura 3 – Militarismo como valor



Fonte: Metr  poles (2020).

O Dia da Independ  ncia   tradicionalmente celebrado em desfiles cívico-militares, o maior e mais prestigiado deles em Brasília, Capital Federal. A própria Independ  ncia, mito fundador brasileiro,   caracterizada como um momento militarista. No vídeo veiculado pela TV Brasil por ocasião do 7 de Setembro de 2020, o então Ministro da Defesa General Fernando Azevedo e Silva destacou:

O 7 de Setembro foi um passo fundamental para a constru o da na o brasileira. As guerras de Independ  ncia em terra e no mar custaram o sacrifício e a vida de muitos contribuindo para a constru o do país que temos hoje: bonito, livre e soberano. As Forças Armadas fazem parte dessa história, de liberdade e amor   pátria. Que a Independ  ncia seja comemorada em todo o país. E, principalmente, no cora o de todos nós. Brasil acima de tudo (*FERNANDO AZEVEDO E SILVA – CANAL TV BRASIL, 2020*).

Apesar de os desfiles cívico-militares dos 7s de Setembro acontecerem tradicionalmente todos anos (com exce o do período pand mico), durante qualquer governo, pode-se apontar uma coopta o destes pelo bolsonarismo para além de sua caracteriza o   imagem e semelhança militar. Tratores representando o Agronegócio passaram a desfilar juntamente aos representantes das Institui es Militares, o que foi considerado algo incomum em rela o aos outros Governos Federais (CNN BRASIL, 2022). No material analisado, o “Agro”   construído como parte importante do bolsonarismo enquanto setor fundamental   prosperidade da na o. Ademais, alguns dos chamados ruralistas, latifundiários e empresários do Agronegócio, estão sob

investigação por suposto financiamento dos atos antidemocráticos bolsonaristas nos 7s de Setembro (CONJUR, 2021).

Figura 4 – Tratores representando o Agronegócio



Fonte: Canal Gov (2022)

Em relação à representação ideológica bolsonarista, é possível observar, no desfile cívico-militar de comemoração ao Bicentenário da Independência, Jair e Michelle Bolsonaro segurando uma cópia imitativa da bandeira nacional que, além das cores e das formas geométricas que compõem a bandeira oficial, contava com os dizeres: “Brasil sem aborto, Brasil sem drogas”, em vez do lema “ordem e progresso”. Cabe salientar também a presença no desfile de representantes do programa de educação domiciliar Classical Conversations⁴⁰, que se define como Comunidade Clássica Cristã. Em uma das faixas deste programa apresentadas durante o desfile pelos seus delegados tinha o escrito “Conhecer a Deus e torná-lo conhecido” (CANAL GOV, 2022).

Recupera-se a ideia de ideologia enquanto visão social de mundo assentada no contexto histórico no qual está inserida, não limitando-se às associações de senso comum usualmente utilizadas, como ideologia comunista, por exemplo. A partir deste entendimento, é possível pensar, neste caso, a

⁴⁰ Em seu site, eles colocam que “[s]omos o programa de educação domiciliar que ajuda você a cultivar uma criança curiosa e atenciosa por meio de uma abordagem comunitária intencional. Aprendendo junto com famílias como a sua, você está equipado com as ferramentas e o suporte para ensinar uma visão de mundo centrada em Cristo que está enraizada no modelo clássico”. Ver mais em Classical Conversations (s/d).

religiosidade cristã como uma ideologia bolsonarista, que permeia a construção de verdades ao bolsonarismo e de um discurso conservador, isto é, a prática político-social que tem como horizonte uma sociedade conservadora em sua plenitude. A religiosidade como ideologia é trabalhada, por exemplo, em Paschoal (2021) em análise da extrema direita brasileira a partir do que ele chama de nazifascismo.

A palavra Deus é uma das palavras com maior frequência no material analisado. É recorrente seu uso no lema das campanhas bolsonaristas de 2018 (Brasil acima de tudo, Deus acima de todos) e 2022 (Deus, Pátria, Família e Liberdade) e acompanhado da ideia de benção e de graças (“Deus abençoe”; “graças a Deus”). Mais interessante a esta pesquisa é a frequente associação entre elementos religiosos cristãos, dentre os quais “Deus” é central, ao sentido de crença. Isto é, é construído, nos 7s de Setembro, a crença nos preceitos cristãos pelo povo brasileiro de modo geral, demonstrado nos trechos abaixo:

[...] **Hoje nós temos um Presidente da república que acredita em Deus**, que respeita os seus militares, que defende a família e pede lealdade ao seu povo (JAIR BOLSONARO – CANAL BAND JORNALISMO, 2021, grifo nosso).

Com essa fotografia de vocês, mostrar pra onde nós todos devemos ir. **Acredito num Brasil. Acredito em vocês. E todos nós acreditamos em Deus.** Muito obrigado a todos vocês. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (JAIR BOLSONARO – CANAL FLÁVIO BOLSONARO, 2021, grifo nosso).

Povo abençoado do Brasil. **Nós somos a maioria, nós temos fé, nós cremos em Deus** e a maioria vai derrotar essa cambada que quer voltar à cena do crime. Nós não vamos ter mais corrupto governando o Brasil. **Gente que teme a Deus, respeita da família, que é em favor da vida e da liberdade. 90% do Brasil é de cristãos e eles não vão nos calar.** É Bolsonaro outra vez. Deus abençoe a todos. Deus abençoe Bolsonaro. Deus abençoe Michelle. Deus abençoe você. Deus abençoe o Brasil (SILAS MALAFAIA – CANAL FLÁVIO BOLSONARO, 2022, grifo nosso).

[...] **todos num mesmo propósito: resgatar o patriotismo, o amor que Deus colocou no nosso coração pela nossa nação brasileira.** [...] Estamos aqui lutando por princípios e valores que Deus estabeleceu na terra. [...] Estamos aqui pra cumprir um chamado e um propósito que Deus estabeleceu para as nossas vidas. [...] **Nós declaramos que essa nação pertence ao senhor Jesus.** Nós declaramos que essa nação é abençoada por Deus. O agro é abençoado por Deus. A família é abençoada e é projeto de Deus. [...] (MICHELLE BOLSONARO – CANAL FLÁVIO BOLSONARO, 2022, grifo nosso).

Vocês sabem também que **hoje nós temos um governo que acredita em Deus**, que respeita seus policiais e militares. Sabem que esse governo defende a família brasileira. E o mais importante: é um

governo que deve lealdade ao seu povo. Eu irei para onde vocês apontarem. Tenho a certeza: teremos um governo muito melhor numa nossa reeleição com a graça de Deus” (JAIR BOLSONARO – CANAL UOL, 2022, grifo nosso).

Além de religiões de raízes cristãs, especialmente as evangélicas, se se considera as ligações pessoais de Jair Bolsonaro, como Silas Malafaia, estarem conectadas inextricavelmente à nação brasileira nesse discurso, observa-se também a sua presença sempre acompanhada do significante família. Este, apesar de em menor frequência que Deus e derivados da fé cristã, é importante elemento ao bolsonarismo. A partir de uma análise de *cluster* no programa NVivo, identifica-se que a correlação entre as subcategorias FAMÍLIA E CRISTANDADE - RELIGIÃO é a mais expressiva dentre todas as outras. Assim, como importantes instrumentos no discurso do bolsonarismo, principalmente aqueles que se dão em uma dimensão moral, estes podem ser considerados essenciais a este fenômeno.

Figura 5 – Cristandade e Família



Fonte: Facebook Flávio Bolsonaro, 2021.

Essa cristandade, como visto, nos atos bolsonaristas nos dias da Independência brasileira é proferida verbalmente, acompanhada também do resgate dos símbolos nacionais em outros trechos dos pronunciamentos. Visualmente, essas falas são acompanhadas da presença de multidões trajadas

de verde e amarelo e portando réplicas da bandeira nacional. Esta multidão também entoa o hino nacional brasileiro em diversas oportunidades.

Em um vídeo veiculado pelo canal Eduardo Bolsonaro, no qual este mesmo aparece proferindo frases em defesa da liberdade atribuídas a personalidades famosas, como Friedrich Hayek⁴¹, Ronald Reagan⁴² e Dom Pedro I⁴³, com o hino nacional tocando ao fundo, é feita, ao final, uma montagem com vídeos de Jair Bolsonaro. Nesta, o então Presidente da República aparece conversando com famílias trajadas das cores verde e amarelo e estampa militar, orando com pastores e, em outro recorte, com um representante do catolicismo, e levantando as mãos ao céu em reverência a Deus em frente a um dos trechos da transposição do Rio São Francisco. O vídeo foi veiculado como um chamamento aos eventos bolsonaristas de 7 de setembro de 2022 (EDUARDO BOLSONARO, 2022a)

Figura 6 – Jair Bolsonaro e uma família com as cores verde e amarelo e estampa militar



Fonte: Eduardo Bolsonaro (2022a).

⁴¹ Economista considerado um dos principais teóricos do liberalismo econômico; vinculado à Escola Austríaca.

⁴² Ex Presidente dos Estados Unidos (1981-1989) e conhecido por ser um dos precursores do neoliberalismo no mundo, junto à Margaret Thatcher, ex Primeira Ministra britânica (1979-1990).

⁴³ Primeiro Imperador do Brasil Império (1822-1831).

Figura 7 – Bolsonaro abençoado por pastores evangélicos



Fonte: Eduardo Bolsonaro (2022a).

Figura 8 – Bolsonaro ora com representante católico



Fonte: Eduardo Bolsonaro (2022a).

Figura 9 – Reverência sobre o Rio São Francisco



Fonte: Eduardo Bolsonaro (2022a).

A liberdade aparece no discurso bolsonarista como um significante vazio. Sua presença marcante no material analisado associa-se com a Independência, com questões econômicas, como princípio constitucional, ligado ao direito de ir e vir e à liberdade de expressão, como liberdade individual e como um “bem

maior”, um objetivo finalístico ao bolsonarismo. Este último sentido pode ser relacionado, por exemplo, ao versículo bíblico “conhecereis a verdade e ela vos libertará”, reiterado em vários momentos pelos representantes bolsonaristas, inclusive pelo próprio Jair Bolsonaro. Neste caso, a liberdade assume uma identidade antagônica ao mal, à mentira, àquilo que impõe servidão ao povo brasileiro. Como visto, esse antagonismo pode ser interpretado como o comunismo, o Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva e a esquerda brasileira.

Eduardo Bolsonaro pode ser considerado o principal precursor ideológico desta ideia de liberdade dentre os membros da família Bolsonaro, como demonstrado no vídeo acima citado (EDUARDO BOLSONARO, 2022a). Por ocasião do ato bolsonarista de 7 de setembro de 2022 em São Paulo, no qual Jair Bolsonaro não compareceu, Eduardo assumiu como principal representante do bolsonarismo no evento em questão. Trajado com uma camiseta preta, estampada com a palavra “conservative” (conservador, em tradução literal ao português) nas cores verde e amarelo repetidas vezes e a forma de uma arma ao centro, com adesivos eleitorais com número de seu pai, ele colocou:

[...] E eles vem querendo dizer que as pessoas de verde e amarelo [...] são uma ameaça à democracia? [...] Nós o povo brasileiro vamos reeleger Jair Bolsonaro. Não porque idolatramos um político, mas porque queremos Deus, Pátria, Família e Liberdade. E isso num é ser extremista, isso não é ser violento. Isso é simplesmente ser normal. A esquerda é que é anti-natural. [...] vamos celebrar os nossos 200 anos de Independência, da nossa pátria amada, vestindo verde e amarelo. Foda-se se alguém mandar proibir a gente de vestir verde e amarelo. Isso aqui é Brasil. Olha que coisa linda quanto bandeira do Brasil. Onde já se viu querer proibir isso meu Deus do céu? Que doença é essa? (EDUARDO BOLSONARO, 2022b, grifo nosso).

A referida proibição diz respeito ao entendimento da juíza eleitoral Ana Lúcia Todeschini Martinez, de que as bandeiras nacionais passaram a simbolizar um dos candidatos à Presidência, o que impeliu a proibição delas em determinados locais no período eleitoral (MAIA, 2022). Observa-se no discurso citado uma patologização da esquerda brasileira, colocada como “anti-natural” e “doença” ao ir contra o uso do verde e amarelo, da bandeira nacional e outros símbolos nacionais pelo bolsonarismo. Durante sua fala, o público presente ovacionou em diversos momentos e, ao chamar a esquerda de anti-natural, o público entoou diversas vezes “a nossa bandeira jamais será vermelha”, o que indica, novamente, a justaposição entre a esquerda brasileira e o comunismo.

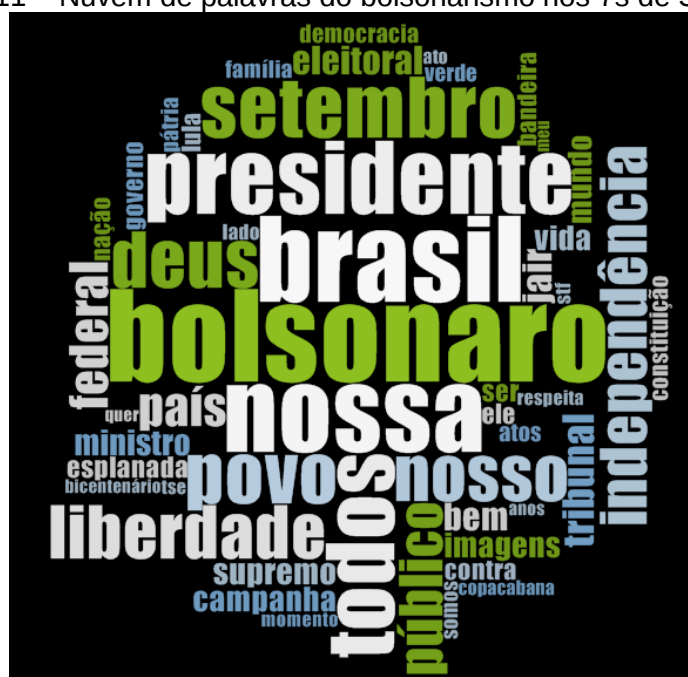
Figura 10 – Eduardo Bolsonaro e a liberdade conservadora



Fonte: Eduardo Bolsonaro (2022a).

Soma-se, portanto, a liberdade aos outros sentidos que equivalem-se sobre o bolsonarismo contra o comunismo, assumida como um valor conservador nesta construção discursiva. A subcategoria LIBERDADE no Nvivo, parelha à subcategoria CRISTANDADE - RELIGIÃO, possui maior correlação com a categoria VALORES, o que é um indicativo de que dentre todos os valores mobilizados pelo bolsonarismo, a liberdade assume um *locus* privilegiado neste discurso.

Figura 11 – Nuvem de palavras do bolsonarismo nos 7s de Setembro



Fonte: Elaboração da autora com base nos resultados de análise no NVivo.

A partir da nuvem de palavras feitas no *software* com as palavras mais frequentes no material analisado, pode-se dar densidade aos resultados apresentados. Deus (canto superior esquerdo da palavra Bolsonaro) aparece quase que na mesma proporção que a palavra liberdade, o que confirma, novamente, a importância desses dois valores ao bolsonarismo e a correlação que mantêm entre si.

Chama-se atenção aqui a palavra povo, junto aos termos “nossa” e “nosso”. Apesar de não constituir-se como objetivo da análise proposta, é possível traçar alguns comentários acerca dessa ocorrência a partir da Teoria do Populismo, de Laclau (2005). O povo é central ao populismo laclauniano, ao opor-se, em uma relação antagônica, agentes sociais com poder acumulado; um nós, o povo, *versus* eles, a elite. O povo aparece enquanto um significante vazio, como uma forma de constituir uma unidade de determinado grupo social nas mobilizações populistas (LACLAU, 2005). A partir desta abordagem, o povo é uma construção discursiva relacional, não possuindo características pré-determinadas ao seu contexto de emergência, no qual constitui-se também o antagonismo que possibilita a identidade a emergir deste povo. Conforme Luz (2022), o bolsonarismo pode ser considerado um fenômeno populista.

O povo no material analisado aparece relacionado a sentidos como soberania, nacional e popular, independência, liberdade, cristandade, do bem, militar, honestidade e trabalho. No que tangencia o tema desta pesquisa, o povo, que possui os valores citados acima, que é conservador e cristão, veste-se e porta as cores verde e amarelo e a bandeira nacional. Sobre os eventos de 7 de Setembro de 2022 que estavam para acontecer, Jair Bolsonaro afirmou que

[o]s festejos se farão sentir em todo o território nacional até o 7 de Setembro, uma data cívica, de manifestação do povo nas ruas, como tivemos no ano passado, uma manifestação ordeira, democrática e com as cores verde e amarela. O povo de bem nas ruas, mais do que falando em liberdade, falando em honestidade, patriotismo e, obviamente, em amor à nossa pátria (AGUIAR, 2022, n.p.).

Dialogando com Chauí (2001), a autora compreende como “verdeamarelismo” como uma ideologia de fundo conservador cuja função varia de acordo com os diferentes períodos na formação nacional. Embora ela seja amoldável às necessidades da época, ela fundamenta-se, para Chauí, na defesa de dois valores principais: propriedade privada e na tradição, que pode ser

interpretada, por sua vez, na família e na religião. Como observado nos resultados da análise, o verde e amarelo aparece como símbolo nacional sobrepujante em relação aos demais e, enquanto símbolo, significa valores conservadores, como defesa da liberdade, da religiosidade cristã e da família e de um militarismo, nas construções discursivas do bolsonarismo. Há, portanto, pontos comuns com o conceito de verdeamarelismo da autora (CHAUÍ, 2001) e merece, também, maiores pesquisas.

Assim, compreende-se que o bolsonarismo enquanto discurso busca se hegemonizar através universalização de seus valores, visto que sua ação social se dá, principalmente, em uma dimensão moral, valorativa. Os valores identificados, como a religiosidade cristã, liberdade e militarismo, têm por função cimentar identidades que aglutinam-se sob o bolsonarismo e mobilizar sujeitos conservadores à ação política-social.

A religiosidade merece uma atenção especial e tem indissociável a si a família, que pode ser interpretada como um instrumento social da religiosidade em questão. Se se toma a religião como ideologia de fato, pressupõe-se que ela seja interpretada como um conjunto de subjetividades e que propicie um terreno para a articulação de identidades diferenciais que tendem a identificar-se com o bolsonarismo enquanto cadeia de equivalência que reúne demandas conservadoras. Esse conjunto subjetivo é pautado nos preceitos bíblicos e na moral cristã, o que influencia na materialização de políticas que almejam a realização de uma sociedade conservadora-cristã, na qual a “família tradicional” é instrumento central.

A liberdade, por sua vez, pode ser compreendida como um significante vazio ao possuir um vazio imanente que possibilita a representação de múltiplas identidades diferenciais. No caso do bolsonarismo, pode-se interpretá-lo como representação de setores e grupos ligados a um liberalismo econômico, de apologistas da monarquia brasileira pelo viés da Independência e de evangélicos e demais cristãos, como fim alcançado por meio da Verdade.

O militarismo pode ser entendido a partir de duas entradas: como a representação das Instituições Militares, que, como visto, se fizeram presente ostensivamente no Governo Bolsonaro; e como representação dissociada de um ideário de fundo conservador de masculinidade, hierarquia, ordem, virilidade e outros valores ligados, principalmente, a correntes políticas à extrema direita.

Estes três valores bolsonaristas principais - religiosidade/família, liberdade e militarismo – são simbolizados no uso de símbolos nacionais, preponderantemente nas cores verde e amarelo, e, em segundo lugar, na bandeira nacional. Assim, observa-se uma apropriação dos símbolos nacionais como instrumentos funcionais à hegemonização do discurso do bolsonarismo através da representação de valores conservadores nestes símbolos. Assim, além de em primeira ordem simbolizarem a nação, os símbolos nacionais representam também, em segunda ordem, os valores bolsonaristas de religiosidade, liberdade e militarismo. Estes valores são elevados metonimicamente ao patamar de verdadeiros valores da nação pelo bolsonarismo, justificado no patriotismo dos bolsonaristas, isto é, no uso ostensivo de símbolos nacionais por estes.

Indo além, pode-se conjecturar que o retorno do patriotismo não limita-se a essa apropriação iconográfica de símbolos nacionais, mas significa também o acúmulo de poder de grupos com tendências conservadoras, como na ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Assim, o uso vistoso da simbologia nacional seria a aparência de uma matéria conservadora-cristã, lida por esses grupos que compõem o bolsonarismo como valores inatos, naturais, à nação brasileira, que foi desvirtuada nos anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Governo Federal.

6 Considerações finais

A presente pesquisa foi motivada por uma percepção da existência de um uso crescente de símbolos nacionais pela extrema direita brasileira na última década. Em conformidade científica a esta percepção, buscou-se resolver como se deu a construção discursiva sobre os símbolos nacionais pelo bolsonarismo nas comemorações em 7 de Setembro no período 2019-2022. Para isso, traçou-se como objetivo geral compreender a apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo nos 7s de Setembro durante o Governo Bolsonaro.

O conceito de discurso a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, trabalhado no capítulo 2, na seção, 2.1, junto a outros conceitos e noções – articulação, antagonismo, ideologia e outras – importantes à pesquisa, permite analisar os símbolos nacionais como construções discursivas. O discurso, nesta teoria, não limita-se à fala ou à escrita, mas abrange processos que empregam significados à realidade de modo geral. A partir de uma abordagem pós-estruturalista do social, é possibilitado também pensar as estruturas sociais, mesmo aquelas que encontram-se sedimentadas no imaginário coletivo, como construções sociais contingentes, passíveis de serem transformadas. Assim, é possível refletir sobre a nação e seus intrincamentos pela ótica da Teoria do Discurso.

Ainda no capítulo 2, na seção 2.2 empreende-se, portanto, uma discussão sobre os símbolos nacionais como instrumentos políticos (e instrumentos de análise nesta dissertação), o que envolve também um aprofundamento sobre a questão da nação, da identidade nacional e nacionalismo. Este último logra extensa bibliografia. Porém, a partir dos resultados da análise, observa-se mais referência a um patriotismo por parte do bolsonarismo do que a um nacionalismo, o que exige maiores pesquisas sobre suas equivalências e diferenças.

No capítulo 3, apresenta-se a construção metodológica à consecução dos objetivos de pesquisa estabelecidos. Fundamentada na Teoria do Discurso, a metodologia empregada nesta dissertação lançou mão de pesquisa qualitativa do tipo documental, fazendo uso de dados primários coletados por meio da *internet* em *sites* jornalísticos e canais de YouTube. A técnica empregada foi uma análise discursiva, que teve suporte do programa Nvivo. O processo utilizado

possibilitou a apreensão ampliada de discursos que compõem o bolsonarismo, o que confere satisfatoriedade aos resultados obtidos.

No capítulo 4 trabalhou-se os contextos de emergência do bolsonarismo, buscando verificar as condições de emergência da extrema direita, personificada hegemonicamente no bolsonarismo no contexto brasileiro. Para isso, dialogou-se as literaturas sobre as “novas” direitas, os principais acontecimentos econômicos, sociais e políticos da década de 2010 e as definições do que se compreende como Família Bolsonaro, Governo Bolsonaro, bolsonaristas e bolsonarismo aqui. O bolsonarismo é entendido como um fenômeno conservador posicionado à extrema direita no campo político, ao fazer uso de mecanismos políticos de caráter violento que, apesar de traços de outros movimentos extremistas de direita ao longo da história, não pode ser entendido como apenas uma continuidade destes. Por conservadorismo, entende-se a presença marcante de valores como religiosidade cristã junto à família tradicional, militarismo e liberdade.

Na seção 4.2 do capítulo 4, buscou-se compreender os contextos de emergência dos 7s de Setembro de cada um dos quatro anos de Governo Bolsonaro. Para isso, levantou-se os principais acontecimentos sociais, políticos e sanitário deste período. A partir desta seção, compreende-se que a trajetória da extrema direita à frente do Governo Federal foi sendo deteriorada a partir, principalmente, de seu segundo ano com o início da pandemia do Coronavírus, e das múltiplas crises institucionais nas quais Jair Bolsonaro, sua família e importantes apoiadores estavam envolvidos. Aduz-se, portanto, um encorpamento das “comemorações” dos 7s de Setembro positivamente inclinado ao aumento das crises do bolsonarismo. Em vista disso, aponta-se uma tentativa à construção de um “Dia D” ao bolsonarismo em 7 de setembro.

O capítulo 5, em duas seções, dedica-se à averiguação dos inimigos da nação no discurso do bolsonarismo e à análise de como os símbolos nacionais estão articulados neste discurso com base nas análises discursivas dos documentos. Na seção 5.1, apesar de se verificar dois principais antagonismos no discurso bolsonarista, Comunismo e STF, apenas o primeiro é elevado discursivamente ao status de inimigo da nação. Essa antagonização do comunismo, que justapõe Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores e a

esquerda brasileira de modo geral, se dá em uma dimensão pautada na moral cristã.

Na seção 5.2, que dedica-se à identificação das principais articulações do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais, a partir das análises realizadas, as articulações discursivas preponderantes nos discursos enquanto falas e escritos envolvem um patriotismo, Deus e a religiosidade cristã, militarismo e liberdade, ou seja, valores conservadores. Salienta-se, porém, que a caracterização da liberdade como um valor conservador se dá de forma relacional aos demais sentidos que acompanham este significante. O uso ostensivo e vistoso dos símbolos nacionais nestes discursos e nos eventos bolsonaristas encontram-se integrados a esses significados conservadores, como uma semiótica bolsonarista.

Assim, a hipótese trabalhada, de que a construção discursiva do bolsonarismo sobre os símbolos nacionais se deu através da defesa de valores conservadores em antagonismo aos seus inimigos, considerados pelos bolsonaristas como os inimigos da nação, foi parcialmente confirmada. Isso se dá unicamente pelo fato de que o antagonismo ao Supremo Tribunal Federal não é colocado, discursivamente, como inimigo da nação.

Ademais, outras considerações precisam ser feitas. As bases discursivas de caráter valorativo que fundamentam a campanha de Jair Bolsonaro à reeleição em 2022 – Deus, Pátria, Família e Liberdade – são identificadas nos materiais relativos ao ano de 2019, primeiro ano de Governo Bolsonaro. A presença desses sentidos não se dá apenas tangencialmente; esses sentidos perpassam de forma relevante o discurso bolsonarista todos esses anos e, provavelmente, os anos anteriores aos englobados nesta análise. Pode-se conjecturar, portanto, que o discurso do bolsonarismo não se alterou ao longo dos anos, o que demonstra sua consolidação e uma representação duradoura, ainda que contingente, das demandas sociais que busca representar.

A fim de conclusão, aponta-se não apenas uma apropriação de símbolos nacionais por grupos conservadores que compõem o bolsonarismo, mas um desígnio à conservadorização de fundo cristão do social (e dos espaços de poder institucionais), representada através do uso ostensivo destes símbolos por estes conservadores. Isso se dá em um borrão daquilo que lhes é particular e daquilo

que pode ser tido como de interesse coletivo nacional em uma totalização da nação.

Referências

ABREU, Luciano Aronne de. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. *In*: RECKZIEGEL, A. L. S.; HEINSFELD, A. **Estados americanos: trajetórias em dois séculos**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012. p. 177-.

AGÊNCIA PÚBLICA. Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. **Pública Agência de Jornalismo Investigativo**, s/d. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

AGÊNCIA SENADO. Símbolos nacionais representam a identidade de uma nação, diz consultor. **Senado Notícias**. Brasília, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/17/simbolos-nacionais-representam-a-identidade-de-uma-nacao-diz-consultor>. Acesso em: 23 fev. 2022.

AGUIAR, Plínio. Bolsonaro defende ato de 7 de setembro de 2021: 'Democrático'. **R7**. Brasília, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-defende-ato-de-7-de-setembro-de-2021-democratico-15082022>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O sesquicentenário da independência brasileira (1972) e o regime militar. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005.

ALVES, Dáfni; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA, Anderson Henrique. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p.

ANDERSON, Benedict Richard O.'Gorman. **Long-distance nationalism: world capitalism and the rise of identity politics**. Amsterdam: Centre of Asian Studies Amsterdam, 1992. 14 p.

ANGELO, Tiago. TSE proíbe Bolsonaro de usar imagens do 7 de Setembro. **Poder360**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/tse-proibe-bolsonaro-de-usar-imagens-do-7-de-setembro-2/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ARAÚJO, Giovanna. Aspectos sociais do cotidiano das feiras livres: um estudo etnográfico em território português e em solo brasileiro. **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 9, n. 2, p. 49-64, jul/dez. 2012.

ARBEX, Thais. PF vai cruzar dados apreendidos de empresários com os de financiadores de atos de 7 de Setembro. **CNN Brasil**, 24 ago. 2022. Disponível

em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-vai-cruzar-dados-apreendidos-de-empresarios-com-os-de-financiadores-de-atos-de-7-de-setembro/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BAND JORNALISMO. **7 de setembro**: Presidente Jair Bolsonaro discursa na Av. Paulista, em SP. São Paulo: Band Jornalismo, 7 set. 2021. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=StllfA7qoaE>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BAND JORNALISMO. **Bolsonaro quebra protocolo no desfile de 7 de setembro**. Brasília: Band Jornalismo, 7 de set. de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pbvsmtBNR_k. Acesso em: 03 jul. 2023.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Revista Crítica Cultural**, Palhoça, v. 6, n. 1, p. 203-216, 2011.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual. Petrópolis: Vozes, 2002. 516 p.

BBC BRASIL. 7 de setembro: veja onde bolsonaristas furaram bloqueio e invadiram Esplanada. **BBC News Brasil**, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479465>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BBC BRASIL. 7 de Setembro: em Copacabana, Bolsonaro volta a atacar Lula na comemoração do bicentenário da Independência. **BBC News Brasil**. 7 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62827489>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BEZERRA, Gabriella Maria Lima; VIEIRA, Márcia Paula. Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 36-59, 2022.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 275-293, 1995.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311p.

BRANT, Marcos Henrique Caldeira. Os símbolos nacionais na Constituição. In: PEREZ, Áurea Maria Brasil Santos et al. (org.). **Constituição do Brasil: 30 anos 1988-2018**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2019, p. 331-352. Disponível em: <https://bd-login.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/9199/3/artigo-Brant%2CMHC-Os%20s%C3%ADmbolos%20nacionais%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União: Seção 1, 10 nov. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930->

1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%ABlica%20dos%20Estados,da%20Rep%C3%ABlica%20em%2010.11.1937.&text=Art%201%C2%BA%20O%20Brasil%20%C3%A9,independencia%20e%20da%20sua%20prosperidade. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.819, de 5 de junho de 2013. Inclui o dia 2 de julho de 1823 entre as datas históricas do calendário de efemérides nacionais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 jun. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12819.htm. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2 set. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel & RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 59-74.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, Fortaleza, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de Emenda à Constituição PEC 135/2019. **Câmara.leg.br**, s/d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2220292>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CANAL GOV. **Acompanhe o desfile de 7 de setembro em Brasília**. Canal Gov, 12 set. 2022. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7n692khNAEo>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CANAL GOV. **Convite do presidente para o 7 de setembro**. Canal Gov, 6 set. 2019b. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NoRdmaloV2E>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CARVALHO, Igor. Sem violência e força para golpe, 7 de setembro escancara isolamento de Bolsonaro em SP e no DF. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/07/sem-violencia-e-forca-para-golpe-7-de-setembro-escancara-isolamento-de-bolsonaro-em-sp-e-no-df>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia Das Letras, 1990.

CESARINO, Letícia. Bolsonaro sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 162-188, 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1996.

CIAPPINA, Carlos. América Latina en el siglo XXI: Nuevas derechas o nuevos modos de las viejas derechas?. **Revista de Políticas Sociales**, v. 5, n. 6, 2018.

CNN BRASIL. Investigações sobre milícia digital e ataque às urnas eletrônicas serão feitas em conjunto. **CNN Brasil**, Brasília. 10 de mai. de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/investigacoes-milicias-digitais-e-ataques-as-urnas-eletronicas-serao-feitas-em-conjunto/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). A CNV. **Site cnv.memoriasrelevadas.gov.br**, s/d. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 25 out. 2022.

CONJUR. Alexandre unifica investigações sobre milícias digitais e ataques à urna. **Consultor Jurídico**, 10 mai. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mai-10/alexandre-unifica-investigacoes-milicias-ataques-urna>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CORONAVÍRUS BRASIL. Painel Coronavírus. **Ministério da Saúde**, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

COSTA, Emília Viotti da. **Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil**. Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1982.

COSTA, Frederico. A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Žižek para a Psicologia Política. **Revista psicologia política [online]**, v. 12, n. 25, p. 571-590, 2012.

CPIPANDEMIA - CPI da Pandemia. Atividade Legislativa. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CPIPANDEMIA. Relatórios. **Senado Federal**, 20 out. 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 11 jul. 2023.

Desfile de 7 de Setembro é símbolo do novo patriotismo na gestão

Bolsonaro. GZH Política. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/09/desfile-de-7-de-setembro-e-simbolo-do-novo-patriotismo-na-gestao-bolsonaro-ck08trtbh03j701l5yshd27xf.html>. Acesso em: 23/06/2023

EDUARDO BOLSONARO. **Meu discurso na av. Paulista para milhões de pessoas (c/ chuva).** YouTube, 7 set. 2022b. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=2Q7A_93ojXg. Acesso em: 10 jul. 2023.

EDUARDO BOLSONARO. **Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro 7 de Setembro.** Youtube, 7 de set. de 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2XJtWVplXSM>. Acesso em: 23 jun. 2023.

EDUARDO BOLSONARO. **Sete de Setembro de 2022 - Pela Liberdade!!!.**

YouTube, 5 set. 2022a. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=38JQJC00weQ>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH.

Independência(s) em disputa no Brasil, 2022. Disponível em:

<https://portaldobicentenario.org.br/timeline/independencias-em-disputa-no-brasil/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

FERNANDES, Augusto; SOUZA, Renato. Desfile de tanques provoca constrangimento na Esplanada. **Correio Braziliense**, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4942946-desfile-de-tanques-provoca-constrangimento-na-esplanada.html>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 12-18, 2011.

FLÁVIO BOLSONARO. **Desfile de 7 de setembro em Brasília.** Youtube, 7 de

set. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l2uQC06SIIM>.

Acesso em: 23 jun. 2022.

FLÁVIO BOLSONARO. **DISCURSO HISTÓRICO! Presidente Jair Bolsonaro no 7 de setembro. ASSISTA!.** YouTube, 7 set. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Hb0j50mukMk>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de São Paulo**, 1 jan. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

G1. Leia a íntegra da 'Declaração à Nação' de Bolsonaro. **G1**, 9 set. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/leia-a-integra-da-declaracao-a-nacao-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GASCHÉ, Rodolphe. Qué tan vacío puede estar el vacío? Acerca del lugar de lo universal. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau: Aproximaciones críticas a sua obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 33-53.

GAZETA DO POVO. Sem desfile mas com apoiadores e políticos: como foi o Sete de Setembro de Bolsonaro. **Gazeta do Povo**, Brasília, 7 set. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bolsonaro-sete-de-setembro-2020-como-foi/>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIORDANO, Verónica. Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? **Nueva Sociedad**, n.º 254, p. 46-56, 2014.

GIORDANO, Verónica; SOLER, Lorena; SAFERSTEIN, Ezequiel. Las derechas y sus raros peinados nuevos. **Apuntes CEYP**, Buenos Aires, v. 1, n. 30, p. 171-191, 2018.

GLEZER, Raquel. São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 12, n. 11, p. 19-30, 1992.

GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 51 p. 547-580, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Hd79BxYGpNBzq7Bk9YpjMbM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

GUEDES, Simoni Lahud; SILVA, Edilson Márcio Almeida da. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. **Cadernos de Aletheia**, Aletheia, n. 3, p. 73-89, 2019.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. **Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

GUISOLPHI, Anderson José. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 31, 2009.

GZH. Desfile de 7 de Setembro é símbolo do novo patriotismo na gestão Bolsonaro. **Jornal Zero Hora**, 6 set. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/09/desfile-de-7-de->

setembro-e-simbolo-do-novo-patriotismo-na-gestao-bolsonaro-ck08trtbh03j701l5yshd27xf.html. Acesso em: 11 jul. 2023.

HERRERO DE MIÑON, Miguel. Símbolos políticos y transiciones políticas. **Athenea Digital**, n. 10, p. 172-184, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INTEGRALISMO – DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA. Manifesto de 7 de Outubro de 1932. **Site integralismo.org.br**. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

JAIR BOLSONARO. **O Sete de Setembro. Compacto, 02/set/2021**. Youtube, 3 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aoAQDYZTxIY>. Acesso em: 23 jun. 2023.

JORNAL NACIONAL. Bolsonaro se antecipa a pedidos de demissão e determina mudanças nos comandos das Forças Armadas. **G1**, 30 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/30/bolsonaro-se-antecipa-a-pedidos-de-demissao-e-determina-mudanca-nos-comandos-das-forcas-armadas.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

KYMLYCKA, Willl. Conclusion: The futures of Nationalism. *In*: ÖZKIRIMLI, Umut. **Nationalism and its Futures**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 145-151, 2003.

LACLAU, Ernesto. Discourse [verbete]. S/D

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Editora UERJ: Rio de Janeiro, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Philosophical roots of discourse theory**. 2003.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name?. *In*: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005b, p. 32-49.

LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. **Novos Rumos**, Marília, n. 21, 1993.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madrid: Letra E, 1987.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 4ª edição, 1983.

LINDNER, Julia; SOARES, Jussara. Bolsonaro demite ministro da Defesa e inicia reforma ministerial. **O Globo**, 29 mar. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-demite-ministro-da-defesa-inicia-reforma-ministerial-24946565>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2008.

MAIA, Gustavo. Juíza eleitoral diz que bandeira do Brasil virou símbolo de Bolsonaro. **VEJA**, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/juiza-eleitoral-diz-que-bandeira-do-brasil-virou-simbolo-de-bolsonaro>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARCHA PARA JESUS. Marcha para Jesus - Vencedor Invicto. **Marcha para Jesus**, s/d. Disponível em: <<https://www.marchaparajesus.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MEDEIROS, Jonas. O bicentenário da Independência na Avenida Paulista. **Poder360**, 8 set. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/o-bicentenario-da-independencia-na-avenida-paulista/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MELLO, Marcela Tavares de. *et al.* **O que é ideologia?** Lisboa: Escolar Editora, 2016.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 135-145, 2003.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.9, p. 205-228, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília v. 1, n. 1, p. 153-159, 2009.

METRÓPOLES. **7 de Setembro**: Esplanada recebe manifestantes contra e a favor de Bolsonaro. Metrôpoles, 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/7-de-setembro-esplanada-recebe-manifestantes-contr-a-favor-de-bolsonaro>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Entendida o caso – Caso Lava Jato. **MPF**, s/d. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>> Acesso em: 10 fev. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC Ltda., 1998.

MOREIRA, Thatiane; RAMIREZ, Jose Luis. O povo quer democracia de verdade: como os apoiadores de Jair Bolsonaro veiculam noções associadas a palavra democracia no YouTube. **Revista Estudos Políticos**, v. 12, n. 24.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, 2006.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2015.

MOUFFE, Chantal. **For a left populism**. Londres: Verso Books, 2018.

MOUFFE, Chantal; TURNER, Georgina. Democracia y nueva derecha. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 43, p. 1829-1846, 1981.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes et al. Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 190-206, 2021.

O TEMPO. **Maior dos últimos anos**: veja os números do desfile de 7 de Setembro de 2019. O Tempo, 6 set. 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/maior-dos-ultimos-anos-veja-os-numeros-do-desfile-de-7-de-setembro-de-2019-1.2232131>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PAINEL CORONAVÍRUS. Coronavírus Brasil. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PASCHOAL, Cristiano Sandim. **A malha valorativo-discursiva da atual extrema direita brasileira**: ecos nazifascistas e vestígios da política do “nós” versus “eles”. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Escola de Humanidades – Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Acesso em: 23/08/2023

PAULA, João Antônio de. A idéia de nação no século XIX e o marxismo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 219-235, 2008.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Caleidoscópio de imagens: O uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam Moreira. **Desafios da imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998, p. 213-224.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 319-342.

PESSOA, Carlos. Hegemonia em tempos de globalização. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 151-161.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, nº 24, 2009.

PODER360. Pico da pandemia em 2021 teve mais que o dobro de mortes que a alta em 2020. **Poder360**, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/pico-da-pandemia-em-2021-teve-mais-que-o-dobro-de-mortes-que-a-alta-em-2020/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020.

PORTAL STF. STF decide que cumprimento da pena deve começar após esgotamento de recursos. **Supremo Tribunal Federal**, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=429359>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. **Travessia**, n. 38, p. 7-29, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Relatório CPI Pandemia. Atividade Legislativa. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 23 jun. 2023.

RENNÓ, Lúcio. Bolsonaroismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n.106, 2022, p. 147-163.

RIBBEIRO, Leonardo. Ministério Público considera "imprecisas" explicações do governo sobre gastos do 7 de Setembro. **CNN**, 15 out. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-publico-considera-imprecisas-explicacoes-do-governo-sobre-gastos-do-7-de-setembro/>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

RIBBEIRO, Leonardo; SILVA, Brenda. Por bicentenário, Governo prevê gastar 3,4 vezes mais com 7 de Setembro do que no pré-pandemia. **CNN**, Brasília, 1 set. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-preve-gastar-34-vezes-mais-com-7-de-setembro-do-que-no-pre-pandemia/>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ROCHA, Camila. **'Menos Marx, mais Mises'**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Acesso em: 23/08/2023

ROCHA, Camila. **The new Brazilian right and the public sphere**. Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila), 2021.

ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. 2022: o pacto de 11988 sob a Espada de Dâmocles. **Estudos avançados**, n. 36, v. 105, 2022, p. 65-84.

RODRIGUES, Matheus. Bolsonaro é lançado candidato à reeleição em evento com ataque ao STF e discurso de Michelle. **G1**, Rio de Janeiro, 24 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/24/convencao-do-pl-de-lancamento-da-candidatura-de-bolsonaro-no-maracanazinho.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 343-364.

SAIDEL, Matías Leandro. El neoliberalismo autoritário y el auge de las nuevas derechas. **História Unisinos**, v. 25, n. 2, 2021.

SAMAIN, Etienne. Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas Ciências Sociais. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Míriam Moreira. **Desafios da imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1998, p. 51-62.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. La nueva extrema derecha neopatriota latino-americana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 11, n. 55, p. 22-34, 2020.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando os velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, Bogotá, n.99, p. 151-186, 2019.

SAPIO, Marcello. Neymar Jr. Declara voto em Bolsonaro; veja vídeo. **CNN Brasil**, 29 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/neymar-jr-declara-voto-em-bolsonaro-veja-video/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da; BARON, Letícia. A noção de representação política em Ernesto Laclau: populismo e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 36, p. 1-33, 2021.

SMITH, Anthony D. **Las teorías del nacionalismo**. Barcelona: ediciones península, 1976.

SOLANO, Esther. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, São Paulo, n. 42, 2018.

SOLANO, Esther. **La bolsonarización de Brasil**. Documentos de Trabajo IELAT, Nº121, Abril, 2019.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: Changing patterns in Brazil. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 7-23, 2001.

TOLEDO, Aureo; COSTA, Karla. Hibridismo, Resistência, Povo: um diálogo entre Ernesto Laclau e Homi Bhabha. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2020.

TV BRASIL. **#TVBrasilNo7**: Especial sobre o Dia da Independência do Brasil. Youtube, 7 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q-6GiYniAC0&t=2627s>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UOL. **Confira o discurso de Bolsonaro em Copacabana durante a manifestação de 7 de Setembro**. Youtube, 7 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=viz-znH_rRA. Acesso em: 01 jul. 2023.

UOL. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2023.

WHITE, Leslie A. The symbol: The origin and basis of human behavior. **Philosophy of Science**, Illinois, v. 7, n. 4, p. 451-463, 1940.

ZIZEK, Slavoj. Más allá del análisis del discurso. *In*: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.